

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO**

**DANIELLE WOLFF DE CAMARGO**

**BIBLIOTECA ESCOLAR: COMPLEMENTO OU CONDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO  
CULTURAL NAS ESCOLAS?**

**LAGES**  
**2010**

**DANIELLE WOLFF DE CAMARGO**

**BIBLIOTECA ESCOLAR: COMPLEMENTO OU CONDIÇÃO PARA A FORMAÇÃO CULTURAL NAS ESCOLAS?**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do PPGE da UNIPLAC, na Linha de Pesquisa: *Políticas e Processos Formativos em Educação*, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Netto Machado.

**LAGES**

**2010**

*Dedico este trabalho ao sorriso doce,  
a mão amiga,  
ao abraço moroso,  
a palavra acalentadora,  
ao olhar incentivador,  
a paciência infinda,  
ao coração generoso,  
e ao amor incondicional  
de minha mãe, Delma,  
que indubitavelmente,  
foi minha base mantenedora de todo esse processo.*

***Mãe...***

*Obrigada por existir, e me amar, acima de tudo!*

## **AGRADECIMENTOS**

### **Agradeço a Deus...**

*Que incomparável e inconfundível na sua infinita bondade, compreendeu os nossos anseios e nos deu a necessária coragem para atingirmos o nosso objetivo.*

### **Aos Pais...**

*Que nos deram a vida e nos ensinaram a vivê-la com dignidade, que nos iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação para que trilhássemos sem medo e cheio de esperanças, que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que muitas vezes pudéssemos realizar os nossos.*

### **Aos Amigos e Companheiros...**

*Que sempre estiveram presentes, mesmo que distantes, em nossa caminhada, compartilhando experiências.*

### **Aos Professores, Mestres, Doutores...**

*Que nos impulsionaram a enfrentar o desafio da vida, levando-nos a crer cada vez mais em nossa própria autenticidade e a ter fundadas esperanças de ainda poder partilhar de uma sociedade, sem medo e sem vínculos com os erros do passado.*

### **E em especial, à minha Orientadora e Amiga, Ana Maria...**

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;*

*Há outros que lutam um ano, e são melhores;*

*Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;*

*Porém há os que lutam toda a vida*

*Estes são os imprescindíveis.” (Bertold Brecht)*

*E com toda certeza,*

*Você foi imprescindível para que este trabalho se realizasse.*

### **À todos vocês...**

*Deixamos aqui o nosso agradecimento.*

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Lages/SC que colaborou com a realização desta pesquisa, financiando 50% do valor e liberando 100% da carga horária.

*“Eu nem entendo mais aquilo que entendo.  
Pois, estou infinitamente maior do que eu mesma...  
Então, não me alcanço.”*

Clarice Lispector

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses ou dissertações sobre biblioteca escolar por área de conhecimento.....	34
Quadro 2 – Instituição, número de trabalho e região da Instituição.....	35
Quadro 3 – Total de trabalhos realizados e seus respectivos anos.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA – Bahia  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CD-ROM – *Compact Disc Read – Only* (Disco Compacto -Memória Somente de Leituras)  
CE – Ceará  
CEB - Câmara de Educação Básica  
CIBEC - Centro de Informação e Biblioteca em Educação  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais  
DF – Distrito Federal  
DVD – *Digital Video Disc* (Disco Digital de Vídeo)  
EAD – Educação à Distância  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional  
GO – Goiás  
IFLA - *International Federation of Library Associations* (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MinC - Ministério da Cultura  
MT – Mato Grosso  
NAPRO - Núcleo de Atividades do Projeto Rondon  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PA - Pará  
PB - Paraíba  
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PNBE - Programa Nacional da Biblioteca Escolar  
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático  
PNLEM - Programa Nacional do Livro no Ensino Médio

PPGE - Programa de Pós – Graduação em Educação  
PR - Paraná  
PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura  
PUC – CAMPINAS Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RS – Rio Grande do Sul  
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica  
SC - Santa Catarina  
SciELO - *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SP – São Paulo  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TO – Tocantins  
TV – Televisão  
UCP – Universidade Católica de Petrópolis  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas  
UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*  
(Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)  
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba  
USP – Universidade de São Paulo  
WWW - *World Wide Web* (Rede de Alcance Mundial)

CAMARGO, D. W. A centralidade da biblioteca como condição para uma formação cultural nas escolas. Lages: UNIPLAC, 2010. Dissertação de Mestrado

## RESUMO

O problema principal abordado na pesquisa ora relatada surgiu da constatação do desprestígio que paira sobre a biblioteca no âmbito da educação escolar brasileira. Sendo a biblioteca, o celeiro das culturas, onde encontramos as memórias e tradições de nossos antepassados e o berço de outras civilizações, como entender que a educação escolar pouco se interesse pela biblioteca ou desenvolva a formação das novas gerações dispensando-a? Para aprofundar o entendimento do problema foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, sendo a dissertação organizada em três capítulos: 1) um amplo estado da arte que deflagrou importante lacuna relativa ao problema - a literatura acadêmica, tanto da área da educação quanto da área da biblioteconomia pouco trata da biblioteca escolar; da mesma forma, os cursos de formação de professores e os livros didáticos não incluem a biblioteca como recurso pedagógico, e tampouco a formação de bibliotecários se ocupa da biblioteca escolar. Os documentos legais brasileiros voltados para educação tampouco fazem a ela referência. Milanesi (1983, 1986), Silva (2003) e Campello (2008) foram autores centrais para a discussão das bibliotecas escolares brasileiras; 2) um estudo minucioso e aprofundado da história da instituição biblioteca foi realizado a partir de autores como Baratin e Jacob (2000), Manguel (1997), Chartier (1999) e outros. E, 3) discussão final, que envolveu diversos autores para evidenciar que alguns problemas típicos da cultura escolar, amplamente analisados na literatura mas de difícil solução, poderiam encontrar caminhos para realizar uma formação cultural de qualidade, se a biblioteca ocupasse lugar central entre as suas atividades. Seja para desenvolver uma educação com ênfase na cultura, seja para trabalhar com o conhecimento científico, a biblioteca é indispensável. As políticas públicas recentemente começam a investir em programas voltados para as bibliotecas, mas pesquisas mostram que seus resultados são insatisfatórios pois não se preocupam com a capacitação dos professores que irão atuar na biblioteca, que continua sendo precária e pouco conhecida, na sua função social e humana, dos educadores. Uma biblioteca não se faz apenas com caixas de livros novos ou equipamentos, nem com um espaço reformado, mas com a consciência da importância daquele espaço como um organismo vivo, ativo e transformador na vida do ser humano.

Palavras-chave: biblioteca escolar, escola, formação cultural, educação, bibliotecário.

CAMARGO, D. W. A centralidade da biblioteca como condição para uma formação cultural nas escolas. Lages: UNIPLAC, 2010. Dissertação de Mestrado

## ABSTRACT

The main problem approached in the research now related appeared of the verification of the disrepute that hovers on the library in the ambit of the Brazilian school education. Being the library, the barn of the cultures, where we find the memories and our ancestors' traditions and the cradle of other civilizations, how to understand that the school education is little interested in the library or develop the formation of the new generations discharging her? To deepen the understanding of the problem, a research of bibliographical and documental character was accomplished, being the dissertation organized in three chapters: 1) a wide state of the art that deflagrated important gap relative to the problem - the academic literature, as much of the area of the education as of the area of the librarianship little treat of the school library; in the same way, the courses of teachers' formation and the text books don't include the library as pedagogic resource, and neither the librarians' formation is in charge of the school library. The Brazilian legal documents adressed to education neither they make reference to her. Milanesi (1983, 1986), Silva (2003) and Campello (2008) were central authors to the discussion of the Brazilian school libraries; 2) a meticulous and deepened study of the history of the institution library was accomplished starting from authors as Baratin and Jacob (2000), Manguel (1997), Chartier (1999) and other. And, 3) final discussion, that involved several authors to evidence that some typical problems of the school culture, thoroughly analyzed in the literature but of difficult solution, they could find roads to accomplish a cultural formation of quality, if the library occupied central place among their activities. Be to develop an education with emphasis in the culture, be to work with the scientific knowledge, the library is indispensable. The public politics recently begin to invest in programs adressed to the libraries, but researches show that their results are unsatisfactory because they don't worry about the teachers' training that will work at the library, that continues being precarious and little known, in its social and human function, of the educators. A library is not just made with boxes of new books or equipments, or with a reformed space, but with the conscience of importance of that space as an organism alive, active and transformer in the human being life.

Key words: school library, school, cultural formation, education, librarian.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>07</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>08</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. PAPEL E LUGAR ATRIBUÍDO À BIBLIOTECA ESCOLAR EM PESQUISAS E LEGISLAÇÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>2. PARA ENTENDER A INSTITUIÇÃO BIBLIOTECA.....</b>	<b>50</b>
<b>2.1 A instituição milenar biblioteca.....</b>	<b>50</b>
2.1.1 História das Bibliotecas.....	50
2.1.2 Sobre Bibliotecas, leitores e livros.....	57
2.1.3 A diversidade de suportes da escrita ao longo da civilização .....	61
2.1.4 Sistemas de classificação e catalogação de obras bibliográficas.....	67
2.1.5 Bibliotecas digitais.....	72
<b>3. BIBLIOTECA ESCOLAR: DO DESPRESTÍGIO À PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>101</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

Para introduzir a problemática tratada nesta dissertação de Mestrado, convidamos o leitor a acompanhar a construção de nosso objeto de pesquisa, partindo: 1) de minhas inquietações como professora de Ensino Fundamental ao ingressar no Mestrado, 2) passando por descobertas e ampliação de referências teóricas desestabilizadoras; 3) hesitações e conflitos vivenciados durante o percurso, tanto no trabalho como no Mestrado; 4) decisões: mudança de foco de pesquisa e, por fim, levamos o leitor a conhecer as reflexões que resultaram desse percurso acidentado, até muito perto do final da caminhada. No parágrafo seguinte é feita uma descrição rápida do percurso para, em seguida, fazê-lo de forma mais detalhada.

Do interesse inicial pela leitura, passamos a definir a biblioteca escolar como objeto de pesquisa. Até o momento da qualificação pretendíamos elaborar um paralelo comparativo entre as instituições escola e biblioteca, e o objetivo formulado era o de mostrar as possíveis relações existentes entre elas, construídas ao longo de suas respectivas histórias. Tínhamos feito um aprofundado estudo da história da biblioteca, instituição milenar no mundo ocidental, muito mais antiga do que a escola, e queríamos entender e explicar um fato que nos parecia chocante: de que maneira essa instituição, que eu descobria, a cada dia, como sendo absolutamente fundamental na história da civilização ocidental, podia ter tão pouca visibilidade no contexto da educação escolar brasileira? A maneira como tínhamos pensado realizar a pesquisa exigia um estudo minucioso da escola, equivalente ao que tinha sido realizado sobre a biblioteca. Esse trabalho estava recém iniciado no momento do exame de qualificação e se afigurava como difícil. Durante a qualificação, não ficou muito claro para os membros da banca, de que maneira faríamos essa confrontação entre as duas instituições, até porque o capítulo da escola não estava desenvolvido ainda. Assim sendo, a banca sugeriu que a pesquisa se concentrasse

só na temática da biblioteca e deixasse de lado o estudo sobre a escola. Foi também sugerida a exploração do sentido cultural da biblioteca escolar, se possível recuperando o conceito de formação cultural sintetizado no conceito de *Bildung*.

Em um primeiro momento este caminho nos pareceu difícil, já que tínhamos uma noção um tanto quanto superficial desse conceito, apesar do mesmo já ter sido trabalhado numa leitura feita anteriormente, em uma das disciplinas do Mestrado; estamos nos referindo ao projeto elaborado por Wilhelm von Humboldt<sup>1</sup> (2003) para a criação da Universidade de Berlim (1810); um texto que havia sido trabalhado justamente na disciplina<sup>2</sup> ministrada por minha orientadora. A ideia foi retida e constituiu-se em um desafio fecundo. Apesar de sua incorporação na dissertação ser mínima e pouco explícita, a leitura de alguns textos, sobre o conceito de *Bildung*, contribuiu para compreender mais profundamente o papel da biblioteca para uma educação que leve em conta o conhecimento científico e a cultura; apesar de que o conceito de *Bildung* carrega as duas dimensões sem precisar separá-las. (SUAREZ, 2005; WEBER, 2010; MACHADO; MENDES, 2009).

Como veremos no desenrolar da introdução e em alguns capítulos, as leituras, debates, processo de escrita, orientação e as sugestões da banca de qualificação geraram, tanto para mim como para a orientadora, muitas discussões interessantes, descortinando novos problemas e às vezes levando-nos a impasses, que não foram de fácil resolução. O texto apresentado para o momento da defesa revela a distância das primeiras ideias de pesquisa e aponta para problemas novos, que talvez possam render uma pesquisa de doutorado. Tentaremos esboçá-los no final.

Retomando o nosso percurso, no início do mestrado trabalhava com as referências que trazia da formação anterior (graduação, especialização) sobre leitura, considerando-a como uma fonte de prazer e cultura (LEAHY, 2006; CARVALHO, 2000; FREIRE, 1994), apropriação, invenção, produção de significados (CHARTIER, 1999), sendo que a nossa leitura, o que lemos nos prepara para

---

<sup>1</sup> Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão von Humboldt (22 de junho de 1767, Potsdam - 8 de abril de 1835, Berlim), foi funcionário do governo, diplomata, filósofo, fundador da Universidade de Berlim, é conhecido como um linguista alemão que fez importantes contribuições à filosofia da linguagem, à teoria e prática pedagógicas e influenciou o desenvolvimento da filologia comparativa. É reconhecido como tendo sido o pai do sistema educacional alemão, que foi usado como modelo em países como os Estados Unidos e Japão. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm\\_von\\_Humboldt](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_von_Humboldt)> Acesso em: 21/06/2010

<sup>2</sup> Laboratório de Produção Científica.

‘escrever’ a fala que socialmente construímos, nos possibilitando fazer uma leitura profícua de mundo (FREIRE, 2008) e nos tornando membros de uma sociedade educadora (FREIRE, 1994) e, por consequência, de uma sociedade da informação (CAMPELLO, 2008). Diante dessas ideias sobre a leitura me perguntava quais motivos poderiam levar ao pouco interesse pelo hábito de ler, por parte dos educandos e/ou por parte dos educadores? Ou, em quais momentos de suas existências teria se dado esse ato falho de minimizar a importância devida a tal costume? Ou ainda, quais seriam, se é que existiam, os métodos, formas/fórmulas capazes de desenvolver, criar, e/ou estimular o gosto e o hábito pela leitura?

Essas e tantas outras perguntas em torno da temática “leitura” foram inicialmente o eixo que desejava perseguir na pesquisa. Dos processos que se vive na escola, talvez o mais discutido hoje, seja a leitura ou a falta dela. Porém, percebia que apesar dos avanços nos últimos anos e do brasileiro estar lendo um pouco mais, como mostra Amorim (2008) em *Retratos da leitura no Brasil*, ainda é comum observarmos o pouco interesse de alunos, em todos os níveis de ensino, independente de sexo, idade ou classe social, pela leitura<sup>3</sup>. Pesquisas realizadas por alguns autores como Leahy (2006), Lajolo e Zilberman (2001), Amorim (2008), Silva (1993), entre outros, têm mostrado que existem várias razões para a pouca importância que se dá ao ato de ler; dentre elas, citam a falta de incentivo à leitura desde a infância, pelos pais, ou a inadequada formação educacional, decorrente da precariedade e da ineficiência do sistema de ensino (AMORIM, 2008).

A leitura é um instrumento social de divulgação de ideias (FREIRE, 1994), fundamental e inerente ao processo de ensino e à aprendizagem. Segundo Freire (1994), o ato de estudar implica sempre o de ler, mesmo que neste não se esgote. Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, que pode ser gratificante para aqueles que a descobrirem como tal. Assim como Freire, vários autores se dispuseram a relatar, narrar, descrever, enumerar, classificar, nomear, etc., formas, métodos, tipos de leitura; dissertaram sobre quando, como e por que ler, bem como, o que não ler e o que se deve (ou não) fazer para não desestimular o ato da leitura

---

<sup>3</sup> Galeno Amorim (2008) afirma, embasado na pesquisa que realizou entre os anos de 2000 e 2008, que somente 35% dos brasileiros gostam de ler em seu tempo livre, e 1 entre cada 4 pessoas não faz a menor ideia sobre o papel da leitura. 55% da população estudada declaram ter lido pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses, 50% dos leitores são estudantes que lêem livros indicados pelas escolas, 7% dos leitores estavam lendo a Bíblia, 9% desses leitores têm até a 4ª série do Ensino Fundamental, 27% têm de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, 37% têm o Ensino Médio e 55% têm Ensino Superior. Entre os leitores de livros no Brasil, por gênero, estão 55% deles compostos por mulheres e 45% por homens.

no ser em construção. Mesmo assim, não raro, pesquisas como a de Amorim (2008), Freire (2008) e Silva (2000), sinalizam limitações da educação escolarizada, que, *grosso modo*, fracassa em sua responsabilidade de formar leitores, criando meros 'ledores', decifradores de letras, analfabetos funcionais, atestam essas inúmeras pesquisas feitas nas últimas décadas.

Novas leituras no Mestrado ampliaram minha compreensão sobre o lugar e papel da escola na sociedade, ao mesmo tempo em que colocaram esta educadora em crise cultural. Precisei reorganizar o cotidiano, reerguendo minha civilidade sobre novas bases, numa caminhada que não queria produzir nem reproduzir o que descobria ser uma mercadorização dos elementos da cultura (BENJAMIN, 1994), acompanhada da exclusão de tantos brasileiros do usufruto dos bens culturais.

Percebia cada vez de forma mais clara, o quanto os conhecimentos tinham sido (e ainda são) privilégio das elites dominantes e o quanto isso desgastava o trabalho do educador, entendido como uma espécie de "artista", no sentido dado por Benjamin (1994), nos preocupamos em não perpetuar essa lógica da indústria cultural<sup>4</sup>, da invasão do sistema capitalista em uma área antes considerada sagrada, que é a da produção cultural, onde o que passa a importar é apenas o valor da troca, a comercialização do produto do espírito (BENJAMIN, 1994).

A consciência da responsabilidade e do papel do professor nesse contexto da cultura na sociedade globalizada, aliada a preocupações relativas à natureza e à descoberta de que a dialética da transitoriedade do saber influencia, necessariamente, a qualidade do desempenho docente - suscitaram em mim uma busca incessante por novas fontes, e também por agir de forma mais consequente com o que descobria teoricamente. Precisava buscar conhecimentos que permitissem maior aproximação da pergunta e da problemática original que desejava investigar ao ingressar no Mestrado em educação: como existir e trabalhar em

---

<sup>4</sup> Indústria cultural (em alemão: *Kulturindustrie*) é um termo cunhado por Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), da Escola de Frankfurt. O termo aparece no capítulo *Kulturindustrie - Aufklärung als Massenbetrug* na obra *Dialektik der Aufklärung* (em português: *Dialética do Esclarecimento*), publicado em 1947. Nele os autores analisam a produção e a função da cultura no capitalismo; o conceito considera a cultura enquanto mercadoria; não se refere aos veículos (televisão, jornais, rádio...), mas ao uso destes por parte da classe dominante. "A produção cultural e intelectual passa a ser guiada pela possibilidade de consumo mercadológico". Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAria\\_cultural](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAria_cultural)> Acesso em 21/06/2010.

educação em uma sociedade que parece dar mostras de indiferença com relação à leitura?

Apesar do reconhecimento geral do valor dos conhecimentos e, conseqüentemente, dos conteúdos escolares, que se renovam constantemente e pedem sempre uma atualização por parte dos indivíduos, o valor da leitura, na prática escolar não podia ser constatado. Pensando especificamente em caracterizar e levantar questões inerentes ao problema, que são prioritárias, fundamentais, cruciais e básicas à carência do desempenho do profissional educador, é que, já num segundo momento, pensei em fazer uma pesquisa, enfocando a leitura, num ambiente que poderia ser considerado propício para tal atividade: a biblioteca escolar. Até mesmo porque valorizar a biblioteca implica em conhecer o sentido da cultura, e uma educação que a leva em conta de maneira superficial não estaria levando a sério a sua tarefa em torno do conhecimento e da formação. A ideia de educação com forte conotação cultural ingressou no meu horizonte como fundamental para a escola, à medida que passava a conceber a biblioteca como um dos pilares da cultura, ao menos teoricamente! Passei a pensar que era preciso que ela também fosse fundamental na realidade escolar! Mas nessa época, em que migro do tema da leitura para o da biblioteca, a ênfase em pensar uma educação com cultura aparece apenas esporadicamente.

Dessa forma, até determinado momento do Mestrado pensava nas seguintes possibilidades e alternativas para o desenvolvimento da pesquisa, que envolveria trabalho de campo: 1º) realizar um mapeamento das bibliotecas escolares existentes do Município de Lages e caracterizá-las sob certos aspectos (história; instalações; atores: responsáveis/usuários; 2º) levantar os projetos ou programas que eventualmente tenham dinamizado as bibliotecas na região. Os procedimentos seriam: a) levantamento documental e consulta junto à Secretaria de Educação; b) aplicação de questionário às escolas; 3º) observações no local; entrevistas e registros fotográficos.

Porém, consultas e conversas com colegas responsáveis por espaços-biblioteca em suas escolas, bem como dados obtidos a partir de oficinas promovidas pelo município para qualificar este setor das escolas, foram confirmando o pouco desenvolvimento das bibliotecas escolares na Região Serrana de Santa Catarina. Fazer um levantamento exaustivo das bibliotecas escolares da região traria talvez poucos elementos para qualificar as bibliotecas, além de uma visão empobrecida

destas. Por isso desistimos de realizar tal pesquisa, interessando-nos em aprofundar estudos, começando por uma perspectiva histórico-conceitual sobre as bibliotecas.

Em acordo com a orientação, a pesquisa sofreu um redirecionamento, decidindo-se investir em uma reflexão teórica sobre o sentido da biblioteca escolar, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, muito considerada na área da educação. A biblioteca é um espaço diferenciado, com características próprias, que tem uma história milenar associada à escrita, aos registros, à civilização e à preservação da cultura. Quando ela se instala na escola, que é centenária, a lógica da instituição escolar interage com a lógica inerente à biblioteca.

Algumas perguntas começaram a surgir: Qual o papel do professor em uma biblioteca? Que possibilidades trazem a presença da biblioteca no espaço escolar? Qual a função da biblioteca na escola, para o professor, para o aluno? Que sentido cultural carrega a biblioteca escolar? Que dificuldades estão envolvidas nessa interação entre duas tradições distintas: a escola e a biblioteca?

Outro fator que foi decisivo para essa nova definição foi a mudança de ambiente profissional dentro da escola. Passei da sala de aula para a biblioteca escolar. Essa mudança no trabalho ocasionou um novo tipo de reflexão sobre a temática leitura. Estava em uma escola em meio a livros. Porém, esse ambiente parecia ter pouca visibilidade na escola. A pergunta que se impôs diante desse quadro foi: seria esta uma circunstância apenas local, da biblioteca de minha escola, que eu acabara de assumir? Responder a essa pergunta poderia reforçar a ideia da pesquisa de campo descrita acima, para verificar as condições das bibliotecas escolares de determinado espaço regional. Ainda há muitos municípios brasileiros que não têm bibliotecas, como veremos no decorrer da pesquisa; em muitos casos, a biblioteca existe, mas tem pouca difusão ou não é suficientemente usada ou não se constitui em um espaço acessível. Lindoso (2008), autor convidado a refletir sobre os dados obtidos pela pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (AMORIM, 2008) -, afirma que 67% dos brasileiros dizem saber da existência de bibliotecas em seus municípios, sendo que os outros 33% desconhecem até mesmo a sua existência. Em 2008, Lindoso (AMORIM, 2008) afirmou que aproximadamente 10% dos municípios brasileiros não possuíam nenhuma biblioteca.

Estar na condição de professora responsável pela biblioteca escolar Marta R. B. da Costa, situada na Escola Municipal Nossa Senhora da Penha, dava o que pensar. Foi possível analisar outro ponto de vista da função profissional: não deixei

de ser professora, nem me tornei bibliotecária. Foi quando compreendi que, enquanto professora, necessitava conhecer o novo ambiente onde me encontrava. E para isso, precisaria buscar fontes que mostrassem a origem de tão curioso ambiente, para que estas pudessem trazer o entendimento do que afinal era uma biblioteca: suas funções (ou, melhor dizer minhas funções), contribuições, relações com a escola. Por um lado estava dentro da biblioteca, logo me era algo familiar, eu a conhecia. Por outro lado, era um ambiente novo e estranho para mim enquanto profissional da educação, e de fato eu pouco conhecia sobre bibliotecas. Esta condição despertou em mim muitas perguntas.

Se somos determinados pela relação com o meio, tecendo a trama da própria história, geração após geração, tendo no processo do trabalho formas de inscrever nossas marcas na natureza, transformando-a, humanizando-a, e ao mesmo tempo humanizando-nos, e se nossa singularização se dá no encontro com nossos outros, a começar pelos mais próximos, iguais ou semelhantes, uma pergunta principal sempre voltava: quais motivos levariam os educadores a relegarem à biblioteca a um segundo ou terceiro plano? Afinal a biblioteca é por excelência um lugar de alteridade, uma oportunidade de abertura ao outro, a outras culturas, a outros tempos. A biblioteca é um lugar pleno de humanidade! Ela é guardiã de memórias que nos proporcionam um diálogo entre o antigo e o novo, entre o clássico e o moderno, o consagrado e o emergente, como concebe Ivo Barbieri (2003)<sup>5</sup>.

Se a biblioteca é central na universidade, por que é pouco perceptível na escola? Surgiu então uma nova pergunta: será que em outras localidades a biblioteca escolar é mínima, ou pobre, ou descuidada, ou pouco valorizada, tanto no espaço que lhe é destinado e ocupa em cada escola, quanto em seu acervo? Existem bibliotecas em todas as escolas? Qual a verdadeira função de uma biblioteca dentro de uma escola? Estes e tantos outros questionamentos começaram a se tornar mais importantes do que aqueles inicialmente postos sobre a leitura propriamente dita. Foi assim que fomos mudando o foco da pesquisa, que passou a envolver a temática “biblioteca escolar”. Confirmou-se, então, novo objeto de pesquisa, embora não tivéssemos mudando o rumo.

---

<sup>5</sup> Ivo Barbieri (2003) faz a apresentação dos volumes da Coleção Universidade (UERJ), dedicada a publicar textos seminais sobre essa instituição consagrada ao conhecimento, para a qual a biblioteca é central e prestigiosa.

À medida que ia estudando sobre as bibliotecas, especialmente sobre a história das bibliotecas da Antiguidade, cada vez mais entendia a relevância daquele espaço empoeirado e meio esquecido que ocupava lugar tão secundário na minha escola e que eu me empenhava em redimensionar. O estudo da história das bibliotecas fez com que começasse a olhar para aquele espaço de modo diferente; não mais de fora para dentro, mas com um olhar de quem está dentro do ambiente, para além dos limites das paredes da escola, mostrando que a biblioteca escolar, e a leitura nesta, é na verdade uma pequena parte do imenso e intenso mundo das bibliotecas que representa os feitos da humanidade e das civilizações. Passei de alguma forma a fazer parte daquele campo de estudo e práticas das bibliotecas. Então, o fato de trabalhar naquele lugar cheio de livros e pouco valorizado por meus colegas, me fez habitar a escola de uma outra maneira, com uma nova visão, sentindo-me identificada com bibliotecas de outros tempos e de outros lugares muito distantes e que foram (e ainda são), muito importantes na história da humanidade. Passei a experimentar a vontade de compartilhar dessas descobertas, porém isso não se mostrou tão fácil. Não podia e nem me era permitido comunicar minhas lentas descobertas, envolvendo leituras, estudos, escritos, em uma conversa rápida com uma colega.

A partir do momento em que a história das bibliotecas foi se desenrolando perante meus olhos céticos e inicialmente limitados, vislumbrei que não mais poderia abandonar essa temática como interesse principal de pesquisa; o tema foi criando corpo e ultrapassando definitivamente as dimensões do que era, até então, o tema 'leitura', para tornar-se um estudo aprofundado e aprazível sobre a instituição biblioteca e a sua caminhada histórica até os dias atuais. Mas continuava inevitável confrontar essa grandiosa instituição milenar com a precariedade da biblioteca em que trabalhava, e a pergunta sobre as relações entre a instituição biblioteca e a instituição escola 'martelava' em minha mente. Pensava também nas transformações que a biblioteca parecia sofrer ao se inserir num espaço com as características da escola: ela ficava quase irreconhecível, perdendo autonomia e vida própria.

A relação, entre essas duas instituições - biblioteca e escola - ganhou nessa etapa da pesquisa o interesse principal. Embora as duas estivessem fortemente associadas ao conhecimento e à informação, e na época pensava, também à cultura, e estivessem envolvidas em disponibilizar ou proporcionar informação e

instrução, comecei a entender que se tratava de duas instituições que carregavam tradições díspares e eram muito diferentes: em tempo de existência, em tamanho e em essência.

Apesar de passar por vários processos de transformação, as sociedades baseiam-se em modelos nos quais as informações encontram-se presentes de maneira intensa e constante na vida social de todos os povos, independente de seu nível ou tipo de desenvolvimento cultural, filosófico e/ou político, embora com diferenças consideráveis quanto aos suportes e modalidades de dispor e usar as informações. Nos dias atuais, sobretudo nas sociedades letradas de um mundo cada vez mais globalizado, espera-se e até exige-se de seus integrantes o domínio de um volume de informação e atualização muito maior do que em qualquer época do passado. Seja para realizar tarefas corriqueiras, incorporar-se ao mundo do trabalho, interpretar e avaliar informações científicas e culturais veiculadas pela mídia, para interferir em decisões políticas e/ou compreender o desenvolvimento das tecnologias e suas aplicações. Enfim, esse fenômeno informacional abundante que irrompe e cresce vertiginosamente em nossa era - especialmente a partir dos avanços das chamadas tecnologias da informação e das comunicações (TICs) - gera constantes transformações que se processam rapidamente. Seja em termos de novos conteúdos ou de novas mídias ou suportes da informação, estes elementos desempenham, nessa realidade, um papel central, com repercussões na atividade econômica e na criação de riquezas, sendo a educação um dos seus mais importantes aspectos (CAMPELLO, 2008). Nesse ponto a educação se conecta diretamente com o mundo do trabalho e mostra a sua relevância na sociedade.

Assim, o indivíduo, ao ser parte ativa e integrante de seu ambiente e utilizar as ferramentas proporcionadas pela educação, realiza e acumula experiências e conhecimentos ao mesmo tempo em que cria novas necessidades, propriamente humanas. Portanto, pode-se dizer que o processo do conhecimento se dá pela interação do sujeito com seu meio natural e social; se desenvolve em movimentos de ruptura e transformação, nos quais capta o significado da realidade por meio das relações sociais (abrangendo o termo as relações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, no sentido da conceituação marxista), e compreende as contradições existentes, formulando conceitos que lhe permitem, ou lhe impedem lidar com o real de modo crítico.

Enquanto produto e produtor de um processo constante de contradições, e transformações sobre as próprias contradições - componentes de uma sociedade letrada, caracterizada por abundância de informações e na qual a educação está encravada - o ser humano experimenta a necessidade de preparar os indivíduos para serem usuários competentes do conjunto de registros acumulados (a maioria escritos), tornando-os capazes de selecionar e interpretar criticamente as informações disponíveis. Tal necessidade torna-se cada vez mais intensa e evidente (CAMPELLO, 2008). E a escola vai encontrar aí um de seus papéis clássicos, como disseminadora do conhecimento historicamente acumulado nas sociedades e do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos que a integram.

O problema da educação, ou da formação humana, envolve então a informação, o conhecimento e o sentido de sua transmissão e produção. É nessa discussão que faz sentido recuperar um conceito que representa uma herança do Iluminismo, cuja influência está presente, mesmo que não o tenhamos presente e possa até causar estranhamento: trata-se do conceito alemão *Bildung*. O termo é difícil de traduzir e também de compreender, pois envolve muitos significados e não tem um autor propriamente; ele é fruto e síntese da visão de mundo de uma época culturalmente fértil da Alemanha, na filosofia e nas artes, que teve forte influência sobre o Ocidente<sup>6</sup>. A noção de *Bildung*, cujo caráter é bastante dinâmico "se impõe a partir da segunda metade do século XVIII, exprimindo, ao mesmo tempo, o elemento definidor, o processo e o resultado da cultura" (SUAREZ, 2005). Segundo Suarez (2005), que se baseia nos estudos de Berman, o sentido do termo permanece razoavelmente fixo ao longo do século XIX, período em que vai perdendo força.

Em seu artigo, Suarez (2005) revela a importância dessa concepção de cultura para o mundo Ocidental, mostrando, a partir de afirmações de Gadamer, que os significados que o termo *Bildung* reúne, foram profundamente transformadores na época e vieram para ficar, por isso quando lemos a respeito das ideias associadas a esse conceito, elas nos parecem familiares – como se estivéssemos falando de algo muito atual. O mesmo não acontece, diz a autora, com relação às ideias do período Barroco, que se nos apresentam como deslocadas, muito antigas, com pouca

---

<sup>6</sup> O conceito de *Bildung* recupera e condensa a noção de educação herdada dos gregos (Paidéia). Conforme Jaeger, apud Machado e Mendes (2010, p. 13). "a ideia de educação representava para ele [*o Homem grego*], o sentido de todo o esforço humano, [...] a justificação última da comunidade e individualidades humanas". Essa perspectiva de formação integral do espírito foi retomada durante o século XVIII, no contexto da *Aufklärung*.

relação com a vida e os problemas atuais. O conceito de *Bildung* se mostra interessante porque ele condensa a ideia de ciência, arte, cultura, entre outras significações para as quais não contamos na língua portuguesa com uma palavra que os articule; precisamos de várias para integrar esses aspectos.

Rosana Suarez (2005) analisa o conceito alemão de *Bildung*, revelando a riqueza de significações que ele pode abarcar, remetendo a cinco contextos diferentes: *Bildung* como trabalho, como viagem, como tradução, como viagem à Antiguidade e como prática filológica. *Bildung* como trabalho, afirma Suarez (2005), representa a formação no sentido prático, formação de si pela formação das coisas, é a designação de um processo ligado à ação prática. Possuindo esse caráter prático e dinâmico, assume sentido de processo, remetendo à instância de *Bildung* como viagem: nessa vertente, a formação lança-se rumo à experiência da alteridade. Conhecendo o outro, aquilo que não sou eu, para em seguida reencontrar-se, conhecendo mais profundamente a si próprio.

Nesse processo constante de progressão e retorno o conceito de *Bildung* mostra a sua natureza circular e alternante, podendo ser definido como um movimento de tradução, que se manifesta como um dos agentes principais da formação cultural.

Ao longo dos anos, o conceito de *Bildung* é relacionado com o original, com o modelo cultural de épocas outrora, no qual o indivíduo numa relação de procura por si no estrangeiro, acaba sendo mediado por figuras-modelo de antigamente consideradas clássicas. E é no arquétipo da Antiguidade grega que a cultura passada tem precedência, pois, afirma Suarez (2005), que é o retorno aos Antigos. Por eles serem ao mesmo tempo originais e eternos é que podemos perceber que a modernidade, face à Antiguidade, é um projeto inacabado, fragmentado. Suarez (2005) ainda resume o dinamismo próprio do conceito de *Bildung*, enfatizando o seu caráter de processo, prática, trabalho, viagem, romance, alteração, identificação e tradução.

Humboldt e Johann Gottlieb Fichte<sup>7</sup> (dois autores de textos estudados durante o mestrado e que são relevantes para compreender a formação cultural a partir da

---

<sup>7</sup> Nasceu em Rammenau, Saxônia, 19 de maio de 1762, morreu em Berlim, 27 de janeiro de 1814. Fichte foi um dos filósofos alemães que no início do século XIX planejou e ajudou a fundar, junto com Humboldt a Universidade de Berlim, há duzentos anos (1810 – 2010), modelo que ficou conhecido pelo nome humboldtiano e se espalhou pelo mundo inteiro. Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Johann\\_Gottlieb\\_Fichte](http://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Gottlieb_Fichte)> Acesso em 21/06/2010.

universidade) participam dessa concepção de época na qual o conceito de *Bildung*, que caracterizamos acima, a partir de Suarez, se constrói. A passagem abaixo, de autoria de Fichte contribui para entender os aspectos descritos anteriormente envolvidos nesse complexo conceito de formação cultural:

[...] não se estuda para reproduzir eternamente em palavras o que se aprendera, sempre preparado para os exames; estudamos sim para aplicar o conhecimento ao que nos ocorre na vida e para transformá-lo em obras; não se trata simplesmente de reproduzir o que estudamos, mas de extrair daí algo diferente; a finalidade última não é portanto o conhecimento senão a arte de empregar o conhecimento.

A meta posta por Fichte é exigente, e toca na finalidade dos estudos. Estudamos para mudar o mundo. Seria para isso que serve o conhecimento. Portanto, a formação envolve não apenas semear as informações e saberes, mas visa a construir cabeças independentes, que não se satisfaçam apenas com os conteúdos dos livros que lhes são bem conhecidos, mas que busquem suas origens, suas próprias verdades e que sejam plenamente capazes de registrá-las, compreendê-las e modificá-las com propriedade.

Embora seja esse o caminho desejado, inclusive proposto como ideal, inclusive na educação brasileira de hoje, poder-se-ia dizer que nossas escolas, ao dispor de bibliotecas precárias, como veremos a partir das pesquisas realizadas sobre o tema, têm dificuldades para trabalhar com os conteúdos dos livros, que não são tão bem conhecidos assim, primeiramente porque, na maioria das vezes, não estão sequer disponíveis. Por um lado, mesmo procurando dar ênfase aos conteúdos científicos, os livros mais usados nas escolas (didáticos) transmitem informações superficiais e pouco precisas aos alunos. Por outro lado, estamos na confluência de tradições culturais muito diferentes e difíceis de integrar (cultura européia; cultura africana; cultura indígena). Nossa escola e seus currículos estão voltados para transmitir conhecimentos, em princípio pautados na ciência (na erudição), mas a integração das diferentes heranças culturais que fazem parte da nossa constituição identitária brasileira coloca problemas, como veremos ao longo da dissertação. Esses problemas podem ser relacionados ao fato das bibliotecas serem periféricas na concepção de escola no Brasil, o que nos distancia do sentido de formação cultural descrito por Fichte acima e presente no conceito de *Bildung*. O conceito ficará aqui apenas esboçado, para ser desenvolvido em próximas

---

pesquisas e como convite aos pesquisadores, já que surgiu como descoberta na etapa final da dissertação. A pesquisa realizada sobre a história das bibliotecas mostrou o quanto estas exerceram centralidade na história do Ocidente no sentido que apresentamos brevemente a partir do conceito de *Bildung*.

É interessante constatar que, do lado dos bibliotecários os interesses dos estudos têm ênfase na conservação e tratamento da informação, provavelmente tratando de forma indistinta a informação gerada pela ciência ou pela cultura. A ciência, enquanto geradora de conhecimentos faz parte da cultura, porém ela se tornou tão importante, pelo valor econômico que gera, que foi ganhando autonomia; transformou-se em uma parte especializada da cultura que tem laços muito fortes com a dinâmica de trabalho e de produção econômica das sociedades. Mas nem sempre foi assim. Cada vez mais a ciência ocupa o centro da cena; a cultura vai ficando na outra ponta e também sendo absorvida dentro da dinâmica das sociedades capitalistas. Basta pensar que a arte e até a Educação vem adquirindo cada vez mais o caráter de produtos culturais com valor no mercado, isto é, produtos comerciais. As artes, a música, o cinema e à medida que as tecnologias são incorporadas na Educação, como no caso da Educação à Distância (EAD), produtos educacionais também se tornam mercadorias.

O que se poderia então entender como escola para a formação cultural, senão uma escola que trabalhasse com as produções que vêm da ciência e, também, com as que vêm da cultura. Mas que cultura? Aquela que é produto da indústria cultural, ou aquela que vêm das tradições e identidades dos povos, que envolve valores, literatura, arte, costumes, formas de trabalho ancestrais, línguas? Tudo isso faz parte da riqueza dos povos, de seus perfis, das suas histórias. E se entendermos educação no sentido de formação cultural descrito acima, os acervos e as bibliotecas passam a ser inquestionavelmente importantes.

Barbieri (2003, p. 9), no contexto da formação acadêmica, afirma que a biblioteca é uma das suas três funções essenciais, sendo a sala de aula e o laboratório as outras duas. Ele ainda complementa que “A biblioteca é confronto crítico de um pergaminho com outro pergaminho, de uma página com outra página, não depósito de informação ou acervo bibliográfico”. Diálogo entre páginas quando se trata de biblioteca acadêmica, ela também pode ser considerada uma plataforma de encontro entre professores, alunos e demais frequentadores, quando se trata da escola (SILVA, 1999). Mas, vemos que na maioria das vezes a biblioteca tem ficado

em segundo plano, quando não completamente esquecida. Hoje a biblioteca pode ser acessada também via computador ou até celulares de última geração. É interessante lembrar-se da observação de Chartier (1999), quando refere que a biblioteca não só cumpre a função de reunir, mas também a de dispersar.

Como mencionado anteriormente, a primeira constatação empírica, resultante da observação imediata no campo de trabalho escolar foi a de que pelo menos algumas, senão muitas, bibliotecas escolares são empobrecidas, desoladoras e estão bastante desconectadas da dinâmica escolar. A nossa observação em bibliotecas locais foi amplamente ratificada por estudos e pesquisas que fomos descobrindo ao longo da elaboração da dissertação, como por exemplo, a tese de doutorado de Javert Melo Vieira (USP, 1998), *Suportes para o desenvolvimento da leitura como ampliação de visão de mundo: uma proposta para Mato Grosso*, que deu ênfase à “exiguidade das bibliotecas, desconectadas das atividades curriculares, das quais se esperaria um papel relevante na dinamização das práticas da leitura”.

Confirmações como esta nos levaram a refletir sobre a consideração de Garcia (2007), quando afirma que a escola, ao marginalizar a biblioteca escolar do sistema educacional, falha em seu papel fundamental de albergar um desempenho educativo e cultural, ou sobre a declaração bastante radical de Luis Milanese (1988), importante autor brasileiro para a discussão sobre a biblioteca escolar, afirmando que entre os casos de miséria, a escola é a mais miserável!

Ao referir-se à escola como miserável, Milanese (1988) esclarece que a disparidade econômica se mostra não apenas na miséria concreta das habitações, roupas, corpos, mas se revela também na indigência cultural. É pensando em minimizar esse tipo de indigência que, ao focar as bibliotecas escolares como fundamentais para a educação escolar, o fazemos tendo em mente um ideal de interromper o ciclo pedagógico de um ensino que fica aquém do necessário, já que em nosso país precisamos fazer frente às aflições das massas marginalizadas da sociedade, pois, historicamente um processo de seletividade dos privilegiados e de exclusão dos explorados foi potencializado (FREIRE, 2005; SILVA, W., 2003; MILANESI, 1988).

Em *Miséria da biblioteca escolar*, breve, mas contundente obra especificamente sobre o tema, de autoria Waldeck Carneiro da Silva (2003), é levantado o seguinte questionamento:

[...] numa sociedade em que o acesso à leitura continua sofrendo fortes restrições, principalmente no âmbito das classes socioeconômicas desfavorecidas ou já completamente excluídas da vida social; num País em que os índices de escolarização no nível da educação básica (e mesmo no ensino fundamental) ainda estão muito aquém do desejável e chegam mesmo a ser inferiores àqueles apresentados por países economicamente mais pobres, o que aliás é um forte indicador do viés conservador e excludente das elites que nos têm (dês)governado; enfim, numa formação social em que a apropriação coletiva dos bens materiais e dos bens culturais, fenômenos que se entrecruzam, permanecem como um enorme desafio para o próximo século, seria de se supor e, mais que isso, seria indispensável que o papel social da biblioteca, bem como condições objetivas em que tem funcionado no Brasil se convertessem em objeto de estudo, de polêmica e de políticas públicas no campo das produções simbólicas, como diria Pierre Bourdieu, em particular no campo educacional.

Observamos a ação de pessoas defensoras da causa educacional, tentando superar esse quadro de marginalização, em uma época que carrega heranças de uma educação mecanicista ou instrumental, de um ensino que traz consigo um problema que é, a um só tempo, educacional, cultural, social e político (SILVA, W., 2003), em que as obras da civilização e as obras de arte estão pouco presentes e perdem a sua aura de objetos valiosos, únicos, cheios de glória e atemporalidade, para se converterem em mercadorias como outras quaisquer, como desenvolve Walter Benjamin (1994), na sua crítica à indústria cultural.

Onde foi parar a aura da biblioteca? Ou será que ela nunca a teve? Ao menos nos espaços escolares? Por um lado, longe de ter valor e ocupar um lugar central e importante nas atividades da escola, os estudos realizados mostraram que as bibliotecas são de fato bastante periféricas à instituição escola e gozam de pouco prestígio. Milanesi, na obra *O que é biblioteca?* (1988), mostra que nem sempre o desejo de consultar livros coincide com a existência de bibliotecas<sup>8</sup>, o que acaba se confirmando quando percebemos que nem todas as escolas possuem uma biblioteca própria. E quando a escola tem uma biblioteca, nem sempre ela é bem

---

<sup>8</sup> No site <[http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/boletins/boletim\\_205.htm](http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/boletins/boletim_205.htm)>, com acesso em 04 Maio 2010, podemos comprovar a quantidade de municípios, por região, que não possuem biblioteca: Nordeste: 161; Sudeste: 104; Sul: 67; Norte: 51; Centro-Oeste: 37.

aproveitada, como mostraremos por meio de diversas pesquisas recentes (SILVA, 1999; MAYRINK, 1991; CAMPELLO, 2009 GARCIA, 2007; VIEIRA, 1998).

Onde estaria a origem dessa posição secundária das bibliotecas no meio educacional, é uma questão que atravessa toda a pesquisa e que só no final começamos a elucidar. Discutir o conceito de biblioteca faz falta. Afinal, o que é uma biblioteca?

Ao longo da pesquisa, descobrimos que a preocupação em conceituar a biblioteca escolar não é tema destituído de interesse, ou apenas interesse pessoal, mas tem sido alvo de algumas discussões que resultaram em documentos internacionais. Em 1985, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos<sup>9</sup> (OEA), situou a biblioteca como coração da escola, central para o projeto de ensino-aprendizagem, vista como um dinâmico centro de aprendizagem, real e estimulador. Porém, até que ponto essa concepção da relação entre biblioteca e escola está presente no meio educacional brasileiro? Tudo indica que estamos muito longe dessa concepção. Conforme a definição da OEA (1985), a biblioteca se configura por meio da:

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula.

Na perspectiva exposta, a biblioteca escolar possui uma função pedagógica relacionada a várias ações como a criação do gosto e hábito da leitura, ao desenvolvimento de atitudes científicas de pesquisa escolar e ao trabalho intelectual de formação e crescimento das habilidades de busca e uso da informação; visa também favorecer a integração do cidadão no espaço onde habita, atuar no contexto do projeto político-pedagógico da escola se tornando uma ferramenta essencial para a aprendizagem e para o desenvolvimento de um currículo ativo e flexível.

---

<sup>9</sup> A OEA é o principal Fórum Multilateral do Hemisfério para o fortalecimento da Democracia, bem como para a Promoção dos Direitos Humanos e para a discussão de problemas comuns, tais como: Pobreza, Terrorismo, Drogas e Corrupção. Disponível em <<http://www.oas.org/main/portuguese>> Acesso em 24/03/2009.

Em nosso país, uma definição aproximada a da OEA encontra-se inserida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB nº2, de 7 de abril de 1998). Porém, observe-se que tal texto não menciona o termo biblioteca, como se fosse possível realizar o proposto sem contar com bibliotecas, apenas com as referências trazidas pelos participantes do fazer educativo:

As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

No tópico que trata de Aprendizado inicial da leitura, os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCNs, 2001), documento norteador das propostas curriculares das escolas de ensino fundamental e médio, trazem que “a biblioteca escolar é a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores, ao lado do acervo de classe e das atividades de leitura”. E uma das diretrizes que o documento *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs, 1997) pretende que o aluno “saiba utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos”.

Pode-se afirmar, com base no texto desses documentos, que a função e o papel da biblioteca no contexto educacional são incontestáveis, portanto, a sua existência na escola seria indispensável para um melhor desempenho individual e coletivo na formação do futuro cidadão, ao disponibilizar e viabilizar o acesso ao conjunto de saberes existentes em seu acervo. Mas, será que na prática a biblioteca é realmente considerada e usada nesse sentido? Ou se trata mais de um discurso que não está coerente com o que se realiza efetivamente nas escolas?

A partir do contexto da escola, do seu projeto político-pedagógico e da sua cultura, a biblioteca tem condições de favorecer e dar sentido ao modo de vida e à existência de cada membro escolar e da sua comunidade. Ela pode contribuir para criar mecanismos capazes de promover a superação das dificuldades de seus frequentadores externos, de alunos e também professores, de modo a alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola,

bem como dar base a toda a transformação que o indivíduo poderá sofrer e/ou exercer sobre a sociedade. Mas de fato estará sendo aproveitada, quando existe na escola?

As considerações acima se referem ao potencial abrigado pela existência da biblioteca na escola. Contudo, o que constatamos por meio do trabalho de pesquisa é que, na prática, muitos alunos e professores acabam sendo marcados por experiências negativas ou decepcionantes em relação à biblioteca escolar, que terminam, às vezes, carregando por toda vida. É inevitável constatar que entre o reconhecimento da importância da biblioteca para a educação e para a cultura escolar, na legislação, e o papel que de fato as bibliotecas escolares desempenham para alunos e professores há uma distância considerável, e por isso resta um trabalho importante a desenvolver.

Concluindo o tópico introdutório é importante evidenciar que esta pesquisa é de cunho bibliográfico-documental, e o tratamento do tema assume, para as bibliotecas, uma perspectiva historiográfica. A dissertação se organiza e é apresentada em três capítulos.

No primeiro capítulo desenvolvemos o estado da arte das pesquisas brasileiras relativas ao tema “bibliotecas escolares”, elaborado a partir do banco de Teses/Dissertações da CAPES e do banco de artigos ScIELO. Integramos ao estado de arte um levantamento sobre a menção à biblioteca nos principais documentos da legislação brasileira vigente, para a Educação, dois textos constitucionais e um internacional. Estes levantamentos permitiram ter uma noção do interesse (ou da falta de interesse) entre pesquisadores nacionais sobre este tema. As bibliotecas escolares têm sido pouco exploradas como objeto de pesquisas no campo da educação, área na qual livros, acervos, bibliotecas e leitura são recursos fundamentais, como mostram os documentos internacionais acima citados, para uma formação escolar de qualidade.

No segundo capítulo apresentamos minucioso estudo sobre a evolução das bibliotecas no mundo ocidental, a sua origem como instituição, os diferentes conceitos de biblioteca que foram concretizados nos diferentes espaços geográficos e períodos históricos, bem como a caracterização dos mais importantes tipos de bibliotecas que a humanidade criou e desenvolveu. Este capítulo remete a um breve Glossário, incluído como anexo, com a terminologia específica referente aos

elementos que fazem parte das bibliotecas, sobretudo os mais distantes no passado, que nem sempre é da familiaridade dos leitores brasileiros.

No terceiro e último capítulo desenvolvemos uma reflexão sobre a centralidade da biblioteca escolar para a formação cultural do indivíduo. A discussão se desenvolve tendo como interlocutores principais os dois autores brasileiros que tratam profunda e diretamente a problemática da biblioteca escolar no Brasil, Milanesi (1986) e Silva (2003), tendo como contraponto um conjunto de outros autores como Bernadete Campello (2008), Cyana Leahy (2006), Neusa Macedo (2005). A dinâmica do capítulo procura estabelecer um movimento, primeiramente assinalando alguns problemas típicos da escola, muito debatidos e criticados na bibliografia pertinente, para, em um segundo momento, desenvolver a questão seguinte: se a biblioteca é central, numa perspectiva da cultura, quais seriam as condições históricas que condicionaram esses resultados que as pesquisas vêm apontando?

Finalizando, apresentamos breves Considerações Finais, apontando para possíveis estudos futuros, que possam aprofundar as descobertas trazidas pela dissertação. Seguem-se as Referências, a Bibliografia e o já mencionado Glossário.

Antes de iniciar a leitura dos capítulos, compartilho com o leitor uma reflexão de cunho pessoal: Estudar é realmente um trabalho difícil. Exige de quem o faz desenvolver uma postura crítica, sistemática, uma disciplina intelectual que não se conquista a não ser praticando-a. Foi com o objetivo de tornar-me sujeito reflexivo e participativo - no processo de transformação inerente a uma sociedade, permeada por fortes contradições - que experimentei a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico, que contribuísse para a superação dos questionamentos surgidos na minha interação, como educadora, com os educandos; para que a convivência em uma sociedade ordenada pelo sistema capitalista, que mercantiliza os produtos da inteligência e da criatividade, não empobrecesse a experiência humana que me cabe conduzir como professora.

## 1. PAPEL E LUGAR ATRIBUÍDO À BIBLIOTECA ESCOLAR EM PESQUISAS E LEGISLAÇÕES

*Quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita,  
a envolver-se em práticas de leitura e de escrita,  
torna-se uma pessoa diferente,  
adquire um outro estado,  
uma outra condição.  
Magda Soares (2001)*

No intuito de nos prepararmos para vivermos numa sociedade marcada por transformações aceleradas e acentuadas contradições, hoje precisamos aprender a pensar de forma lógica e criativa, para solucionar problemas, utilizando as abundantes informações disponíveis e nos comunicando efetivamente. O conceito de biblioteca é central quando se fala de informações, pois estas tendem a ser organizadas de alguma maneira, seja material ou virtualmente para que fiquem acessíveis para a população e para variados fins.

Neste capítulo, apresentamos um texto organizado sinteticamente: o estado da arte elaborado a partir das pesquisas geradas no Brasil acerca do tema Biblioteca Escolar. Este tipo de levantamento tem características bastante especiais e por isso exigiu-nos desenvolver habilidades específicas para lidar com as informações recolhidas. Trata-se do que vem sendo chamado de ‘competência informacional’, expressão introduzida no Brasil pela mestra em biblioteconomia e professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Bernardete Campello, e que traduz a denominação utilizada nos Estados Unidos: *information literacy*.

É importante trazer um pouco do contexto da importação dessa expressão estrangeira para o Brasil, pois ela nasce do movimento e da reivindicação dos bibliotecários norte-americanos, durante a década de 1970, como mostra Campello (2008), e se manifesta como um esforço da classe bibliotecária para ampliar o seu papel dentro das instituições educacionais. É desse movimento então que surge *information literacy* ou competência informacional (CAMPELLO, 2008).

Originalmente a expressão foi usada para designar habilidades para lidar com a tecnologia da informação, isto é, com computadores e redes eletrônicas, mas na atualidade, o termo se refere, de forma ampla, ao conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informações, estejam elas em fontes impressas ou eletrônicas; ou seja, envolve a ideia de habilidade de informação de modo geral.

No Brasil, o termo começa a aparecer na literatura de Biblioteconomia e da Ciência da Informação, usada por autores que percebem a necessidade de se ampliar a função pedagógica da biblioteca e repensar o papel do bibliotecário no processo de aprendizagem (CAMPELLO, 2008). Até que ponto os bibliotecários brasileiros têm se organizado no sentido de ocupar mais espaço nas escolas é uma questão interessante de ser respondida. E até que ponto os educadores tem se interessado pelo trabalho dos bibliotecários e reivindicado sua participação nas escolas é outra questão relevante. O mapeamento dos trabalhos científicos que abordam a biblioteca escolar pode oferecer um começo de resposta a estes questionamentos.

Esta síntese foi construída a partir do levantamento das teses, dissertações e artigos científicos pesquisados, respectivamente, nas seguintes fontes: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Banco de Artigos ScIELO. Esta busca proporcionou uma visão panorâmica do que está sendo discutido nas últimas décadas e na primeira década do século XXI, em diferentes localidades brasileiras (incluindo uma produção estrangeira).

Acessando tais fontes com as palavras-chave: 'biblioteca escolar', foi possível obter um total de 125 trabalhos, sendo 115 do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (92 teses, 22 dissertações, um trabalho na categoria profissionalizante) e dez Artigos identificados no ScIELO. Desse total de 125 trabalhos, 86 de fato tinham pertinência e relação com nosso tema: 56 dissertações, 20 teses e um trabalho na categoria de pós-graduação profissionalizante, e nove artigos; sendo excluídas dessa seleção, 36 dissertações, duas teses e um artigo por não possuírem aderência à nossa temática, nem contribuições utilizáveis ao nosso recorte: biblioteca escolar.

Os 77 trabalhos identificados no site da CAPES (teses, dissertações e profissionalizante) foram desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação de vários estados brasileiros, e estão distribuídos, de forma não uniforme, em 30 Instituições

nas cinco regiões do Brasil: apenas um em Instituição da Região Norte, cinco no Nordeste, seis no Sul, 15 no Sudeste e três no Centro-Oeste; a título de hipótese talvez essa distribuição revele que o número de instituições a desenvolverem os trabalhos sobre biblioteca escolar (77 teses ou dissertações foram desenvolvidas em 30 instituições) se relaciona com o desenvolvimento socioeconômico e cultural. A concentração maior de pesquisas foi registrada no Sudeste e Sul: quase 40% dos trabalhos foram desenvolvidos em instituições destas duas regiões. A região Sudeste concentra o maior número de trabalhos, 47 do total de 77, bem como o maior número de instituições a realizarem estes trabalhos: 14 das 30 instituições; sendo seguida pela região Sul, com 13 trabalhos produzidos em seis instituições. Em terceiro lugar, fica a região Nordeste, com dez trabalhos em seis instituições, a região Centro-Oeste produziu seis trabalhos em três instituições e por último fica a região Norte, com um trabalho feito em uma instituição. É importante lembrar que a maior concentração de Programas de Pós-Graduação está também nas regiões Sudeste e Sul.

Ao analisarmos a área em que essas pesquisas foram realizadas, pudemos constatar 40 ocorrências na área de Educação, ou seja, mais da metade do total de trabalhos. Constatamos dez áreas que produzem sobre biblioteca escolar, distribuídas nas suas respectivas instituições de ensino e pesquisa. No quadro abaixo, podemos conferir as áreas de pesquisa, assim como o número de trabalhos produzidos em cada uma delas.

Quadro 1. Teses ou dissertações sobre biblioteca escolar por área de conhecimento

ÁREAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÚMERO DE TESES OU DISSERTAÇÕES
Educação	40
Ciência da Informação	14
Biblioteconomia e Ciências da Informação	8
Letras	6
Ciência da Comunicação	4
Informática na Educação	1
Educação Especial	1
Psicologia	1
Sistemas de Gestão	1
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	1

TOTAL DE 10	TOTAL DE 77 TRABALHOS
-------------	-----------------------

A seguir, apresentamos o Quadro 2, onde podemos ver o número de teses ou dissertações por instituição e em que região se situam.

Quadro 2. Instituição, número de trabalhos e região da instituição

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE TRABALHOS	REGIÃO
Univ. de São Paulo	14	Sudeste (TOTAL DE 47 TRABALHOS)
Pontifícia Univ. Cat. de Campinas	7	
Univ. Fed. de Minas Gerais	6	
Univ. Est. de Campinas	4	
Univ. Fed. Fluminense	4	
Pontifícia Univ. Cat. de São Paulo	2	
Univ. Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Marília	2	
Univ. Fed. do Rio de Janeiro	2	
Univ. Cat. de Petrópolis	1	
Pontifícia Univ. Cat. de Minas Gerais	1	
Univ. Metodista de Piracicaba	1	
Univ. Fed. de Juiz de Fora	1	
Univ. Fed. de São Carlos	1	
Univ. Fed. do Espírito Santo	1	
Univ. Fed. do Paraná	4	Sul (TOTAL DE 13 TRABALHOS)
Pontifícia Univ. Cat. do Rio G. do Sul	3	
Univ. Fed. de Santa Catarina	3	
Univ. Fed. de Pelotas	1	
Univ. Est. de Londrina	1	
Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	1	Nordeste (TOTAL DE 10 TRABALHOS)
Univ. Fed. da Paraíba/João Pessoa	4	
Univ. Fed. do Rio Grande do Norte	2	
Univ. Fed. de Pernambuco	1	
Univ. Fed. do Ceará	1	
Fundação Univ. Fed. do Piauí	1	
Univ. Fed. da Bahia	1	Centro-Oeste (TOTAL DE 6 TRABALHOS)
Univ. de Brasília	3	
Univ. Fed. de Mato Grosso	2	
Univ. Fed. de Goiás	1	Norte (TOTAL DE 1 TRABALHO)
Univ. Fed. do Amazonas	1	

No Quadro 3 mostramos a quantidade de teses, dissertações e trabalho profissionalizante, bem como artigos por ano em que foram produzidos, considerando o total encontrado inicialmente: 125.

Quadro 3. Total de trabalhos realizados e seus respectivos anos

ANO	CAPES			SCIELO ARTIGOS	TOTAL
	DISSERTAÇÕES	TESES	PROFISSIONALIZANTE		
1987	2				2
1988	2				2
1989	3				3
1990	3				3
1991	3	1			4
1992	3				3
1993	1				1
1994	1				1
1995	1	1			3
1996	1				1
1997	3				3
1998	5	4			10
1999	4				4
2000	1	2			3
2001	5				5
2002	6				6
2003	4	3		2	9
2004	5				5
2005	8		1	1	10
2006	6	4		2	13
2007	11	2		2	15
2008	14	4		2	21
2009		1		1	3
TOTAL	92	22	1	10	125

O Quadro 3 cobre um período de 22 anos consecutivos de Teses e Dissertações do acervo da CAPES (pouco mais de duas décadas), não sendo possível relatar se em datas anteriores a 1987 havia interesse pelo objeto de estudo biblioteca escolar (talvez o banco de dados da CAPES não incluía trabalhos anteriores a essa data). No caso do ScIELO, é somente a partir de 2003 que aparecem artigos com foco no objeto pesquisado.

Na década de 1980, temos sete dissertações e nenhuma tese ou artigo. Na década de 1990, temos 25 dissertações e seis teses, e nenhum artigo foi encontrado com o foco buscado. De 2000 em diante, este número cresce significativamente se comparado com os anos anteriores; passam a constar 60 dissertações e 16 teses, mais do que o dobro da década de 1990; os dez artigos existentes são publicados nesta época.

É possível levantar várias hipóteses a propósito desse aumento de trabalhos, talvez mostrando que o problema da biblioteca escolar esteja despertando maior interesse, considerado estratégico ou simplesmente mais pensado/discutido. Também poderíamos pensar que a expansão do sistema de pós-graduação, tendo muito mais titulados em formação de mestrado e doutorado, incida sobre todos os temas, e conseqüentemente também no tema de nosso interesse.

Mas, voltando a analisar as 77 produções selecionadas no banco da CAPES para um estudo mais aprofundado, pudemos categorizá-las em seis grupos de interesse, aproximando as temáticas de uns estudos com os outros. Por ordem de aderência ao objeto de nosso trabalho, os grupos foram assim designados: 1) trabalhos sobre as bibliotecas propriamente ditas; 2) trabalhos com ênfase nos personagens que habitam a biblioteca; 3) trabalhos que se interessam pela Biblioteca como espaço para se realizar atividades; 4) trabalhos com ênfase nas informações; 5) trabalhos com ênfase no acervo, nos livros; e por último, 6) trabalhos voltados para as Políticas Públicas para bibliotecas ou Programas implementados.

No primeiro grupo, 21 pesquisas investigaram sobre a biblioteca propriamente dita (dez da área de Educação, seis das Ciências da Informação, duas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma da Comunicação, uma das Ciências da Comunicação e uma em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). A Educação é a área que mais produziu nesse foco: quase 50% das teses e dissertações (dez dos 21 trabalhos encontrados).

Entre eles, temos Garcia (UFMT, 2007), com sua dissertação *Biblioteca escolar: espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento*, que discute o papel da biblioteca escolar, na qualidade de propiciadora dos processos de interlocução leitor-autor para a formação do aluno-leitor, levando em consideração a forma com que os sujeitos se relacionam com a leitura na biblioteca, e salientando a importância que essa instância tem como locus de construção e partilha de saberes entre o leitor em formação e o livro.

Ainda na área de Educação, também podemos trazer a produção de Alonso (USP, 2007), cuja dissertação, *Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola*, se aproxima do tratamento dado ao tema por Garcia (UFMT, 2007), quando questiona o papel da biblioteca escolar na formação do leitor literário nos dias de hoje; indo além, quando tenta compreender como a biblioteca escolar está

inserida na escola, qual o conceito atual desta e como é a formação do professor responsável pela biblioteca no ensino básico.

Já na área de Ciências da Informação, podemos trazer a dissertação de Silva (UFMG, 2001), *Biblioteca escolar e professor: duas faces da mesma moeda?* Silva considera que, na sociedade contemporânea, a educação e a informação constituem requisitos imprescindíveis para que o homem possa exercer plenamente sua cidadania e, neste cenário, a biblioteca escolar pode ser interpretada como um agente educativo aliado na busca pela melhoria no ensino.

De uma forma ou de outra, todas as produções sobre biblioteca escolar, inclusive um dos artigos encontrados no ScELO, *Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca*, de Behr, Moro e Estabel (2008), analisam, questionam e/ou dão sugestões de melhorias para a biblioteca escolar, desde relativas à sua infraestrutura específica até na direção da implementação de políticas públicas para tal instituição, ou da sua reativação. É possível perceber significativas contribuições nestes trabalhos para uma reflexão crítica e diagnóstica do interesse na biblioteca escolar e nos mecanismos de seu funcionamento. Porém, apesar de alguns trabalhos se preocuparem em confrontar a biblioteca com a escola, nenhum o faz da maneira como aqui propomos, no sentido institucional, levando em conta as diferentes histórias da construção dessas duas importantes instituições sociais.

Analisando os dados contidos nos trabalhos com ênfase nos personagens que fazem parte da biblioteca (o professor responsável por ela, o bibliotecário propriamente dito, os alunos e professores usuários, ou pessoas externas à comunidade escolar propriamente dita, que frequentam a biblioteca), percebemos a preocupação destes com a formação específica do professor para que este tenha habilidades para promover uma interação/integração entre alunos e biblioteca, e livros. Neste grupo, incluímos 21 trabalhos distribuídos em sete áreas: Sistemas de Gestão, Linguística e Letras, Ciências da Informação, Informática na Educação, Educação, Psicologia, Biblioteconomia e Ciências da Informação. A área da Educação foi novamente a que teve o maior número de trabalhos, dez dos 21. Nessa área, temos a dissertação *Literatura em casa e na escola: projetos de formação de leitores no ensino fundamental* de Silva (UCP, 2005), que tenta compreender os caminhos trilhados pelos alunos na busca da interpretação de textos literários, suas dificuldades e avanços, partindo do pressuposto que a língua

escrita é um poderoso instrumento de expressão e comunicação. Bicheri (UNESP, 2008), em sua dissertação *A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação*, da área de Ciências da Informação, discorre sobre avaliar a percepção do bibliotecário quanto a sua responsabilidade cotidiana em mediar a pesquisa escolar, independentemente da ambiência em que se encontre, pois para a pesquisadora, a ambiência da biblioteca é maior que seu espaço físico, e deve alcançar os lares dos alunos, as salas de aula e outros aportes do apoio pedagógico. Também inserimos neste grupo, um artigo da ScIELO, de autoria de Estabel e Moro (2006), *Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem*, que ratificam a importância da capacitação de bibliotecários, profissionais da informação, e a criação do hábito da leitura infantil.

A Biblioteca como espaço para se realizar atividades, é o terceiro grupo, onde agregamos onze trabalhos identificados no Banco da CAPES; distribuídos em quatro áreas, sendo oito em Educação, um em Literatura, um em Biblioteconomia e Ciência da Informação e um na área da Ciência da Informação. Também ficaram neste grupo, dois artigos do ScIELO; um de Fialho e Andrade (2007) com o título *Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira*, e outro de Castro e Sousa (2008), *Pedagogia de projetos na biblioteca escolar: proposta de um modelo para o processo da pesquisa escolar*. Fialho e Andrade (2007) falam da biblioteca como espaço de aprendizagem dos estudantes; e Castro e Sousa (2008) mostram a importância da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem, enfocando a biblioteca escolar como estimuladora da prática da pesquisa escolar.

Em sua maioria, os trabalhos definem a biblioteca como um espaço que proporciona a leitura literária, excetuadas três produções, uma na área da Educação, de Santiago (UFPR, 1999) com a dissertação *Arte local, conto biográfico e narração oral: uma trilogia no ensino fundamental*, que aborda a questão do ensino da arte local, visando identificar a relevância do conto biográfico e da narração oral para a obtenção de uma aprendizagem significativa e com sentido, utilizando a biblioteca escolar como ambiente de interação entre a criança e o artista. Já na dissertação *A poética da voz e da letra na literatura infantil: leitura de alguns projetos de contar e ler para crianças*, de Caldin (UFSC, 2001), na área de Literatura, tem como objetivo principal o resgate dos processos de narrar e ouvir textos literários

destinados às crianças em projetos desenvolvidos em hospitais, bibliotecas e escolas. Uma terceira dissertação que não enfoca a biblioteca como espaço de leitura, *Pesquisa na biblioteca escolar: a eficiência de um roteiro*, de Pécora (PUC-Campinas, 1998), na área de Biblioteconomia e Ciências da Informação, analisa a pesquisa escolar e o resumo de texto desenvolvidos na biblioteca escolar, verificando a eficiência e a contribuição da pesquisa ao ensino de primeiro grau.

No quarto grupo reunimos as pesquisas que enfatizavam as informações, com quatro pesquisas acadêmicas, sendo três dissertações e uma tese, distribuídas em duas áreas: Ciências da Informação, com três produções e Ciências da Comunicação, com uma produção. Este grupo englobou três artigos do SCIELO; *Ação de informação para cidadania: biblioteca e arquivo escolar*, de Freire, Nóbrega, Badini e Araújo (2009); *Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada*, de Gasque e Costa (2003) e *O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional*, de Campello (2003). Este grupo de pesquisas analisa as fontes e formas como as informações são procuradas, disponibilizadas, assimiladas, interpretadas e reorganizadas de forma a gerar novas informações, como cita Pieruccini (USP, 2004), em sua tese na área de Ciências da Comunicação, *A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação*: a busca de informação em educação tem em vista requalificá-la, como parte essencial dos processos de apropriação de conhecimentos, de construção de significados e de identidade na contemporaneidade. Gasque e Costa (2003) em seu artigo descrevem as características dos docentes e identificam os canais e fontes utilizados, assim como os fatores que influenciam o padrão de comportamento na busca da informação para formação continuada.

O penúltimo grupo inclui as pesquisas com ênfase no acervo, nos livros; são seis trabalhos realizados na área da Educação, um na área de Linguística e Letras e outro na área de Letras, totalizando oito pesquisas em três áreas. Este grupo também abrangeu um artigo do ScIELO, de Mello e Souza (2005), intitulado *Determinantes da aprendizagem em escolas municipais*, que examina os fatores que mais influenciam a aprendizagem do aluno. Ficou claro que o grau de participação de professores e pais de alunos no processo escolar favorece o desempenho dos alunos, assim como a posse do livro didático, e a existência de instalações como biblioteca e sala de vídeo também o são. Na área da Educação, temos a tese de

Klinke (UFMG, 2003) *Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930)*, que procurou compreender que lugar a leitura ocupou nas três primeiras décadas do ensino graduado em Minas Gerais, e como se produziu uma cultura escolar do gosto pela leitura. Uma produção na área de Linguística e Letras, de Resende (PUCRS, 1989) *Salas de leitura abordagem crítica de seu acervo*, e outra na área da Educação, *A biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto: acervo e leitura na formação do conhecimento histórico dos alunos do magistério*, de Santos (UFPR, 2001) têm como objeto de estudo o acervo implantado em instituições de ensino específicas, analisando aspectos como a vida média da literatura, representatividade dos autores, origem das obras, o trânsito e a circulação do livro na escola, permitindo uma convivência informal do aluno com a obra literária.

Para finalizar, temos o último grupo, que trata das políticas públicas para bibliotecas ou de programas implementados: encontramos doze pesquisas no Banco da CAPES, nove dissertações e três teses, distribuídas em quatro áreas: Educação, com sete produções, Letras com duas, Ciências da Comunicação com duas, e Biblioteconomia e Ciências da Informação com um trabalho. Também incluímos neste grupo um artigo estrangeiro do SciELO, de Garcia-Quismondo, Cuevas Cervero (2007), *Biblioteca escolar para la sociedad del conocimiento em España*.

Estes trabalhos discutem, analisam, questionam as políticas públicas (ou a falta delas) em torno da biblioteca escolar, da leitura e do livro, ora em localidades específicas, ora em âmbito geral. Na área da Educação, temos a dissertação de Tavares (UFPE, 2004), *Vamos fazer do Brasil um país de leitores? Análise da implementação e funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no município do Recife de 1998 a 2002*, que assinala a importância das práticas de leitura para a sociedade contemporânea e reconhece, nesse contexto, como atribuição da escola, entre outras atribuições, a de formar leitores. Seu trabalho analisa a política de leitura elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), configurada no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e implementada nas escolas da Rede Municipal do Recife. Já a dissertação de Paiva (UFRJ, 2008), *A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005*, também na área da Educação, faz um recorte de uma pesquisa maior realizada por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, e

teve como objetivo descrever e analisar os textos – orais e escritos – produzidos por professores e por especialistas, focando a formação do leitor pela literatura.

Ao analisar este grupo de pesquisas, sobre políticas públicas, e embasadas numa perspectiva construída a partir dos dados das pesquisas anteriores, percebemos a necessidade de também investigar, diretamente, nos documentos legais vigentes, a presença da palavra-chave *biblioteca*, a fim de verificar de que maneira se apresenta na legislação.

Os resultados desta verificação permitem levantar vários questionamentos, dentre os quais: será que as nossas escolas educam ou formam os pequenos cidadãos de amanhã sem bibliotecas? Ou o fazem com bibliotecas precárias? Os professores não precisam de bibliotecas? Dispensam as bibliotecas? Como entender este vínculo tão tênue entre educação e biblioteca na educação escolar de nosso país? Ou será que poderíamos falar em falta de interesse da escola pela biblioteca? E pelos livros e seu acervo em geral?

Para demonstrar a pertinência desses questionamentos, cabe aqui comentar que nossa busca pela palavra-chave no texto das leis foi frustrante, pois constatamos a ausência de menção à Biblioteca em todos os documentos legais verificados. Com uma única exceção, os demais não mencionam em nenhum momento de sua redação a biblioteca. Cabe aqui uma reflexão: são ou foram nossos legisladores marcados pelas bibliotecas?

A exceção são os PCN's (2001), que fazem uma pequena referência ao termo biblioteca. Devido a esta descoberta, também verificamos os textos mais atualizados das constituições de Santa Catarina (2006) e do Brasil (2008), e da Lei Orgânica de Lages (1990), bem como da LDBEN 9394/96 (2003) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (1998). Para nossa surpresa, não encontramos nenhuma menção à biblioteca nesses documentos que deveriam ser fundamentais para o bom desenvolvimento da educação, e até para o bom governo de um país que prime pela educação e pela cultura.

Não é de causar surpresa? Procuramos também pelos termos leitura e livro nesses mesmos documentos e constatamos apenas uma ocorrência para o termo livro em cada texto: uma na Constituição do Brasil e outra na Constituição do Estado de SC. Para o termo leitura não encontramos menção! Curioso é também verificar que as duas menções ao livro encontradas se referem ao imposto a ser instituído ao livro como mercadoria e não ao seu valor cultural/educacional. Tal constatação

sugere que o descrédito sofrido pelas bibliotecas não é meramente local, mas se apresenta na própria concepção de nossas lideranças educacionais, e repercute nas políticas públicas que norteiam o sistema educacional.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o termo livro tem duas aparições, uma delas é uma citação retirada dos PCN's e incorporada na primeira e a outra é encontrada como terceira diretriz, referindo-se ao livro como um elemento entre outros, que envolve as múltiplas interações do aluno; como instrumento que desenvolve ações inter e intra-subjetivas e que gera conhecimentos e valores transformadores e permanentes. Ainda nesse mesmo documento, a palavra leitura é citada três vezes; todas na quarta diretriz. Primeiramente afirma que em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso aos alunos; há também um comentário afirmando que a leitura é um dos meios de desenvolver a capacidade de aprender, que visa à formação básica do cidadão. Em seguida, esta diretriz reitera o Artigo 32, item I da LDBEN, quando fala na leitura do pensar, como uma forma de interpretar, entender o mundo. E para finalizar este estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais, observamos que nela constam três proposições/observações importantes, sendo que a palavra pesquisada - leitura - aparece somente no item a), onde se repete o conceito já existente da LDBEN.

Já na LDBEN não há citação da palavra livro, aparecendo uma única vez a palavra leitura, dentro da Seção III (Do Ensino Fundamental), no artigo 32, item I: como dito anteriormente, o livro como um dos meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender. E finalizando o exame dos documentos legais, na Lei Orgânica de Lages não há nenhuma menção à palavra *leitura*. Oito vezes aparece o termo *livro*, embora em nenhum momento apareça como símbolo de crescimento cultural, mas apenas como lugar de registro de assuntos administrativos da Prefeitura atuante. Constatamos então, que a biblioteca é um recurso, senão um tanto esquecido, marginalizado ou isolado, não apenas nas escolas ou pelos professores, mas também no meio político-educacional nacional, estadual e regional.

Embora exista pobreza no discurso governamental sobre o livro, a leitura e, principalmente, a biblioteca, já existem programas destinados a suprir essa defasagem cultural. No âmbito federal, a coordenação da formulação das políticas públicas de cultura, dentro do Ministério da Cultura, cabe à Secretaria de Políticas Culturais. A Fundação Biblioteca Nacional - em função da reformulação ocorrida no

MinC (Ministério da Cultura) em 2003, que extinguiu a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura -, é a instituição vinculada a esse ministério, responsável pela área da *leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura*. Cabe, ainda, à Fundação Biblioteca Nacional executar projetos e programas da política setorial, no âmbito do Ministério da Cultura, como o PROLER- Programa Nacional de Incentivo à Leitura. No âmbito do Ministério da Educação, cabe ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE) executar programas do livro e apoiar programas de leitura, por meio de convênios. Ao MEC cabe dar continuidade às diversas políticas e ações que vêm sendo implementadas nos últimos anos em diferentes frentes (acesso à produção científica, didática e artístico-cultural; mediação de leitura; produção de material científico, didático e artístico-cultural; pesquisa e avaliação sobre *leitura e escrita*), por meio de Instituições e Programas como o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; CIBEC – Centro de Informação e Biblioteca em Educação; TV Escola, Portal de Periódicos da CAPES; PNLD – Programa Nacional do Livro Didático; PNBE – Programa Nacional da Biblioteca Escolar; PNLEM – Programa Nacional do Livro no Ensino Médio; NAPRO – Núcleo de Atividades do Projeto Rondon; SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Porém, essa longa lista de setores e documentos governamentais não tem garantido, com suas ações e iniciativas, resultados tão efetivos como seria de se esperar, como veremos ao longo do texto, a partir de pesquisas que avaliaram alguns desses programas governamentais. De qualquer forma, o fato dos documentos maiores da nação não mencionarem as bibliotecas mostra que a relação entre educação e cultura, entre escola e biblioteca não está ainda suficientemente trabalhada, nem é evidente<sup>10</sup>.

Já nos documentos internacionais a biblioteca tem mais visibilidade. No *Manifesto da UNESCO<sup>11</sup>/IFLA<sup>12</sup> para Biblioteca Escolar<sup>13</sup>* (MACEDO, 2005), são

---

<sup>10</sup> Fonte: <<http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/eimplement.asp>> Acesso em: 09/12/2009.

<sup>11</sup> A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - foi fundada em 16 de Novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Fonte: Wikipédia. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/unesco>> Acesso em: 17/03/2009.

estabelecidos sete tópicos como objetivos básicos para a biblioteca escolar, considerada essencial para o desenvolvimento da leitura e escrita, seja no uso da informação, no ensino e na aprendizagem, na cultura e nos seus serviços básicos:

- 1) Dar apoio e trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais para que os objetivos educacionais definidos na escola sejam alcançados, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- 2) Procurar desenvolver e manter o hábito e o prazer da leitura, bem como promover o uso da biblioteca e seus recursos a toda comunidade escolar e seu entorno;
- 3) Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e ao uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, à imaginação e ao entretenimento;
- 4) Apoiar todos os estudantes na aprendizagem e na prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- 5) Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- 6) Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- 7) Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia.

Em concordância com o Manifesto, podemos dizer que a biblioteca escolar tem, como função sócio-educativa, a oferta de informação e ideias fundamentais para que a comunidade escolar seja capacitada a saber de que maneira a informação pode ser encontrada, organizada e usada, de forma que tais habilidades favoreçam uma aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo a imaginação e permitindo a formação de cidadãos aptos a se posicionarem de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, por meio do diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

---

<sup>12</sup> Fundada em 1927, a IFLA é a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. Sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos da atividade bibliotecária e a compartilhar suas descobertas com a comunidade bibliotecária como um todo, para o bem da Biblioteconomia. Disponível em <<http://members.tripod.com/~iflalacro/hp/oqeai fla1.html#d1>> Acesso em: 24/03/2009.

<sup>13</sup> Segundo Neusa D. Macedo (2005), tradutora desta documentação, o *Manifesto UNESCO/IFLA para a biblioteca escolar* é um documento o qual estabelece que os governos, por meio de seus ministérios, responsáveis pela educação, são conclamados a desenvolver estratégias, políticas e planos que implementem os princípios de tal manifesto.

Para tanto, a biblioteca escolar, como prestadora de serviços de informação e educação, onde diferentes sujeitos se relacionam e interagem, deve buscar ações que viabilizem a operacionalização de sua missão. Ações tais como a criação e manutenção de um ambiente rico, variado, dinâmico e estimulante para os usuários; contribuição para o desenvolvimento de um currículo baseado na aprendizagem, apoio na seleção de materiais educativos adequados aos objetivos escolares, orientação aos frequentadores sobre o uso dos recursos educativos disponíveis entre outras.

Recapitulando, a maioria das pesquisas identificadas em torno da biblioteca escolar a consideram em algum momento como suporte de leitura, sendo que suas redações discorreram mais sobre o termo leitura do que especificamente sobre a biblioteca. As pesquisas apresentadas podem ser classificadas em três eixos. No primeiro englobamos trabalhos que tratam do livro, das ações desenvolvidas pelo poder público em relação ao livro escolar, da distribuição e circulação dos livros, dos livros existentes no acervo escolar e da qualidade cultural destes livros. No segundo eixo incluímos trabalhos que tratam da leitura, sobretudo da 'leitura literária' como é chamada por muitos autores; muitos estudos se preocupam em desenvolver o gosto pela leitura; outros estudam as políticas públicas de leitura na educação ou as práticas de leitura realizadas na escola, ou ainda, as políticas implementadas para o incentivo à leitura. É somente no terceiro e último eixo que vamos situar os trabalhos que privilegiam a pesquisa específica sobre a biblioteca escolar. Algumas têm foco na qualidade e quantidade do acervo. Outras abordam o seu funcionamento e/ou sua função, a formação do professor bibliotecário ou do professor mediador da leitura na biblioteca, ou a concebem como estimuladora da pesquisa escolar. Por último, encontramos pesquisas que estudam a inovação e a transformação da biblioteca escolar.

Embora essas pesquisas tenham sido categorizadas nos três blocos acima descritos, é importante ressaltar a existência de vínculos que articulam sistematicamente um eixo a outro, de forma que as múltiplas dimensões da biblioteca investigadas pelos diferentes trabalhos são importantes para a compreensão da biblioteca escolar. Mesmo que cada pesquisa se sustente separadamente como peça isolada e independente, na abordagem que fazemos na presente pesquisa, o conjunto de pesquisas é importante para dar conta de entender

a complexidade da biblioteca escolar e clarear os desafios que sua existência dentro da escola nos coloca.

Concordamos com Campello (2008) quando diz que a biblioteca escolar é, sem dúvida, um espaço privilegiado para promover experiências criativas de uso de informação, e que educar é uma tarefa complexa, exigindo que todos os recursos e conhecimentos sejam mobilizados para se atingir objetivos e metas previstas para a educação escolar.

Finalizamos este capítulo mostrando os dados obtidos pelo Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais Brasileiras, um mapeamento inédito, encomendado pelo MinC à Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2009. O Censo revela o perfil das instituições em todo o país. Este levantamento, divulgado em 30 de abril de 2010, permitirá que se aperfeiçoem as políticas públicas para este setor. Apesar de existirem em 79% dos municípios brasileiros, as bibliotecas estão defasadas em matéria de espaço físico, acervo e pessoal habilitado, como pudemos verificar anteriormente por meio de estudos e pesquisas. Foram pesquisados todos os municípios brasileiros (5565), dentre os quais, em 420 municípios as bibliotecas públicas municipais foram extintas, fechadas ou nunca existiram. Para essa situação, o MinC, por meio da Fundação Biblioteca Nacional, com recursos do Programa Mais Cultura e em parceria com as Prefeituras Municipais, pretende promover a implantação ou reinstalação dessas bibliotecas, com a distribuição de *kits* com um acervo de dois mil livros, mobiliários e equipamentos. Permanece para nós o questionamento: será que haverá pessoal especializado para atuar nessas novas instalações? Haverá por parte do governo a promoção de cursos de capacitação para as bibliotecas?

Segundo o Censo, a região Sul possui o maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes (4,06), seguida da região Centro Oeste (2,93), Nordeste (2,23), Sudeste (2,12) e Norte (2,01). Tocantins é a unidade da federação com melhor índice (7,7 por 100 mil), bem à frente das demais; Santa Catarina (4,5), Minas Gerais (4,1) e Rio Grande do Sul (4,0). A região que possui mais municípios com bibliotecas abertas é a Sudeste com 92% delas funcionando, seguida do Sul com 89%, Centro-Oeste com 81%, Norte com 66% e Nordeste com 64%. O Nordeste do país é a região que receberá mais *kits* do Governo Federal para a implantação de bibliotecas: 161 municípios, seguida pelo Sudeste (104), Sul (67), Norte (51) e Centro-Oeste (37).

Em todo o país, 65% dos frequentadores das bibliotecas municipais vão aos estabelecimentos para fazer pesquisas escolares, sendo que somente 8% vão para entretenimento ou lazer. No quesito pesquisa escolar, os nordestinos e os nortistas, são os que têm a maior frequência com 75%, enquanto os usuários do Sudeste são os que mais frequentam bibliotecas para o lazer (14%).

Na Região Sul, Santa Catarina tem os melhores índices, 94% dos municípios possuem Bibliotecas Públicas Municipais, enquanto o Rio Grande do Sul tem o menor, com 84% e no Paraná o índice é de 88%. O município do Sul com maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes é Curitiba/PR, com 2,97, seguido por Rio Grande/RS com 2,03, Campo Largo/PR com 1,77 e Bagé/RS com 1,72.

O menor índice na Região Sudeste, ficou com São Paulo (88%), enquanto o Espírito Santo tem o maior (97%). Em Minas Gerais são 94% e no Rio de Janeiro são 93% dos municípios que possuem bibliotecas. Barueri/SP (4,07) é o município do Sudeste com maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes, seguido por São Carlos/SP (1,81) e Jandira/SP (1,78).

O Distrito Federal (100%) e Mato Grosso do Sul (90%) têm os maiores índices de municípios que possuem bibliotecas na Região Centro-Oeste, enquanto que Goiás (77%) e Mato Grosso (83%) têm os menores. É importante ressaltar que no DF existe apenas um município (Brasília), uma vez que as cidades-satélites são regiões administrativas. O município do Centro-Oeste com maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes é Rondonópolis/MT (1,09), seguido de Trindade/GO (0,95) e Sinop/MT (0,87).

Alagoas tem o maior número de municípios que possuem bibliotecas na Região Nordeste, com 86%, enquanto o Piauí é o que tem o menor, com apenas 34%. O município do Nordeste com maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes é Santa Rita/PB (2,36), seguido por Crato/CE (1,71) e Barreiras/BA (1,45).

Na Região Norte, o Pará (77%) encontramos o maior índice de municípios que possuem bibliotecas, enquanto Amazonas tem o menor (37%). O município do Norte com maior número de bibliotecas por 100 mil habitantes é Itatituba/PA (1,56), seguido por Castanhal/PA (1,23) e Palmas/TO (1,06).

Observe-se que, da maneira como foi realizado o Censo, os municípios muito populosos acabam ficando com piores índices, e os menos povoados apresentam os

melhores. Temos dúvidas se essa é a maneira mais clara e pertinente de mostrar os resultados do Censo.

Neste capítulo mostramos o que se tem pesquisado no Brasil em torno da biblioteca escolar e vimos que ela está praticamente ausente na legislação brasileira. Porém, justamente na semana da defesa da dissertação, foi promulgada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei nº 12.244/2010, cujo teor é importante incluir na versão final do texto. Esta lei, decretada e sancionada em 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, sendo obrigatório um acervo de livros de no mínimo um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme a sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que essa universalização seja efetivada num prazo máximo de dez anos.

Vimos até aqui como vem se concebendo a biblioteca escolar em nosso país nas últimas décadas. E percebemos o quanto é tardia a tomada de consciência da importância da biblioteca para praticar-se uma educação com qualidade, entendendo essa qualidade no sentido da formação cultural expressa pelo conceito de *Bildung* apresentado inicialmente.

No capítulo que segue, faremos uma viagem ao passado - um dos significados que o termo *Bildung* contém, conforme mostramos a partir de Suarez (2005) referenciada na Introdução - para conhecer a origem e o desenvolvimento das bibliotecas, bem como as suas funções nas sociedades, desde a Antiguidade.

## 2. PARA ENTENDER A INSTITUIÇÃO BIBLIOTECA

### 2.1 A Instituição milenar biblioteca

A biblioteca é uma instituição milenar que durante séculos garantiu a sobrevivência dos registros do conhecimento humano, acompanhando o desenrolar desses conhecimentos desde a Antiguidade, conservando e disseminando as ideias contidas nos livros e em outros materiais. A forma dos registros mudou com o passar dos anos/séculos, evoluindo, aperfeiçoando-se, bem como a função, o funcionamento e os usuários da biblioteca se transformaram também.

#### 2.1.1 História das Bibliotecas

A história das bibliotecas segue paralela à história da escrita. Segundo Scliar (2008) a escrita percorreu longo caminho até chegar onde estamos. Os primeiros sistemas de comunicação escrita, que eram **ideográficos**<sup>14</sup>, datam do sétimo milênio a.C., quando os homens começam a manter registros **pictóricos** ou abstratos de suas ideias e de suas relações com os outros homens e com a natureza e o mundo em seu redor. Esses registros foram inscritos sobre diversos materiais (MARTINS, 2002): pedra, osso, argila, metal, cera, madeira, **papiro**, seda, couro, **pergaminho**, papel, filme, plástico e fita magnética. Na pré-história, há aproximadamente 2 milhões de anos, quando surgiram os grupos humanóides em evolução genética, as paredes de pedra das cavernas serviram de suporte para os registros **rupestres** e cabe ainda somar à lista de Martins os diversos suportes

---

<sup>14</sup> Convidamos o leitor a consultar o Glossário apresentado em anexo, onde constam descrições de alguns dos elementos que mencionamos nesta dissertação. Os termos que integram o Glossário estão negritados e sublinhados.

contemporâneos para os registros/memórias digitais (*chips, cds, disquetes etc.*) que utilizam como elemento básico o **silício**. Em quase todas as etapas do aproveitamento desses materiais, os povos reuniram coleções de seus registros, o que poderíamos considerar como os embriões das bibliotecas. Os primeiros suportes não eram transportáveis (inscrições em rocha, por exemplo); eles foram progressivamente se tornando de menores tamanhos e mais leves, portáteis ou portáteis.

Na antiga Mesopotâmia (4000 a.C. - 539 a.C.), região que atualmente corresponde a partes do Iraque, Síria e Turquia, foram criadas as bibliotecas compostas por tabletes de argila. Os antigos povos da Mesopotâmia<sup>15</sup> descobriram que era possível obter registros duradouros fazendo-se marcas na argila úmida, que depois era posta a secar ao sol ou em um forno. Milhares de placas de argila ainda existem e são conservadas em museus, mas os estudos ainda não revelaram o significado das marcas encontradas em todas elas. Especialistas em história da escrita, historiadores e arqueólogos tomam como objeto de pesquisa a decifração desses enigmáticos registros.

Algumas das mais antigas placas de argila já descobertas foram produzidas mais de dois mil anos antes do nascimento de Cristo pelos sumérios, povo que viveu no sul da Mesopotâmia. Elas foram encontradas no local da antiga cidade de Nippur (hoje Niffer). Em 1850, narra Campos (1994), arqueólogos britânicos descobriram milhares de placas de argila na região de Nínive (hoje Kuyunjik), que foi capital da antiga Assíria, que ocupava o norte da Mesopotâmia. Essas placas faziam parte da biblioteca do palácio do rei Senáquerib da Assíria, que governou de 704 a 681 a.C. Em 1853, uma biblioteca ainda maior foi encontrada nas proximidades cuja coleção fora reunida pelo neto de Senáquerib, Assurbanipal, que recolheu uma vasta coleção de registros de reinados e impérios anteriores.

A existência comprovada das primeiras coleções organizadas de documentos, ou o que se poderia chamar de primeira biblioteca primitiva, conforme considera Campos (1994), data do terceiro milênio a.C. Trata-se da Biblioteca de Ebla, na Síria, cuja coleção era composta, já naquela época de uma diversidade de textos categorizados em administrativos, literários e científicos. Eles estavam registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes,

---

<sup>15</sup> Essa região abrigou vários povos: os sumérios (4000 - 1900 a.C.), os babilônicos (1900 - 1200 a.C.), os assírios (1200 - 612 a.C.) e os caldeus (612 - 539 a.C.).

segundo o tema abordado. A escrita era a chamada cuneiforme, porém não no seu idioma original (o sumério), mas numa língua desconhecida na época, a qual se chamou eblaíta.

Apesar de terem sido descobertas coleções de tijolos gravados com caracteres cuneiformes na Mesopotâmia, foi somente no Egito quando se começou a utilizar o papiro como suporte para a escrita, muito mais leve e manipulável, que a formação de grandes acervos bibliográficos foi possível, acervos formados por textos secretos, religiosos e da ciência médica. Num período de grande esplendor da civilização egípcia já havia nos templos salas com papiros para estudo e consultas de alguns privilegiados eruditos e estudiosos. Justamente neste período aparece o registro da primeira Biblioteca, tal como conhecemos hoje, a Biblioteca Real do Faraó Ramsés II (1301-1235 a.C.).

No período em que os povos da Mesopotâmia escreviam em argila, os egípcios já usavam o papiro, material feito de talos de uma planta também chamada papiro (CAMPOS, 1994). Essa planta crescia nas terras alagadas das margens do rio Nilo. Os egípcios cortavam os talos em tiras, prensavam as tiras para formar folhas. Sobre cada folha, o texto era escrito em colunas (MARTINS, 2002) e cada uma delas se colava, em seguida, pela extremidade à folha seguinte, de forma que se obtinham fitas de papiro com até dezoito metros de comprimento. Enroladas em torno de um **bastonete**, constituíam os primeiros rolos, antepassados dos de pergaminho. Os rolos são considerados os primeiros livros, antes que se inventasse, muitos séculos depois o chamado **codex**, o livros com o formato padrão que utilizamos hoje.

A história das bibliotecas é povoada por mitos, narrativas tradicionais que procuram explicar os principais acontecimentos da vida, os fenômenos naturais, as origens do mundo e do homem por meio de deuses. Pode-se dizer que o mito é uma primeira tentativa de explicar a realidade que se impõe. De modo geral os autores consultados consideram praticamente míticas a Torre de Babel e a Biblioteca de Alexandria, guias fundamentais desse imaginário mitológico.

De um lado, o império dos signos, narrativa dentro de narrativa, ligações **hipertextuais** com vários desdobramentos que fogem ao controle e à compreensão intelectual, fazem da biblioteca um lugar de saberes infinitos e móveis, que se confundem no sincronismo de todas as palavras e pensamentos formulados, e que correm o risco de perder o sentido ou a referência entre os labirintos do novo

conhecimento. De outro lado, o pavor de sua destruição: o incêndio, a ruína, o esquecimento, o pesadelo maior de uma biblioteca, a interrupção brutal da transmissão do saber, negando às gerações vindouras o deslumbrar de um novo mundo construído às margens de civilizações de outrora, como mostra e discute Jacob (2000) em seu prefácio do livro *Poder das Bibliotecas a memória dos livros no Ocidente* (2000).

Conforme o mito de Babel presente na Bíblia Sagrada (1962, Gênesis: capítulo 11) os homens eram originariamente um só povo e falavam uma só língua. Mas, buscando interesses egoístas e nocivos, teriam decidido construir uma grande torre que abrigasse a todos e alcançasse o céu, igualando-os dessa forma a Deus. Porém, o propósito de Deus era que a humanidade se espalhasse por toda a terra, não ficando num único lugar como era a vontade dos humanos ao construir a torre. Deus então teria confundido suas línguas, impossibilitando-os de compreenderem uns aos outros e, em consequência, parando a construção da torre. Após esse episódio, os povos teriam se espalhado pela terra, cada um conforme sua língua, e isso explicaria o fato de existirem muitos idiomas. Essa torre chamou-se Babel, pela confusão de vozes, de línguas, e pela desordem que teria ocasionado.

Com relação à mitologia instalada em torno da biblioteca de Alexandria, cuja existência é atestada pelos historiadores, muitos autores mantêm registros. Alexandria é uma cidade ao norte do Egito (norte da África), situada às margens do Mar Mediterrâneo. É o principal porto do país, a principal cidade comercial e a segunda maior cidade do Egito. Ela foi fundada por Alexandre Magno em 331 a.C. A cidade ficou conhecida por causa do empreendimento de tornar-se, na antiguidade, o centro de todo conhecimento da humanidade, justamente com a criação da Biblioteca de Alexandria. Acoplada ao Museu, mandado construir pelo ilustre antepassado de Alexandre Magno e fundador da dinastia, o rei do Egito Ptolomeu I Sóter (o Salvador), que reinou de 305 a 283 a.C. (JACOB, 2000), a biblioteca tornara-se, até aquela época, o maior referencial científico e cultural do Mundo Antigo. Alexandria foi a primeira cidade do mundo totalmente construída em pedra.

Manguel (1997) comenta que Alexandria era uma cidade excessivamente burocrática com um trânsito de documentos administrativo maiores do que a sua capacidade para tal, dado que, por si só, já demonstra disseminado domínio da escrita. No entanto, não se sabe se a biblioteca era reservada apenas aos eruditos ou a um público mais amplo. Parte do acervo dessa biblioteca foi constituído

principalmente a partir de um decreto de Ptolomeu III, no século III a.C., o qual determinava que todos os navios que parassem no porto de Alexandria tinham a obrigação de entregar os livros que portassem para serem copiados.

Apesar da Biblioteca de Alexandria continuar sendo considerada o modelo fundador de todo e qualquer empreendimento ou projeto de acumulação da memória escrita, hoje em dia, ela parece abstrata e caiu no esquecimento (JACOB, 2000), apagando-se na tradição; especialmente por não ter deixado documentos capazes de comprovar a sua grandiosidade intelectual e arquitetônica, seu funcionamento, seus frequentadores e a magia da atmosfera descrita na literatura. Destruições, saques, incêndios atingiram em vários momentos as grandes coleções. Sobre os vários incêndios que destruíram grande parte dos seus **manuscritos**, Cristo (1980) afirma que aconteceram em 47 a.C., em 391 d.C. e 642 d.C. Alguns aspectos da história de Alexandria, como data de fundação, entre outros, divergem entre autores (CANFORA, 1989; MARTINS, 2002; CAMPOS, 1994), pelo fato de ser um acontecimento da Antiguidade, com poucos resquícios de sua existência; há uma certa imprecisão em seus dados.

O projeto da época para a biblioteca de Alexandria era ambicioso; a sua finalidade era acumular a totalidade do conhecimento humano registrado, seria literalmente, uma biblioteca no sentido original que assumiu o termo para os gregos: depósito de livros, onde os rolos de papiro eram arrumados em estantes, **nichos** ou contra as paredes. Não tinha o caráter filantrópico e educativo de difundir amplamente o saber na sociedade, portanto ela não se assemelha com as catedrais de saber que são as salas de leitura das grandes bibliotecas existentes na atualidade. Ela foi uma biblioteca pública, sem público. Porém, mesmo uma acumulação pura de livros precisava ser acompanhada de um projeto intelectual, uma ordenação.

“Aristóteles é o primeiro, ao que se sabe, a ter reunido uma coleção de livros e a ter ensinado aos reis do Egito a maneira de organizar uma biblioteca” refere Jacob (2000) a partir de Estrabão<sup>16</sup> (*Géographie*, XIII. 1.54, C608). Para este, a Biblioteca de Alexandria foi uma ideia ateniense que teve concretização bem sucedida ao ser introduzida no Egito. Uma ideia que surgiu na escola filosófica de

---

<sup>16</sup> Foi um historiador, geógrafo e filósofo grego. Foi o autor da monumental *Geographia*, um tratado de 17 livros contendo a história e descrições de povos e locais de todo o mundo que era conhecido à época. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/63\\_a.C.](http://pt.wikipedia.org/wiki/63_a.C.)> Acesso em 18/11/2008.

Aristóteles, o Liceu, como se chamava o espaço em que desenvolvia seus ensinamentos na Grécia Antiga: uma sociedade composta por intelectuais dedicados à pesquisa e ao ensino, que têm como um de seus instrumentos de trabalho a biblioteca.

Em Alexandria, a Biblioteca chegou a tornar-se um negócio de Estado; a biblioteca era patrocinada pelo rei que lhe assegurava o funcionamento, definia a sua missão e controlava seu acesso; enfim, a biblioteca se tornou universal e deixou de ser seletiva, no sentido de que incorporava todo tipo de obras. É nesse período da dinastia dos Ptolomeus, no século III, que aparece a figura do bibliotecário, que passa a dirigir o funcionamento e a organização da instituição.

A instituição de uma biblioteca universal em Alexandria trouxe muitos benefícios políticos e simbólicos aos novos soberanos que pretendiam afirmar a primazia da língua e da cultura grega<sup>17</sup>, instruir seus filhos dando ao reino um esplendor cultural. A biblioteca e o meio intelectual alexandrino serão fortes fatores de mobilidade para os intelectuais e os eruditos do Mediterrâneo helenístico e greco-romano, favorecendo, paradoxalmente, a fundação de bibliotecas em outros reinos helenísticos com proeminência ecumênica, mostra Jacob (2000).

O desejo de reunir num mesmo lugar todos os livros da Terra implicava a apropriação das sabedorias bárbaras, o que foi feito sob a égide de uma política de tradução, dando uma abertura para as culturas estrangeiras, testemunhando o fim dos antigos preconceitos helenocêntricos e ao mesmo tempo afirmando uma realidade de dominação linguística, política, e uma vontade simbólica de poder<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Depois do séc XII a.C., o Egito sofreu a invasão de diversos povos: núbios e beduínos do deserto, entre 3200 a 2800 a.C., hicsos (povo nômade de origem asiática entre 2100 a 1500 a.C.), assírios em 670 a.C., persas em 525 a.C., gregos em 332 a.C. e romanos em 30 a.C. O período helenístico (338 a.C. a 30 a.C.), que se caracterizou pela presença da cultura e da língua gregas em grande parte do Oriente, é resultado das conquistas de Alexandre Magno entre 336 a.C. a 323 a.C. (nascimento e morte dele). Os antigos gregos acreditavam que eram diferentes de qualquer outro povo que conheciam. Eles dividiam o mundo em dois grupos: os helênicos (como chamavam a si próprios) e os bárbaros, categoria na qual incluíam todos os que não eram gregos (CAMPOS, 1994; COTRIM, 1994; PILETTI, 1997).

<sup>18</sup> Esta temática tem relevância para pensar a atualidade das bibliotecas escolares e o tipo de acervo capaz de torná-las ferramentas de promoção da cultura, da cidadania, com ênfase na perspectiva emancipadora.

Afirma Jacob (2000, p. 49):

[...] Alexandria, novo centro do mundo, afirma seu predomínio sobre a totalidade do mundo habitado, até seus confins, querendo se apropriar de todos os traços escritos por todos os povos, em todas as línguas, em todos os lugares, e traduzindo-os para o grego, isto é, importando-os e aculturando-os no espaço linguístico, cultural e mental do helenismo.

Poderíamos ver nesse projeto uma espécie de “globalização cultural” da época. Toda biblioteca obedece a uma concepção implícita de cultura, de saber e de memória, e muitas vezes tal função que lhe cabe na sociedade fica encoberta. Esta dimensão que aparece com clareza no caso dessa primeira grande biblioteca “universal” é um elemento importante para refletir sobre o papel das bibliotecas escolares. A que elas servem? Que princípios obedecem? Qual é o projeto de escola, de comunidade ou até de sociedade ou mundo ao qual estão submetidas? São perguntas que vamos discutir e desenvolver ao longo da pesquisa.

No caso das grandes bibliotecas da Antiguidade, a sua frequente imponência em matéria arquitetônica, por exemplo, pode desviar a atenção desses aspectos estruturais, tornando ‘invisíveis’ a definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, opções tecnológicas de acessibilidade e materialidade dos textos, assim como escolhas intelectuais que organizam a classificação das obras que contém. Apesar de todos os entraves existentes, a história da cultura reside (ou envolve) na subversão dessas regras, desses limites, criando novas ligações e novos lugares de saber, efetivando dessa forma a sua relação com a memória (JACOB, 2000).

Afinal, a biblioteca em tempos de democracia é um espaço democrático, conquistado e construído por meio do fazer coletivo, e exige que seu público tenha uma participação reflexiva, transformando-o em agente ativo no acesso aos dados culturais, de modo a favorecer que o seu público tenha condições de apropriar-se do passado, enfrentar os desafios do presente e projetar seu futuro.

É o que sintetiza Jacob (2000, p. 11) na passagem que segue:

[...] a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções.

A história das bibliotecas não foi um acontecimento finito, ela continua sendo escrita a cada dia que passa. As salas de arquivos dos palácios orientais da antiga Mesopotâmia, que guardaram durante séculos os primeiros escritos encontrados, os dados acessíveis *on line*, a transformação gradativa dos leitores passivos em leitores ativos e críticos, o aumento do universo literário que proporciona novas leituras, as políticas de domínio e de comunicação da informação que mudam constantemente conforme interesses de várias ordens, e o longo e complexo processo de catalogação, que tornou a acumulação ordenada de livros instrumentos de pesquisa, são algumas das muitas metamorfoses acontecidas que marcaram e marcam a história da biblioteca.

Outra célebre biblioteca, já no contexto da ciência, foi a biblioteca do *Trinity College*, em Cambridge, concluída em 1695 e patrocinada pelo também célebre físico que marcou a história da ciência, Isaac Newton; este aproveitou para desenvolver no período da construção da biblioteca, a maior parte de suas experiências sobre a luz e a velocidade do som. Do século XVIII em diante, as bibliotecas vão se disseminar por todos os cantos da Europa e as Universidades serão sede de muitas das mais significativas.

Como exemplo da atual transformação das bibliotecas, citamos no início do terceiro milênio, a França que reformou a sua *Biblioteca Nacional*, e também construiu uma novíssima biblioteca, *Bibliothèque François Mitterrand* no final do século passado, perpetuando sua missão patrimonial, que deve suplantar os anseios contemporâneos culturais e desafiadores. Esta vem com a necessidade de um projeto inovador, que ofereça à comunidade intelectual um espaço de leitura e trabalho adequado para suprir às novas exigências da pesquisa.

### 2.1.2 Sobre Bibliotecas, leitores e livros

A biblioteca sendo um lugar da memória nacional (e em alguns casos universal, como vimos no projeto da Biblioteca de Alexandria e hoje nas bibliotecas virtuais ou na própria Internet), onde se conserva o patrimônio intelectual, literário e artístico, contribui com a influência da leitura e da escrita para a liberação dos movimentos do pensamento. Também podemos dizer que a biblioteca é: "... um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da

coletividade inteira”, como afirma Jacob (2000, p. 9); fica desta forma, explícita, a ligação ou elo que a biblioteca tece entre o passado e o futuro, conservando a tradição, cultivando a memória e sustentando as construções do futuro.

Diz Jacob (2000, p. 10):

Ler numa biblioteca é instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos, desenvolvidos por cada leitor. É tentar conciliar um desejo de universalidade e a necessidade de escolha, de seleção, até mesmo de esquecimento, como as próprias condições da leitura e do pensamento.

O poder das bibliotecas se situa no cruzamento de diferentes caminhos: o trabalho na biblioteca e o recurso aos livros, como depósito e instrumento de conhecimento, como etapa geradora de novos livros e novos saberes.

Refere Jacob (2000, p. 11) que “uma biblioteca... só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores”. O trabalho na biblioteca é um percurso feito no interior de um livro, de livros para livros, de livros para o mundo. A biblioteca pode ser concebida como um grande mapa, um território desconhecido a ser desbravado por itinerários mil, movidos pela curiosidade, pelos interesses pessoais e por desejos incontidos de viajar pelo tempo nas ramificações da memória, promovendo um diálogo atemporal entre o indivíduo pensante e a civilização de toda a humanidade, quer seja ela a sociedade imediata, ou uma mais antiga.

Se algum universalismo existe, talvez ele possa ser representado nas bibliotecas ou pelas bibliotecas; que a exemplo do ideal da Biblioteca de Alexandria têm a pretensão de tornar a instituição um lugar no qual coexistam todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita (e eventuais outras formas de registro e documentos). Deduzimos que este projeto seria um tanto utópico, pela impossibilidade de se obter e armazenar num mesmo espaço “todos” os escritos existentes no mundo; embora exista atualmente provedores de informática que disponibilizam à distância livros ou artigos digitalizados, tal façanha seria improvável de se fazer, pois a *Internet* não tem um gerenciamento associado a um único poder, gerando dessa forma muitas interferências, gerenciamentos diversos, muitos ideais e projetos simultâneos tornando seu conteúdo uma verdadeira Babel, cujos limites são difíceis de se pensar.

As práticas de leitura mostra Jacob (2000), são indissociáveis da escrita, e refletem a dinâmica de conexão entre os livros e os objetos do mundo, assim como também levam o leitor a desenvolver estratégias de apropriação e memorização dos saberes extraídos dos livros, dando-lhe a possibilidade de reelaborar e classificar esses saberes numa nova mobilidade de escrita, originando novos textos que se tornarão instrumentos a mais na reflexão e compreensão do mundo.

A memorização cumulativa e passível de ser re-ativada num novo saber é consolidada com a criação, a reelaboração deste saber, que conecta o indivíduo ao coletivo é absorvida com o intermédio dos procedimentos **mnemotécnicos**, que estabelecem uma ordem cartográfica aos percursos lidos nos livros relacionando o passado com o futuro, gerando uma leitura pragmática e econômica que facilita a assimilação.

A biblioteca não é um lugar inerte como às vezes pode parecer quando observamos ou pensamos em algumas bibliotecas escolares de nosso entorno imediato, onde se acumulam livros sem consequências. Ela é um espaço onde as informações sobre o mundo convergem e onde ocorrem rupturas com relação à tradição, produzindo desta forma vários efeitos intelectuais; tais como: generalização, síntese, totalização, estabelecimento de tipologias e **taxionomias**, tradução das diferenças qualitativas numa ordem homogênea de comparação e de cálculo, de medida e de seriação, processos de medição fundamentando o conhecimento do que está distante no tempo e no espaço. O seu poder não consiste apenas no mundo das palavras e dos conceitos, mas reside em seu papel de transmissora de cultura e saberes. A acumulação dos livros e o domínio da memória escrita são instrumentos de poder, tendo também importantes significações políticas.

No fim da Renascença, um novo mundo foi surgindo, novas condições de erudição foram tomando outras dimensões devido à massa acumulada e sempre crescente de textos e saberes que iam sendo elaborados e descobertos, e de autores modernos integrando os debates medievais. Ocorreram muitas mudanças nos séculos XVII e XVIII, mudanças na atividade dos bibliotecários, na organização das bibliotecas e, conseqüentemente, na maneira de ler os livros. Nessa época, alguns eruditos enfrentavam o crescimento do número dos novos livros, acompanhado de um interesse particular pelos livros do passado. Os debates feitos pelos eruditos dessa época atingiam escala internacional, sendo difundidos em toda

a Europa (auxiliados pela língua culta da época, o latim, dominado por todo erudito); e seus feitos ainda se fazem sentir em bibliotecas atuais.

Naudé<sup>19</sup>, narra Jacob (2000, p. 64-66), dizia, por volta de 1627 que, ao se escolher um livro a ser lido, devia-se seguir a recomendação de outrem e consultar os catálogos, pois nenhuma pessoa por si só poderia conhecer as qualidades de tão grande número de livros, devido à brevidade da vida humana e à quantidade<sup>20</sup> das coisas que seria necessário saber. Não podendo ler todos os livros integralmente por falta de tempo, pode-se de vez em quando colher algumas citações, sentenças, nas reservas feitas com este objetivo, abreviando a tarefa quase infinita da leitura erudita. As informações e citações tiradas de fontes variadas e reunidas de forma sistemática, quando são publicadas tornam-se bibliotecas portáteis, onde os letrados podem adquirir saberes enriquecedores para seus escritos.<sup>21</sup>

Nessas bibliotecas se pretendem reunir num único volume todos os títulos, todos os autores, todos os assuntos guiando dessa forma, o leitor para os conteúdos e os livros que está procurando. Naudé inicia sua lista das obras de referência pelos dicionários<sup>22</sup> que fornecem definições mono ou multilíngues, notas linguísticas e toda espécie de informações gerais. As bibliotecas portáteis impressas ou pessoais, utilizadas por todos no fim da Renascença, foram criadas para facilitar a tarefa, que era enorme (e continua sendo), de acumular e selecionar a matéria referente ao assunto a ser tratado.

---

<sup>19</sup> Gabriel Naudé (1600-1653) foi médico de Luís XIII, depois de ter sido bibliotecário de vários cardeais em Roma e de Mazarino em Paris.

<sup>20</sup> Se no século XVII já se tinha a noção da impotência humana diante da massa de textos, o que dizer da atualidade, sobretudo se pensamos na gigantesca rede da *Internet* e no número de publicações que diariamente são postadas por usuários ao redor do mundo?

<sup>21</sup> Podemos pensar aqui nos dicionários, enciclopédias e manuais que procuram abreviar uma pesquisa que seria humanamente irrealizável. A gigantesca biblioteca virtual é de alguma forma a realização de um sonho anterior à era cristã, de reunir em algum lugar, que é um não lugar... Um lugar virtual, todos os registros da humanidade, sob a condição de traduzidos para a linguagem, talvez a mais universal que a humanidade criou: a digital. Os sistemas *Wiki*, como a enciclopédia de construção coletiva, cooperativa, *Wikipédia*, não deixa de manter relação próxima com o projeto universalista da Biblioteca de Alexandria (+/- 310 a.C.), possibilitada pelo desenvolvimento das TICs.

<sup>22</sup> O primeiro dicionário impresso, de origem medieval, foi o *Catholicon*, em 1460. Ele foi impresso a partir de um manuscrito de 1286 (Brandon, 1904).

Diz Jacob (2000, p. 60) que

[...] a acumulação dos livros suscita formas de escrita específicas, que têm como vocação controlá-la e dominá-la, ativar uma memória total, mas virtual. A biblioteca forja um novo olhar de leitor, distanciado, atento à forma, à literalidade e à própria legibilidade da obra.

A condição exclusiva do livro era de suporte de arquivamento destinado à preservação da literalidade dos textos das falhas da memória humana, e com a contribuição dos filósofos em torno de Aristóteles ele passa também a ser reconhecido como fonte de informação, de reflexão, de elaboração do saber.

A pesquisa na biblioteca tem o poder de alargar o horizonte intelectual do ser humano, a acumulação dos livros provoca o recuo das fronteiras do tempo e do espaço, permitindo ao leitor compartilhar uma infinidade de olhares e experiências novas num espaço de saber coletivo e evolutivo, onde os resultados de uns são o ponto de partida dos outros.

### 2.1.3 A diversidade de suportes da escrita ao longo da civilização

Foi a escrita, com suas várias modalidades e evoluções, que se considera como marco para o aparecimento da História (CASTRO, 2003). Assim como podemos estudar a história da escrita, a história do livro também tem seus estudiosos e ela incorpora o estudo da evolução de formas e materiais envolvidos na confecção e desenvolvimento do livro. Desde as pinturas nas paredes das cavernas que contavam cenas significativas do cotidiano durante a pré-história, caçadas, lutas etc., passando pelos registros em tabletes de argila, em papiros, em pergaminho que é o único suporte de escrita que requer o sacrifício de animais para sua produção, e por outros, até chegar ao papel, de origem vegetal, utilizado atualmente.

A ação da criatividade cultural do homem somente efetivou-se com a descoberta da tipografia e da imprensa, que vem possibilitando a cada vez mais ampla divulgação do fruto da sua inteligência criadora. A estrutura das sociedades foi se transformando com os progressos tecnológicos, dentre os quais a invenção da *imprensa e da tipografia* foi decisiva. O surgimento do formato de livro que conhecemos, e do jornal, promoveu grandes revoluções e iniciaram um processo de diminuição das distâncias entre os povos, integrando-os e preparando-os para o

mundo novo que se descortinava pouco a pouco, e para a riqueza dos intercâmbios entre diferentes pensamentos, fruto das culturas do mundo, favorecendo o que hoje podemos chamar de mundialização, uma nova forma de universalismo, mas agora de mão dupla, no qual a dominação cultural começa, lentamente, a ceder espaço para intercâmbios e influências recíprocas entre os povos. Essa revolução assegurou à “civilização mundial”, uma vitalidade no tempo e no espaço, que na existência anterior elaborada reflexivamente pelo homem ainda não tinha conseguido se estabelecer; pois essa vitalidade permitiu a preservação de valores (e às vezes também seu apagamento ou homogeneização), a difusão de culturas, a vinculação da espécie humana através das ideias, dando uma continuidade ininterrupta à renovação cultural.

Segundo Mello (1979), o livro está intrinsecamente ligado ao personagem mais importante da História: o ser humano, sendo o livro, o personagem mais importante da História das Letras, da Cultura e da Comunicação; no século XXI a *Internet* desponta como central na dinâmica mundial, em todas as esferas da atividade humana, novo marco. As bibliotecas estão em consonância muito cedo com esta novidade que está na sua alçada: acervos virtuais e exige organização dentro de uma nova lógica dos hipertextos e **hiperlinks**, bases de dados etc.

Formas de linguagem, de comunicação e cultura surgem com o homem; e os registros, mesmo que rudimentares, aparecem muito cedo na pré-história; não no atual formato de livros impressos evidentemente, mas como rastros das formas de vida em coletividade, das formas de subsistência e organização econômica etc., estudadas hoje pelos arqueólogos. Histórias, lendas e narrações, talvez, feitas logo após o início da fala articulada, na ânsia de dialogar e de comunicar-se, o homem criava naquele instante, naquela contação de fatos verdadeiros ou imaginários, entre medos e sonhos, o início da trajetória do livro.

Segundo Martins (2002), a evolução do “livro”, no que aos suportes se refere passou por todos os três reinos da natureza: mineral, animal e vegetal; sendo primeira a pedra, o metal, a argila, passando pelas tabuinhas enceradas e as peles de animais e finalizando com o córtex das árvores, o junco e a madeira.

O homem para transmitir pensamentos, fazia riscos, com vários instrumentos rudimentares, na pedra, na madeira e em outras superfícies lisas, surgindo assim, a escrita no primeiro estágio de sua evolução. Antes dos sistemas de escrita **pictográfico** e ideográfico, também foram usadas outras formas de registro para

transmissão de mensagens, tais como os **bastões**, cujos sinais e entalhes nem sempre eram suficientes para traduzir a expressão desejada; também existiram a cordinha de nós, chamada de **quipo**, os cintos **wampum** eram outra forma de escrita, menos conhecida.

Para Mello (1979), o passo inicial na direção de uma escrita sistemática, no que se refere à forma, foi a simplificação e a fixação de traços figurativos, oriundos de sinais sumerianos, da imagem à cunha. A escrita em forma de cunhas, chamada de cuneiforme, teve um papel determinante na evolução da forma escrita em sua imagem exterior. Após a escrita cuneiforme, a evolução caminha em direção do alfabeto, cuja origem é encontrada nos **hieróglifos** egípcios, onde os fenícios se inspiraram para a criação do seu alfabeto, o qual foi assimilado pelos gregos e que serviu de base para a formação do latino.

A evolução da escrita tinha como intento a criação de uma escrita universal, onde pudesse existir a possibilidade de um diálogo entre todos os povos; mas a fonetização só pode acontecer quando os sinais se distanciaram dos objetos representados pelo desenho e esta escrita fonética da palavra foi o passo decisivo para a generalização da escrita de palavras que pôde compor novos conceitos abstratos oriundos de sinais. E como consequência da evolução da escrita fonética da palavra, temos a escrita silábica.

O último grau da evolução da escrita é a escrita alfabética, na qual se apresenta um sinal para cada som. O alfabeto é um conjunto de signos convencionais, fixos, em que se baseia a escrita de um idioma (MELLO, 1979). O processo evolutivo da escrita, desde os primeiros traços na pedra até chegar ao atual alfabeto, foi ininterrupto e em escala ascensional, não sendo possível precisar a data da invenção do alfabeto. A maioria dos povos europeus utiliza o alfabeto latino, que procede diretamente do grego. Segundo Mello (1979), para os filósofos cientistas do pensamento: Kant, Mirabeau e Carlyle, a escrita foi o marco indiscutível do verdadeiro início da civilização.

Carregado de milênios, o livro mineral chega à atualidade, apesar do seu extermínio provocado pela natureza e pela guerra, para demonstrar a imortalidade de pensamento do homem através de suas histórias gravadas nos muros, pirâmides, mausoléus, monumentos e templos.

A escrita feita na pedra, no muro, era tão importante quanto a feita em placas de metal (bronze, ouro, prata), e ambas apresentavam dificuldades em comum em

sua elaboração: a gravação que era demorada e o transporte por ser pesado. Também o chumbo foi um metal empregado como suporte de escrita, tendo a vantagem de oferecer maleabilidade e pouca resistência ao trabalho do estilete (MARTINS, 2002). Portanto, a evolução da escrita em pedras ou metais, para a escrita em argila, facilitou a atividade do homem de transmitir mensagens para a eternidade, pelo fato da argila possuir uma superfície mais lisa e ser muito mais leve, conseqüentemente com um fácil transporte e armazenamento (evidentemente, a sua fragilidade era bem maior, sensível à umidade, sujeita a ser quebrada etc.). Graças às inscrições, descobertas realizadas pelo homem através dos tempos são inúmeras e importantes, dando noção de épocas e povos.

Mello (1979) diz que em *Cocundchic*<sup>23</sup>, nas ruínas da antiga Nínive, em 1854, o arqueólogo inglês Austen Layard<sup>24</sup> fez uma descoberta sensacional: encontrou a Biblioteca do rei Assurbanipal<sup>25</sup>, toda de placas de argila, escritas com um **buril** triangular. Tal biblioteca oferecia a vantagem de não ser destruída pelo fogo nem prejudicada pela umidade, ou devorada por insetos, embora pudessem quebrar-se.

A argila além de ser usada para escrever pelos assírios, também era usada para imprimir. A impressão feita na placa de argila, era usada para tratados ou acordos reais, se utilizava de um instrumento primitivo<sup>26</sup>, que possui certa semelhança ao rolo das máquinas de impressão atuais e ao cilindro das modernas **rotativas**.

O livro “animal” era híbrido, por ser constituído da tábua, que é vegetal, e da cera, que é animal. Apesar de seu hibridismo, este livro é considerado de origem animal por ter a cera como base da escrita e a madeira ficando apenas de suporte

---

<sup>23</sup> *Cocundchic* ou *Kwyunjik* ou *Kwyjundik*, colina integrante da antiga Nínive.

<sup>24</sup> Austen Henry Layard (1817 – 1894): arqueólogo e diplomata britânico, nascido em Paris, um dos pioneiros no estudo *in loco* das civilizações assírias e babilônicas. Fonte: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AustHLay.html>> e <<http://www.oziasjornalismo.blogspot.com/.../destruicao-da-biblioteca-de-alexandria.html>> Acesso em: 11/11/2009.

<sup>25</sup> Rei Assurbanipal foi o último grande rei dos assírios. Durante seu reinado (668 – 627 a.C.), a Assíria se tornou a primeira potência mundial. Seu império incluía a Babilônia, a Pérsia, a Síria e o Egito. Apesar da ferocidade, o rei Assurbanipal seria lembrado como o estudioso que se gabava de sua própria instrução, e que criou a grande biblioteca de Nínive com uma coletânea com obras em caracteres cuneiformes, hoje responsável por muito do que se sabe dos povos da Mesopotâmia. Fonte: <<http://www.internext.com.br/valois/pena/668ac.htm>> Acesso em: 24/03/2009.

<sup>26</sup> Segundo Mello (1979) os assírios faziam sinetes (tipo de carimbo), de pedras preciosas, em forma de cilindros, com desenhos em relevo, para a impressão numa placa de argila.

para a camada de cera. As tabuinhas possuíam diferentes tamanhos e as ceras usadas nelas eram amarelas ou negras, para melhor contraste na legibilidade da escrita. O uso deste tipo de livro durou aproximadamente dois milênios, sendo substituído pelo uso do papel inventado pelos chineses em 105 d.C. (MARTINS, 2002) e do lápis, instrumento de escrita, que foi inventado no fim da Idade Média, em 1564 na Inglaterra, pois permitiam uma produção em grande escala e um preço inferior ao da tabuinha.

No início, as tabuinhas enceradas eram muito usadas como cadernos de notas; posteriormente nelas se fazia contas e faturas, tendo também como atividade secundária a transmissão de recados e cartas de amor. As inscrições dos sinais gráficos eram feitas com uma espécie de estilete, que era uma haste de metal ou osso que apresentava uma ponta aguda e outra achatada (MARTINS, 2002); sendo que a primeira ponta servia para escrever e a segunda tinha a função de apagar, dando a possibilidade de escrever na mesma tábua inúmeras vezes.

O surgimento das tabuinhas enceradas deu-se em concomitância com a industrialização do pergaminho na cidade de Pérgamo<sup>27</sup>. Este último contribuiu de forma decisiva para a maior divulgação do livro e da cultura. A importação do pergaminho para cópia e escrita de livros passou a disseminar-se por todo o mundo, e este uso excessivo acabou causando sua escassez em poucos séculos, dando lugar ao **palimpsesto**. As tabuinhas enceradas que deram nascimento ao “livro animal”, refere Mello (1979), não foram substituídas pelo pergaminho, mas pelo papiro, que logo evoluiu para o papel feito de pasta de madeira, pela facilidade de produção em grande escala e preço inferior.

Do papiro ao papel, a mais revolucionária e insuperável de todas as invenções, por suas possibilidades imensas de uso em prol do progresso da cultura, foi um longo caminho percorrido, em busca de novos materiais para a escrita. Embora o papiro tenha sido o material que antecedeu e melhor se aproximou à qualidade do papel, a sua comercialização era difícil, por ser um produto importado e caro. Quando a sua exportação foi proibida pelo rei do Egito, Ptolomeu IV<sup>28</sup>, os seus

---

<sup>27</sup> Pérgamo é uma antiga cidade grega que se situava na Mísia, no noroeste da Anatólia, a mais de 20 km do Mar Egeu, numa colina isolada do vale do Rio Caicos; existiu desde o séc. V a.C. Fonte: <pt.wikipedia.org/wiki/pergamo> Acesso em: 15/09/09.

<sup>28</sup> O rei do Egito, Ptolomeu IV, enciumado com o sucesso da biblioteca rival, decretou o embargo das exportações de papiro egípcio para Pérgamo. Afirma-se que foi a concorrência entre a

maiores consumidores, que eram a Biblioteca de Pérgamo, os Mosteiros e os Conventos, o substituiu, com grande vantagem, pelo pergaminho que possuía resistência e qualidade superior para copiar livros. A sua facilidade para escrever permitiu a criação da ilustração do livro, sua **iluminura** e a **miniatura**, que dificilmente poderiam ser feitas no papiro que, além do mais, não podia ser usado no anverso e reverso, um grave e antieconômico inconveniente. Segundo Mello (1979), pouquíssimos livros, constituindo-se em raridades bibliográficas, foram escritos nas duas faces do papiro. Assim a superioridade e preferência se impuseram pelo pergaminho naquela época. Quanto mais fino e leve fosse, maior era o seu valor. Com o pergaminho, criou-se o caderno, determinando o novo formato do livro, o **códice** tal qual hoje o conhecemos. Até então os livros eram feitos em rolos.

Antes da sua industrialização, quando passou a ser fabricado em série, o livro era um produto de preço muito elevado, sendo inacessível aos alunos e também aos mestres, que não tinham condições de adquiri-los. Devido a essa dificuldade, o professor ficava impossibilitado de possuir uma biblioteca particular, sendo esta privativa apenas dos potentados, dos mosteiros e das dinastias. O professor fazia a leitura da aula para os alunos, ensinando-os ao mesmo tempo em que aprendia; é deste hábito antigo de leitura em voz alta que nasceu a lição.

Os primeiros materiais usados na escrita: pedra, argila e metais, foram sucedidos pelo livro vegetal, que surgiu quase ao mesmo tempo, no Oriente e no Ocidente, sendo que no Oriente os chineses já usavam o papel fabricado de pasta de madeira, enquanto que no Ocidente usava-se escrever em papiro.

Antes ainda do papiro e do papel, os indianos escreviam livros em folhas de palmeira, que era um material de baixo custo; depois se usou o córtex das árvores, que tinha a vantagem de ser mais resistente e duradouro e com custo semelhante ao da palma.

A busca por um material que melhor satisfizesse as exigências dos usuários da época por durabilidade e fácil manuseio e transporte, foi incessante, pois o desejo de se comunicar, de dialogar com os outros, com o mundo, era o combustível que levava a aperfeiçoar os instrumentos associados ao mundo do livro e da escrita.

O papel produzido a partir do papiro, apesar de não ter um preço muito acessível, nem garantir muita resistência, foi uma das formas que oportunizou esse

diálogo entre homem e mundo e atendeu às necessidades mais imediatas, deixando um legado de importantes obras. Em poucos séculos acumulou-se um enorme acervo de livros, que na época com o papiro eram na realidade rolos com dezenas de metros, e este formou duas das maiores bibliotecas da Antiguidade: a de Alexandria no Egito e a de Pérgamo, na Ásia Menor.

O pergaminho, material feito com peles de animais, tinha qualidade superior ao papiro, mas a matéria prima era mais limitada, então seu surgimento logo após o papiro não sanou a demanda da fabricação de livros e nem atendeu a urgência premente do progresso do livro e sua necessidade de industrialização. Foi com a conquista do papel que o livro vegetal triunfou, de forma definitiva, sendo o papel fabricado de pasta de madeira o maior vetor deste progresso, que precipitou a invenção da imprensa e gradativamente, a democratização e acesso ao livro.

Segundo Mello (1979), a invenção da tinta é atribuída aos chineses (sem data precisa), aproximadamente no tempo de Huang - Ti<sup>29</sup>. Apesar de esta tinta primitiva ser bem diferente da que foi fabricada posteriormente para escrever, ela foi o ponto de partida e era usada em sedas e tecidos em geral. Aquela tinta, que era mais um verniz do que tinta propriamente dita, foi substituída por uma pedra negra que se diluía na água, e posteriormente pela tinta de fuligem. Em seguida, usou-se a tinta chinesa ou nanquim, como é mais conhecida entre nós, e sua composição passou por várias transformações e aperfeiçoamentos, o intento de se chegar a um resultado de escrita mais duradouro, legível e com fixação garantida, com uma tonalidade mais escura, mais negra. Outras cores também foram usadas, embora com menos frequência, sendo a tinta de ouro muito apreciada; com ela criou-se uma arte apreciadíssima, a **crisografia**.

#### 2.1.4 Sistemas de classificação e catalogação de obras bibliográficas

As mudanças trazidas pela invenção do papel e da imprensa (inventada por Gutenberg em 1443 na Alemanha), quanto à forma e o tamanho dos livros, teve ampla repercussão na sua difusão e acessibilidade. De todas as formas assumidas

---

<sup>29</sup> Huang – Ti é conhecido no Ocidente como o Imperador Amarelo, um dos Cinco Imperadores (Huang Ti, Zhuanxu, Ku, Yao, Shun), reis lendários sábios e moralmente perfeitos que teriam governado a China após o período de milênios, regido pelos também lendários, reis-deuses “Três Soberanos” (Deus Celestial, Deus Terreno, Deus Humano). O Imperador Amarelo teria reinado de 2698 a.C. a 2599 a.C.. É considerado o ancestral de todos os chineses da etnia Han. Fonte: <[www.nipocultura.com.br/?paged=42](http://www.nipocultura.com.br/?paged=42)> Acesso em: 23/09/2009.

pelo livro ao longo do tempo, as mais populares foram aquelas que permitiam ao leitor mantê-lo confortavelmente nas mãos, em especial o códice que é a forma atual do livro. A diversidade de tamanhos, formas dos livros e a própria qualidade e diversidade de papéis, bem como a possibilidade da multiplicação das obras ocasionou e favoreceu um enriquecimento das coleções particulares, devido ao aparecimento de livros mais baratos e numerosos. As bibliotecas estavam a caminho de um aumento de exemplares cujas proporções eram inimagináveis quando cada cópia tinha que ser feita à mão por um copista.

Nos dois primeiros séculos de imprensa criou-se um estoque gigantesco de livros para compra e venda, e a indústria do livro estava cada vez mais ativa com o apetite de riquezas intelectuais que se espalhava entre as populações. A massificação da cultura estava em andamento, à consequência da imprensa, que trouxe o barateamento do livro, dando a possibilidade das classes menos favorecidas adquirirem alguns volumes, bem como frequentarem as escolas que se difundiram nessa época, permitindo que mais gente fosse capaz de ler. Dessa mudança quantitativa dos livros decorreu a transformação progressiva da organização dos livros, desencadeando a necessidade e o surgimento de um sistema bibliográfico, com suas classificações por temas ou por outros critérios, para que as pudessem ser guardadas e facilmente localizadas. Diz Mckitterick (2000, p. 96) que “As bibliotecas podem ser organizadas ou divididas de várias formas: por seus assuntos, pelo tamanho dos volumes, por sua data de publicação, pela língua utilizada, por sua origem, pelo material usado, pela sua cor, pelo seu uso: consulta ou empréstimo, pelo tipo de leitor: privilegiado ou não privilegiado.” Tal forma de organização foi registrada na literatura bibliográfica especializada, que tomou novos rumos no fim do século XVI e no começo do século XVII. A classificação dos livros permitia que o leitor descobrisse o que procurava, examinando os catálogos ou quando em contato com os livros. O espaço e a mobília também influenciaram o uso dos livros e a própria leitura. Mckitterick (2000, p. 96) pensa que:

[...] as maneiras de procurar e os meios de descobrir [as obras], e, igualmente os hábitos de leitura, dependem não só de questões de distinção e ordem, mas também das dificuldades e facilidades apresentadas pela acumulação dos livros nas prateleiras. É uma questão tanto prática quanto teórica.

Os detalhes práticos da biblioteconomia, ciência que só tem seu surgimento à medida que há este aumento de obras exigindo uma ordenação, surgem sob várias formas e os problemas de classificação dos livros são considerados uma espécie de controle dos meios de ler e localizar as obras. Por esses meios é definida e controlada a circunstância da conversa entre o livro e o leitor. A influência desses meios, que ainda permanecem hoje na organização da leitura em tantas bibliotecas de pesquisa, é a separação dos manuscritos e dos impressos, uma atitude que faz conservar o estado do material; esta prática de conservação do manuscrito proporcionou ao século XVII uma amostra dos meios de publicação existentes em tempos antigos.

Ao refletirmos sobre as bibliotecas, percebemos uma situação de desordem que se desenvolve ao longo dos tempos; essa desordem é atribuída às administrações sucessivas dos bibliotecários que não seguem um mesmo padrão de classificação, divisão e valorização do acervo, pois, às vezes, ao modificar uma forma de organização do acervo acabam destruindo um contexto histórico de conhecimento e leitura. Esse problema tem se revelado praticamente universal, não ocorrendo apenas em uma única biblioteca, mas no seu conjunto. Na biblioteca universitária de Cambridge, manuscritos e impressos são separados desde 1583. Uma coleção das obras de Francis Bacon, manuscritos e edições do século XVII, com notas manuscritas do editor, Basil Montagu, formava um conjunto homogêneo até 1905, época em que foi repartida entre os depósitos dos impressos e os dos manuscritos. Nessa mesma biblioteca, foi desmontado no século XVIII um volume que continha um manuscrito do Isagoge de Porfírio, encadernado com edições de Simplício e de Amônio impressas em Veneza em 1499-1500. Esses textos tinham permanecido num volume na mesma biblioteca desde o começo do século XVI; foi somente a organização bibliográfica do século XVIII que destruiu esse documento sobre o uso e a leitura dos autores gregos. Esses são exemplos tirados de uma única biblioteca, mas o problema é universal, refere Mckitterick (2000).

As classificações organizadas por assunto foram desenvolvidas no século XVII por eruditos e livreiros; especial atenção deve ser dada neste aspecto a Claude Clément em 1635, aos jesuítas da Comuna Francesa Clermont, e a Gabriel Martin, livreiro em Paris. Durante muito tempo o tema catalogação e classificação das bibliotecas foram discutidos, muitos métodos foram criados variando de biblioteca para biblioteca, sendo que algumas bibliotecas adotavam o mesmo método de

classificação utilizado por outras, como por exemplo, o catálogo estabelecido por Thomas Hyde em 1674, da Biblioteca Bodleiana, fundada pelo diplomata inglês Sir Thomas Bodley, em Oxford. Este sistema descrevia tantos livros que foi logo utilizado como catálogo em muitas outras bibliotecas, inclusive pela Biblioteca Mazarine, construída a partir de uma biblioteca particular do cardeal Jules Mazarin, um estadista francês; é a mais antiga biblioteca francesa funcionando desde 1643.

Sobre as classificações dos livros, Mckitterick (2000, p. 104) afirma:

Quer seus fundamentos sejam filosóficos, teológicos ou simplesmente práticos, a classificação continua sendo um procedimento destinado a aproximar os leitores dos escritos, e, em princípio, capaz de corresponder a obras que não se conciliam necessariamente com o esquema preexistente.

Por meio das classificações, os leitores são influenciados pela ordem dos livros, pelo ambiente em que são encontrados: espaços de leitura, estantes, depósitos. Os leitores se informam nos livros, existe uma conversa silenciosa entre o leitor e o texto, que é determinada pela qualidade material do que se lê e pelas circunstâncias em que o texto é apresentado.

Segundo G. Leyh (1961), que, durante muitos anos (de 1921 a 1947), foi um influente bibliotecário numa das mais antigas universidades da Alemanha, Universidade de Tübingen, localizada na cidade de mesmo nome, a organização dos livros nas bibliotecas européias, a partir do século XVI, deu-se de dois modos diferentes: as pequenas bibliotecas se caracterizavam por uma disposição que obedecia a um sistema, isto é, a uma repartição ordenada dos campos do saber baseada na enumeração das diferentes disciplinas, ou, ao contrário, baseada numa estrutura hierárquica, referindo-se de modo mais ou menos declarado a outras tantas teorias sobre o sistema de conhecimento. Já algumas grandes bibliotecas seguiram um método mais simples, dominado por preocupações práticas, isto é, dividiram os livros por conjuntos, agrupados conforme o formato e a ordem de entrada.

Em meados do século XVII, o ordenamento sistemático surge nas grandes bibliotecas, espalhando-se em particular no norte da Alemanha, atingindo, em Göttingen (1737), sua forma mais evoluída. O ordenamento sistemático das bibliotecas alemãs, influenciado especialmente pelo sistema de Göttingen, se difundiu rapidamente em todo lugar, até sua adoção pela Biblioteca Real de Berlim,

que fez dele o ponto de referência obrigatório em toda a área prussiana. Por essa época, esse ordenamento sistemático chega a Tübingen e em seguida a Estrasburgo, que atualmente é uma comuna francesa, mas que em 1870, depois da anexação à Alemanha fora radicalmente organizada segundo o modelo de Tübingen.

Em 1919, afirma Settis (2000, p. 115),

[...] quando o problema do reordenamento e das novas normas de catalogação da Biblioteca de Estado Prussiana de Berlim veio à ordem do dia, a 'apresentação sistemática' foi posta em acusação: segundo a fórmula muitas vezes repetida por Leyh, a enorme dificuldade de construir um sistema durável, e de fazer entrar nele todo e qualquer livro, acarreta necessariamente consequências catastróficas.

É nesse contexto que a Biblioteca de Warburg<sup>30</sup>, em Hamburgo, se estruturou, extraindo algumas sugestões, para sua própria sistematização, de bibliotecas preexistentes e apresentando um modelo de ordenamento totalmente pessoal, onde cada progresso em seu sistema de pensamento, cada nova ideia sobre a inter-relação dos fatos impelia Warburg a mudar a posição dos livros correspondentes. E. C. Richardson (1901) diz que “todo sistema de classificação de livros reflete – de modo mais ou menos declarado – um sistema, seja ele qual for, de ordenamento do conhecimento”.

Os sistemas de classificação utilizados por uma biblioteca, por meio da organização física dos seus espaços e pela disposição dos seus livros numa proposta sistemática de organizar os conhecimentos humanos, exercem uma influência incalculável sobre os usuários dessa biblioteca por períodos de tempo consideráveis.

No século XVII, refere Nelles (2000) ainda se considerava Justo Lípsio (1547-1606) como um dos sábios mais reputados que dominavam a Antiguidade Clássica. Embora sua erudição tivesse se tornado obsoleta, sua obra arqueológica era muito conhecida e aproveitada pelos mestres e estudantes. Em 1602, Lípsio uniu seus tratados arqueológicos em um pequeno livro com assuntos variados sobre as

---

<sup>30</sup> A biblioteca foi concebida por Abraham Moritz Warburg - mais conhecido como Aby Warburg, um historiador da arte, alemão - em sua casa em Hamburgo, onde dava forma à massa maleável de livros, instrumento mutável de trabalho. Os livros de Warburg, sua biblioteca, tiveram que passar por penosas mudanças, por sedes sucessivas até chegar onde se encontra hoje: Londres, *Woburn Square*. E em todas as suas sedes, a arrumação dos livros tinha de ser adaptada ao mesmo tempo à instalação *warburguiana*, em sua última formulação e às exigências da arquitetura da nova sede. Salvatore Settis (2000, p. 110 e 128).

bibliotecas. Para fundamentar seu livro com um conhecimento útil, ele fez uma pesquisa minuciosa, e apresentou a biblioteca de Alexandria como um modelo para os mecenas, os bibliotecários e os eruditos de seu tempo. O conceito de biblioteca resultante dessa pesquisa trouxe dois grandes ensinamentos essenciais ao século XVII, o primeiro era realista e afirmava as funções da biblioteca como lugar de erudição, de pesquisa histórica e filosófica sem finalidade pedagógica. E o segundo veiculava o ideal pacificador de uma biblioteca concebida como lugar de pesquisas, sem orientação confessional. Esse ideal da biblioteca pública inventado por Lívio durou todo o século XVII.

Ainda sobre a biblioteca, Nelles (2000, p. 204) diz:

A biblioteca se tornou, no fim da carreira de Lívio, tanto um lugar para a pesquisa historiográfica sobre todas as escolas da filosofia, quanto uma instituição de uma neutralidade otimista diante das divisões confessionais e culturais da Europa. Fazendo da biblioteca um lugar para o livre exercício da erudição, Lívio se distanciava da biblioteca polêmica da erudição eclesiástica [...].

O opúsculo escrito por Lívio era composto por onze capítulos, iniciava e terminava por Alexandria, sendo que no seu intervalo trata das bibliotecas helenísticas e romanas. Lívio mostrou de forma coerente que as bibliotecas da Antiguidade estavam quase sempre situadas em templos.

### 2.1.5 Bibliotecas Digitais

Ao longo dos tempos, como vimos, os suportes de armazenamento do registro da informação foram sendo substituídos por formas mais modernas que melhor comportassem o acúmulo progressivo das informações. Sabemos que durante séculos, a memória do conhecimento humano foi conservada nas paredes das cavernas, em tabletes de argila, tabuinhas de madeira, rolos de papiro e pergaminho, que, em função da invenção da imprensa e o uso do papel, sobretudo a partir da industrialização, acabou por tornar essa produção em escala cada vez menor até praticamente extinguir-se por completo (ABREU, 2008). Evidentemente permanece em caráter artesanal a produção de textos ou obras em suportes de outrora, como memória do passado ou mercadoria turística.

Com o surgimento do papel e da imprensa, foi possível proporcionar uma grande diversidade de formatos em papel para divulgação da informação através de livros, jornais, mapas, folhetos etc. (ABREU, 2008). Nas últimas décadas, o avanço tecnológico das comunicações e informações acarretou inúmeras transformações na sociedade contemporânea, e hoje os materiais usados foram se diversificando mais ainda com a fotografia, o filme, o microfilme, o disquete, o videocassete, o gravador, o *CD-ROM*, o *DVD*, o *pendrive*, a *Internet* etc.

A biblioteca, enquanto instituição social da Antiguidade sobrevive aos revezes do tempo, continuando a tarefa árdua de coletar e disponibilizar materiais informacionais em diversos formatos de maneira organizada, que facilite a sua procura e compreensão, tornando-se, cada vez mais um espaço de diversidade textual, o que obriga a ampliar o próprio conceito tradicional de texto (falando-se hoje em uma convergência e hibridismo de meios: hiper-mídias). Chartier (1999, p. 117) afirma que “com o texto eletrônico, a biblioteca universal torna-se imaginável, sem que, para isso, todos os livros estejam reunidos em um único lugar.”

De modo geral, a sociedade constantemente se beneficia com os progressos tecnológicos, e as tecnologias de comunicação e da informação propiciam novas formas de ordenação da experiência humana, com múltiplos reflexos na atuação humana sobre o meio e sobre si mesma. A informática vem sendo utilizada na Educação de diversas formas. Em muitos países os computadores começaram a aparecer nas escolas de ensino fundamental e médio sob a forma de projetos ainda experimentais. O Uruguai, por exemplo, país vizinho, implementou como política pública recente para desenvolver o país, um programa que pôs na mão de cada criança inscrita na escola um *lap-top*.

Hoje, a informática está presente de muitos modos na educação, e com as bibliotecas não seria diferente, pois elas começaram a utilizar as tecnologias e os computadores para melhorar os seus serviços básicos como a catalogação e a organização dos acervos.

A definição tradicional da palavra biblioteca significa um edifício para guardar livros. Para Ferreira (2004), biblioteca é uma coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta e também é o edifício ou recinto onde se instala essa coleção. Mas, atualmente, a biblioteca deve ser compreendida como todo espaço concreto ou virtual, destinado à coleção de

diferentes informações, de diferentes tipos e em diferentes suportes, registrados no suporte de papel e escrita, em suportes digitais ou outros.

Para Duarte (2006), na última década do séc. XX, o mundo da informação digital sofreu grandes alterações e transformações, tendo surgido inúmeros projetos que confluíram no que hoje denominamos Bibliotecas Digitais. Esta nova era do conhecimento digital, em franca expansão e rápidas transformações, graças às inovações tecnológicas geradas pelo avanço do conhecimento científico merece, com relação ao tema biblioteca, novos estudos específicos, ficando apenas assinalada nesta pesquisa.

### **3. BIBLIOTECA ESCOLAR: DO DESPRESTÍGIO À PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO**

*[...] podemos afirmar que a biblioteca escolar é um objeto desprezado pela Educação, o que se constitui em grande injustiça, posto que a sofrível situação em que funciona, na maioria das escolas, faz com que ela se torne um grave e, vale dizer, inexplorado problema educacional. (SILVA, 2003, p. 19)*

Embora tenha aumentado o número de pesquisas em torno da biblioteca escolar, como visto no Capítulo 1, no qual mostramos os resultados de amplo estado da arte realizado, percebe-se que o problema acerca da biblioteca continua sendo discutido por uma minoria de autores: Luiz Milanesi, Waldeck Carneiro da Silva, Ezequiel Theodoro da Silva, Regina Zilberman, Neusa Macedo. Trata-se de lideranças que têm colaborado na construção de uma reflexão coletiva sobre a biblioteca. Apesar de que tais iniciativas continuam sendo insuficientes, elas são qualificadas e sinalizam o silêncio, quase sepulcral, que prevalece ainda hoje, sobre os problemas da biblioteca escolar.

Neste capítulo vamos desenvolver uma discussão, a partir das teorizações, sobretudo de Milanesi (1986) e Silva (2003) sobre a precariedade das bibliotecas escolares e sustentar o argumento de que não só elas podem, como elas devem, ser consideradas prioritárias, para a educação brasileira. Caso existissem bibliotecas públicas razoavelmente equipadas poderiam servir de suporte para a educação escolar.

Como dito anteriormente, partimos de uma perspectiva histórico-crítica, que é apresentada por Silva (2003), como pertinente não só para a educação, como também para a área de Biblioteconomia. Ela pode contribuir para esclarecer por que a biblioteca tem importância central para a formação escolar. Primeiramente, ele afirma que precisamos compreender os três princípios básicos sobre os quais tal perspectiva se assenta: 1) entender a desvalorização social da biblioteca e a elitização do acesso à leitura, no Brasil, como produto da luta pela hegemonia

travada em sociedades de classe do tipo da brasileira; 2) a impossibilidade de analisar as crises da leitura e da biblioteca, no Brasil, sem contextualizá-las histórica, social e politicamente e 3) a concepção de que a universalização do acesso à leitura e a valorização social da biblioteca, no Brasil, são conquistas a serem obtidas pelos atores sociais organizados, e comprometidos com a democratização plena da sociedade brasileira.

Ao considerar que a popularização da leitura e da biblioteca depende de lutas e conquistas dos atores sociais organizados, o autor está afirmando que a leitura não é popular e que a biblioteca não é valorizada no Brasil, o que confirma os resultados de muitas outras pesquisas encontradas até aqui.

Para Silva (2003, p. 32) “a Biblioteconomia e a Educação são ramos do saber que se articulam em diferentes perspectivas, e talvez o eixo mais acentuado dessa articulação seja justamente a problemática das bibliotecas escolares”. Assim ele explica a relevância de seu estudo e perspectiva:

O estudo apoiou-se, do ponto de vista teórico, numa corrente que denominaríamos de ‘Biblioteconomia histórico-crítica’, cujo princípio fundamental é a concepção das crises da leitura e da biblioteca, no Brasil, como contradições sociais inerentes ao modelo capitalista periférico que caracteriza a sociedade brasileira, cujas classes dominantes têm um projeto político de manutenção da sua hegemonia baseado, entre outros aspectos, na negação sistemática do acesso aos bens educacionais/culturais às classes trabalhadoras. (Silva, 2003, p. 33).

Para entender melhor sua afirmação, é importante recuperar alguns aspectos históricos, mesmo que pontuais sobre a Educação formal no Brasil. Esta foi inicialmente desenvolvida pelos jesuítas, que por um longo período se dedicaram a duas tarefas: a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Mantinham escolas espalhadas pela Colônia, nas quais davam instrução básica e, posteriormente, os filhos de famílias mais abastadas concluíam seus estudos na Universidade de Coimbra, formando-se em carreiras para as quais não havia escolas no Brasil, “pois os moços aqui eram educados para o sacerdócio”, diz Milanesi (1986, p. 44).

Mais tarde, no âmago da independência, uma nova política educacional surgiu; narra Milanesi (1986, p. 45 e 46), que “D. Pedro I, ao outorgar a Constituição em 1823 garantiu a instrução primária gratuita a todos os cidadãos brasileiros. A partir de 1827 foram criadas as primeiras escolas primárias, conforme prescrevia uma lei desse ano”. Convém, entretanto, refletir sobre essa “garantia” da instrução

primária para todos. Quem eram naquela época todos os cidadãos brasileiros que poderiam ter acesso à educação primária gratuita? Pensemos nos negros escravos, por exemplo. A abolição da escravatura no Brasil data de 1888. E as mulheres? Uma série de direitos eram negados às mulheres ainda no século XX. O fato de que a Constituição de 1824, no artigo 179, XXXII, estabelecesse que a instrução primária fosse gratuita a todos os cidadãos não significou que ela se tornasse uma realidade. Percebe-se que leis se multiplicaram, mas que na verdade, a distância da realidade se manteve, pois, efetivamente, somente em 1827 é que se faz a primeira lei do ensino primário, determinando que fossem criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos. Daí até que fossem de fato criadas, sabemos que se passou muito tempo, pois é só muito recentemente que a universalização do acesso à escola pública gratuita vem sendo atingida em nosso país; falamos de poucos anos, neste século!

Se o acesso da população à escola foi tardio no Brasil, a biblioteca foi sempre uma das maiores deficiências do nosso aparelho escolar; desde o tempo dos colégios jesuítas, até os dias atuais, muito pouco foi feito em relação à biblioteca. Não somente a biblioteca escolar, mas o conjunto das bibliotecas brasileiras, salvo raras exceções, pertence a um quadro miserável, quando existe, e a grande maioria funciona em condições precárias. Para Silva (2003, p. 50),

[...] a ausência de tradição bibliotecária vem sendo reforçada, historicamente, pela política cultural engendrada pelas nossas classes dirigentes, que se caracteriza pela desvalorização das produções culturais mais autênticas do povo e pelos entraves à popularização da leitura, do livro e da biblioteca.

Segundo desenvolve Silva (2003), as classes dominantes perpetuam a dominação que exercem sobre a maioria da população há quase meio milênio, através de um projeto político que reproduz o analfabetismo, a crise da leitura, a evasão e a repetência escolar, pois percebem que a marginalização cultural da classe trabalhadora é condição fundamental para a dominação.

Embora tenhamos hoje um regime político democrático e a igualdade de direitos seja buscada, bem como, os governos criem programas em prol da melhoria da educação, e até das bibliotecas como vimos no Capítulo 1, é perceptível que as elites que durante muito tempo não comungaram com esse sonho, ofereçam à grande maioria da população uma parcela de bens culturais, apenas suficientes para

que possam integrar-se ao sistema produtivo, dando-lhes domínio instrumental da leitura, da escrita e do cálculo. Qualquer formação ou conteúdo além destes precisa ser batalhado e conquistado por meio de movimentos sociais organizados, afirma Silva (2003).

A ênfase nas lutas, movimentos e ações afirmativas para as quais aponta este autor, como sendo o caminho para que a biblioteca desempenhe seu papel na formação cultural da população deixa exposto que, se depender das elites que acumulam privilégios, a instituição biblioteca escolar vai continuar na penumbra. O trabalho de Silva permite pensar que a biblioteca está no centro das lutas pela democracia, isto é, por um estado de direitos, no qual o conhecimento esteja disponível para todos e não seja acessível e acessável apenas para alguns. Biblioteca combina com democracia e sua ausência combina com regimes totalitários!

Interessado nos diferentes aspectos do problema da biblioteca, Silva (2003) realizou uma pesquisa sobre a utilização da biblioteca escolar, entre os anos de 1989 e 1991, no sentido de sua possível utilização como recurso didático para o ensino/aprendizagem. Ele investigou a forma e o conteúdo por meio dos quais os livros de Didática se expressavam sobre o uso da biblioteca na educação escolar. Postulou como pressupostos teóricos para esse trabalho: que o professor é peça fundamental na relação aluno/biblioteca; que a prática docente é em parte orientada pela formação pedagógica do professor e que a Didática é a disciplina que oferece as maiores possibilidades de discussões sobre estratégias, técnicas e percursos didáticos a serem empregados pelo professor.

Partindo dessa base investigou se os livros de Didática indicados aos alunos de licenciatura nas universidades tratavam do uso da biblioteca escolar como recurso de ensino/aprendizagem. Seu interesse vem desde a época em que cursava a graduação em Biblioteconomia, quando já observava na literatura especializada um vazio sobre a biblioteca escolar. Observou também a insistência em assuntos como base de dados, centros de informação, automação de sistemas de bibliotecas, mas pouca referência às nossas bibliotecas escolares e públicas, que normalmente enfrentam muitas dificuldades.

O autor trabalhou com os livros de Didática mais indicados aos estudantes de licenciatura, independente da área, das universidades do estado do Rio de Janeiro, no período de 1988 a 1990. Definidas as publicações a serem estudadas, iniciou a

coleta de dados analisando o conteúdo. Nessa análise observou que a maioria das obras não discutia a utilização da biblioteca no ensino/aprendizagem em si, o que considerou uma injustiça.

Para Silva (2003, p. 37) “[...] no interior da escola, a biblioteca é potencialmente um dos espaços que mais pode contribuir para o despertar da criatividade e do espírito crítico no aluno, tendo em vista os diferentes tipos de documentos que podem constituir o seu acervo e os variados serviços e atividades que ela pode desenvolver”. No entanto, os professores não parecem perceber o fato. Silva passou então a perceber que o pouco interesse de professores na biblioteca poderia representar a perpetuação de hábitos adquiridos durante a graduação, já que os livros de Didática não mencionam a biblioteca escolar como recurso de ensino-aprendizagem. Então uma vez internalizados os ensinamentos teóricos ministrados em seu curso superior tendem a reproduzi-los.

Tanto Milanesi (1986) como Silva (2003) observam o desinteresse pelo estado atual da biblioteca vindo de todas as instâncias; mas causa especial estranheza quando esse descaso também é praticado pelos bibliotecários, profissionais que passam anos estudando para trabalhar adequadamente em bibliotecas. O direcionamento da atenção no curso de graduação em Biblioteconomia está muito distante de pensar as relações da biblioteca com a sociedade ou seu papel na comunidade, ficando no geral focado em questões técnicas como gerenciamento, arquivamento de informações, bancos de dados e as variadas formas de organizá-los.

Como resultado, temos uma situação estranha para uma formação acadêmica relacionada com práticas sociais de leitura. A problemática das bibliotecas, com raras exceções, não é abordada pelos educadores, e também não é contemplada na literatura da área biblioteconômica, sendo privilegiados por esta, os estudos sobre problemas associados à informação científica. São raras as bibliografias atualizadas referentes à biblioteca escolar, como pudemos ver no primeiro capítulo do estado da arte. As obras escritas por autores da Biblioteconomia, de modo geral se preocupam mais com o interior da biblioteca, com o acervo. E menos da relação da biblioteca com a comunidade externa ou com a circulação de pessoas, a inclusão da biblioteca nas mentalidades dos jovens e crianças, dos pais e professores, das lideranças, ou

na biblioteca como um lugar relevante de uma comunidade<sup>31</sup>, tal como o supermercado, a loja, a igreja. A função social da biblioteca, o seu papel estratégico para o país fica esquecido. Podemos constatá-lo no exame dos documentos legais brasileiros (Cap. 1). Apenas o documento da UNESCO dava um lugar nobre a biblioteca.

Outro aspecto que pode ser analisado e que foi comentado a partir de algumas pesquisas mencionadas no estado da arte, refere-se aos recursos humanos atuantes nas bibliotecas; a grande maioria não possui formação especial para atuar nelas, nem na parte da organização, nem como parte do planejamento e administração do acervo disponível, demonstrando um despreparo e uma indisposição ao trabalho, notória. Grande parte dos funcionários destinados a uma biblioteca escolar são casos de readaptação funcional, ora por doença, fase final de carreira (idade avançada), ou por desgaste pedagógico; a biblioteca é considerada um local que exige pouca energia, um lugar de repouso, trabalho no qual não é necessário fazer um planejamento didático ou pedagógico, onde o profissional pode esperar calmamente pela sua tão sonhada aposentadoria. (SILVA, 2003; MILANESI, 1986)

A ausência da discussão sobre a biblioteca escolar nas formações de bibliotecários e a ausência da discussão da biblioteca na formação de pedagogos causa preocupação e questionamentos, pois nem um, nem outro espaço de formação está preparando profissionais que pensem na biblioteca como espaço e ferramenta indispensável da formação escolar básica. O que significa essa omissão ou lacuna?

A ação do profissional responsável pela biblioteca, a maneira como ela funciona e a sua estrutura podem ser fatores prejudiciais ao uso da biblioteca escolar, fatores que precisam de cuidados para atrair usuários. Uma biblioteca utilizada como depósito de objetos variados que já não têm utilidade ou estão danificados, instalada inadequadamente num canto da escola, sem condições dignas para isso, utilizando espaços apertados - quando não é apenas um armário

---

<sup>31</sup> Realizamos um levantamento relâmpago com 20 professores de Educação Fundamental da rede municipal de Lages, aos quais pedimos para responder por escrito quais os lugares públicos que mais tinham frequentado: 1) na última semana, 2) no último mês. 3) no último ano. As respostas mais frequentes foram: Supermercado (20), Igreja (07), Restaurantes (07), Farmácia (02), Lojas (08), Cabeleireira (03), Trabalho (20)... etc... . Nenhum respondeu biblioteca. Um respondeu um sebo da cidade. Trata-se de mais um dado que mostra a biblioteca como esquecida e sem prestígio (entre professores). Há fortes indícios de que ela não faz parte do cotidiano dos professores.

trancado em uma sala de aula à espera de se aberto alguma vez - , com uma má iluminação e desconfortável, desestimula a frequência do usuário, assim como um acervo desatualizado e desorganizado também afasta os leitores que desistem de tentar encontrar alguma obra onde jamais encontraram antes, ou por pobreza do acervo ou por catálogos e organizações mirabolantes das obras. Regulamentos rígidos, horários inflexíveis, irregulares e incompatíveis com a disponibilidade do aluno e do professor, serviços de empréstimos suprimidos, acesso às estantes vetado, excesso de zelo do profissional da biblioteca para com o acervo, comportamento passivo ou excessivamente técnico do pessoal que trabalha na biblioteca com atitudes ríspidas, exigindo silêncio, arrumação e disciplina são fatores que favorecem a evasão dos usuários da biblioteca escolar, dificultando ou bloqueando a sua plena utilização.

Recomenda Silva (2003, p. 64) que “[...] a organização, a disciplina, a observação do regulamento não devem ser vistos como os objetivos da biblioteca escolar, mas como condição para que ela alcance os seus reais objetivos, a saber, a promoção da leitura e a democratização do conhecimento registrado.” Muito mais do que apenas ser um suporte pedagógico, a biblioteca é um organismo vivo e dinâmico que em conjunto com a ação do professor potencializa o ensino-aprendizado do aluno.

A biblioteca escolar é responsabilidade de todos os seus frequentadores e não somente do bibliotecário, que por muitas vezes age como se fosse o único “dono” do recinto, decidindo a dinâmica do ambiente, esquecendo que as atividades desenvolvidas pela biblioteca devem estar em consonância com os interesses de seus usuários. Para Silva (2003), “o bibliotecário escolar é uma espécie de coordenador da biblioteca, responsável pela coordenação das sugestões, ideias, atividades vindas de todos os pontos da escola, sempre visando a transformação da biblioteca escolar num espaço dinâmico e articulado com o trabalho desenvolvido pelo professor.”

O silenciar em torno da biblioteca escolar é uma seara progressiva que vem dos mais altos escalões até chegar às classes minoritárias, ou seja, inicia com os governos, passando pelas políticas públicas, pelos cursos de graduação, chegando ao professor, ao bibliotecário e, por consequência, ao aluno, ou usuário desse espaço.

Como vimos no capítulo 1, existem algumas pesquisas realizadas sobre políticas públicas e programas governamentais em prol da leitura, da biblioteca. O governo vem se mobilizando para criação de recentes programas como Literatura em Minha Casa, PROLER, PNBE entre outros.

Paiva e Berenblum (2009) desenvolveram uma ampla pesquisa intitulada *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)-uma avaliação diagnóstica* (2009), realizada durante 2005 e 2006, em parceria com a UNESCO, sobre o funcionamento do PNBE, que se ocupou desde 1998 da distribuição de obras literárias às escolas públicas para equipar suas respectivas bibliotecas com acervos coletivos. A pesquisa constatou que os esforços estão longe de terem atingido os objetivos a que se propuseram, pois muitas escolas nunca chegaram a receber os livros e em muitas outras, os livros nem ao menos foram tirados da embalagem. Isto é, a escola não soube o que fazer com as obras recebidas. Para Paiva e Berenblum (2009), um programa para a formação de bibliotecas, de eficácia operativa na distribuição de livros para as escolas beneficiadas, não pode manter-se desvinculado das exigências de formação de professores, principais atores no incentivo e na dinamização da leitura de crianças e de jovens no espaço escolar.

Assim, percebeu-se que o PNBE, praticamente foi um grande programa de distribuição de livros, e não mais do que isso; como se a existência de obras de qualidade fosse o caminho natural e suficiente para a organização de um acervo ou para a formação de leitores nas escolas públicas brasileiras. O programa não previa apoio algum a projetos de formação continuada de professores com o foco na leitura literária. Caixas de livros certamente não equivalem ao conceito de acervo, que exige uma série de requisitos, como visto acima.

É diante de realidades como essa que a declaração que segue, de Piletti (2008, p. 25) faz sentido:

Quanto mais nos aproximamos da atualidade, mais pródigos foram os poderes públicos em dispositivos legais que pretenderam superar os problemas seculares da educação brasileira. No entanto, os males de sempre aí estão: o analfabetismo, a repetência, a evasão escolar, a falta de escolas e de professores, as péssimas condições de trabalho.

Até aqui descrevemos diferentes aspectos da precariedade que envolve as bibliotecas escolares. Em seguida, vamos trazer, por meio de Milanesi (1986) e Piletti (2008), inicialmente alguns pontos muito criticados na bibliografia sobre a

educação escolar, para mostrar, logo depois, de que maneiras as bibliotecas representam um caminho para transformar todos esses aspectos, de maneira exemplar.

Milanesi (1986, p. 09) afirma que “a educação é um dos elementos básicos no processo de transformação da sociedade [...]. Educação que não transforma, não é”. Porém, não são poucos os estudiosos a demonstrar o quanto a educação pode ser conservadora e resistente às mudanças. Vidal (2005), por exemplo, descreve a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas às finalidades que podem variar segundo as épocas.

Piletti (2008, p. 08) também indica os limites da educação e sua vertente de adaptação social:

Desde o nascimento, não importa nossa condição sócio-econômica ou o regime político sob o qual vivemos, o processo educacional atinge-nos por todos os meios e cerca-nos de todos os lados: somos conduzidos a comportarmo-nos de determinadas maneiras, a assumir posições consideradas adequadas; a mantermos relações de respeito com as pessoas adultas; a convivermos satisfatoriamente com nossos iguais, cumprindo nossos deveres sociais; a compreendermos o mundo em que vivemos, a agirmos de acordo com princípios e regras morais.

Somos crias de um mundo já inventado, no qual o passado autorizou este presente, e nossa herança, nossa responsabilidade já veio inscrita em uma tradição de um passado ainda hoje latente em nossas veias e que nos remete a tomadas de decisão, que nossos antepassados também tomaram, com consequências que muitas vezes recaem sobre nós mesmos. Afirmam Lopes, Filho e Veiga (2003), que cada tema e cada história são retalhos de uma mesma peça e que é essa educação que nos pertence e à qual pertencemos.

O professor carrega a herança de uma escola que reproduz o sistema, no qual se seguem dogmas, com pouco espaço para dúvidas, para contestação da ordem estabelecida e o professor, muitas vezes absorvido pelo conformismo de tal situação tem dificuldades para abandonar os padrões em que foi formado, reproduzindo também essa cadeia educacional. (PILETTI, 2008).

Milanesi (1986) propõe alternativas, diante deste quadro refere que não podemos criar escolas para alfabetizar indivíduos com uma fôrma pré-estabelecida

onde estes seres serão ajustados igualmente à sociedade, preparados previamente a determinadas tarefas, adestrá-los a um tipo de vida. Os indivíduos devem ser preparados para o previsto, mas também para o imprevisto, para outros modelos de vida, enfim, para o inusitado. Diz Milanesi (1986, p. 9), que “não adianta inaugurar bibliotecas da mesma forma que não adianta criar escolas para fazer da alfabetização um instrumento ajustador da pessoa à sociedade como ela é e não como deveria ser.”

Por isso, para democratizar o acesso ao conhecimento na escola, Silva (2003, p. 69) recomenda que seja preciso

[...] lutar contra o ensino dogmático e a transmissão do saber exclusivamente via professor ou livro didático; significa, ainda, adequar os conteúdos do saber escolar à realidade da clientela atendida; significa, enfim, fazer do aluno um produtor e não apenas um consumidor do saber, o que abre, a nosso ver, amplos espaços para a inserção da biblioteca escolar no processo ensino/aprendizagem assim concebido.

Segundo a sua reflexão, o contato com a biblioteca e com o livro deve acontecer o quanto antes na vida de um indivíduo, pois desta forma aquela passa a agir como um centro dinâmico de aprendizagem contribuindo para uma educação crítica e transformadora que capacitará os alunos na utilização das fontes de informação mesmo após o seu afastamento do sistema escolarizado formal.

Para Milanesi (1986, p. 30)

É a prática que estimula a reflexão, que exige a teoria, que inclusive obriga à revisão da teoria. Isso, pelo menos no âmbito dos estudos da sociedade. O conhecimento da realidade vivida e transformada por aquele que a vive é o primeiro passo para a continuidade do processo transformador.

Temos a concepção de que o professor é uma das fontes de aprendizagem para o aluno, em geral, a fonte principal. A consequência de valorizar a biblioteca é que o professor deixa de ser a fonte privilegiada do saber, (‘o famoso dono do saber’) e sua tarefa passa a ser incentivar o aluno a buscar por si mesmo, outras fontes de saber. Mas, nesse caso, precisa que lhe sejam disponibilizadas fontes outras que não o próprio professor. É nesse ponto que os acervos e bibliotecas ganham o papel principal, pois somente com a valorização e o seu uso intensivo na educação escolar é que se conseguirá desenvolver uma formação cultural, enriquecida pelas construções da civilização, que estão ‘escondidas’ nas obras, mas

podem se tornar disponíveis quando existem acervos organizados e profissionais preparados para dinamizá-los. Esse parece ser o caminho para de fato se promover uma educação para autonomia, sem dependência e sem subserviência. Nessa concepção educativa é que o professor, como agente criador de oportunidades de aprendizagem contribuirá direta ou indiretamente para incluir a biblioteca no repertório de recursos do aluno, para que possa ir à busca de novos aprendizados pela vida afora.

Ao pensarmos a biblioteca como um centro de informações disponíveis a alunos e professores, onde não exista a censura de saberes, mas ao contrário, exista a possibilidade de escolha e a liberdade para selecionar leituras, teremos nela um instrumento de desordem, como diz Milanesi (1986); que não homogeneizará o discurso, assim como a escola e os meios ideológicos de comunicação o fazem quando reproduzem um sistema de normas, regras a serem seguidas. Milanesi (1986, p. 25) mostra que “a biblioteca tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir.” Aí poderia residir uma grande oportunidade para desenvolver a tão desejada autonomia, pretendida pela escola. A própria existência da biblioteca na escola, cultivada, cuidada, disponibilizada, pode encaminhar o desenvolvimento dessa atitude.

Milanesi (2003, p. 25) diz que “é preciso pensar que o fundamental não é a informação em si, mas o conflito que traz. [...] O fundamental não é o conteúdo, a carga ideológica, mas a força dos antagonismos em choque.” O senso crítico só será desenvolvido ante a contradição, a prática da dúvida perante a ordem estabelecida, criando embates sistemáticos de desordem, para que um discurso seja assumido como a verdade dentro de uma lógica, mas que também possa ser discutido, revisto e aperfeiçoado; e como instrumento potencializador de tal atitude, temos a biblioteca como centro informacional, um organismo vivo e ativo que se transforma diariamente na medida em que as relações se estabelecem entre os dados disponíveis, novos fatos e novas teorias também passam a ser exigidos.

Assim pensava também um dos autores que mais contribuiu para a elaboração do conceito de *Bildung*, Humboldt, que ocupou cargo semelhante ao Ministro de Educação na Prússia de seu tempo, e organizou o sistema educacional da nação. Humboldt considerava que se o Estado garantisse uma formação moral sólida e os estudos envolvessem rigor e liberdade, a nação contaria com pessoas

bem formadas que se associariam umas as outras e usariam o conhecimento para encontrar soluções para os problemas que encontrassem na sociedade. Dentro do contexto da *Bildung* a curiosidade, a busca e abertura de espírito, eram essenciais para a educação.

Em nosso contexto brasileiro, Silva (2003, p. 40) considera que, indiscutivelmente, a biblioteca é a principal ferramenta a ser usada para sanar as deficiências culturais adquiridas ao longo da vida educacional e fora dela. Ele afirma que:

Na escola, a biblioteca certamente poderá ser uma das instâncias capazes de proporcionar ocasiões para o aluno interessado em aprofundar, por conta própria, o seu conhecimento. Fora da escola, também é a biblioteca uma das instituições mais indicadas para alicerçar a auto-educação dos cidadãos, dada a variedade de recursos informativos que ela pode oferecer, a liberdade de opção que proporciona e o baixo custo que sua utilização representa para o consulente.

Para Freire; Nóbrega; Badini; Araújo (2009) a função educativa da biblioteca escolar representa um reforço à ação do aluno e do professor. Mas para nós, a biblioteca pode e deve se tornar o pilar central da educação, na qual, alunos e professores possam desenvolver juntos habilidades de estudo independentes e possam auto-educar-se pela busca continuada de conhecimento. Auto-educar-se é um dos princípios do conceito de *Bildung*.

Silva (2003, p. 37) afirma que “O exercício da criatividade e do questionamento, somado a experiências de aprendizagem diversificadas, permitirá ao estudante superar a mera reprodução do discurso docente, tornando-o sujeito da sua aprendizagem.”

Para Paiva; Berenblum (2009) uma concepção mais cuidadosa dos usos sociais da escrita e de suas implicações no campo do desenvolvimento de sistemas de pensamento e de esquemas cognitivos mais amplos poderia considerar a potência geradora de conhecimentos que é a biblioteca, fonte de desenvolvimento da autonomia de pensamento e de criatividade e poderia torná-la um instrumento indispensável na formação da identidade dos atores da escola e da comunidade.

Converge também para este conjunto de ideias o pensamento de Silva (2003, p. 23), ao formular:

Estamos convencidos de que no Brasil, no campo das bibliotecas, as atenções têm de se voltar prioritariamente para as bibliotecas escolares e para as bibliotecas públicas, espaços que, se minimamente organizados, podem desempenhar um importante papel na elevação do nível cultural e da consciência crítica da população brasileira.

Talvez, devido à situação de miséria e pobreza em que vive uma grande parte da população brasileira, a biblioteca não seja entendida como prioritária, como um dever do poder público para com o cidadão, pois este passa muito tempo empenhado em garantir a sua sobrevivência e não lhe resta muito tempo para reivindicar tal direito, o direito à cultura, à educação. A biblioteca, por ser lugar de livros talvez se considere associada a bens supérfluos, e não a bens fundamentais ou de primeira necessidade, quando na verdade, considerar as bibliotecas escolares como prioritárias poderia qualificar a formação escolar.

Confirma Silva (2003, p. 54) quando diz que “A valorização excessiva dos bens materiais, característica de uma sociedade de consumo, como é a capitalista, em detrimento do valor moral e intelectual do homem, concorre para afastar as pessoas da biblioteca”. Em compensação, uma educação com bibliotecas consistentes poderá fortalecer os valores morais e intelectuais em detrimento do consumidor!

Para finalizar o capítulo diremos, com Silva (2003), que não basta denunciar o descaso com a problemática das bibliotecas escolares ou se lamuriar, mas anunciar, criar caminhos, propor alternativas, construir iniciativas que fertilizem os debates em prol da biblioteca escolar, como um tema fértil e profícuo, a partir dos quais se criem caminhos para a transformação da realidade problemática existente. Este trabalho quer se somar à construção desses caminhos.

Para que haja melhorias em relação à biblioteca escolar, faz-se necessário primeiramente, pensá-la dentro da totalidade dos problemas da educação em nosso país. Qualquer análise sobre a biblioteca escolar que não leve em conta a realidade educacional contraditória na qual ela se insere não encontrará caminhos possíveis para a sua (re) construção na escola brasileira. (SILVA, 2003).

Silva (2003, p. 91) é categórico ao dizer que:

A biblioteca escolar e a escola pública brasileiras têm saída, mas ela não está dada, quer dizer, precisa ser construída coletivamente através do pensar e do fazer dos educadores, dos alunos, dos pais, enfim, de todos os segmentos sociais realmente comprometidos com a reconstrução do sistema de ensino público no Brasil.

Não existe receita miraculosa para a transformação da biblioteca escolar e da escola brasileira; existem propostas a serem experimentadas e aperfeiçoadas com base nas estruturas que estão em funcionamento. Finalizamos com Silva (2003, p. 108) quando afirma que “não podemos transformar apenas a biblioteca escolar, sem questionarmos a escola, bem como esta não pode ser plenamente transformada sem que seja alterada a ordem social vigente”. Não está ao alcance do professor, da escola nem da biblioteca mudar a ordem vigente. Mas, pode-se esperar de bibliotecas que contem com acervos e pessoal qualificado uma enorme contribuição para a formação cultural de gerações capazes de transformar a sociedade naqueles aspectos que hoje criticamos. É importante ainda ter em mente que a situação atual das bibliotecas tem raízes históricas que remontam a um passado que muitas vezes não é levado em conta, por ser muito distante no tempo e no espaço. Recuperar a memória, mesmo se essa caminhada requeira esforços e não seja tão fácil, está entre as condições para sedimentarmos passo a passo as mudanças almejadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a educação é um processo ininterrupto de aprendizado e prática de direitos e deveres dos cidadãos. Portanto, é incompreensível a escassa atenção e o pouco investimento público em ações direcionadas à biblioteca, ao seu acervo e aos profissionais responsáveis por seus rumos, em nossa Educação. A biblioteca é um espaço de reunião entre culturas diversas, lugar de confluência de construções da sabedoria humana, cuja ambição é cultivar o sentido mais elevado de humanidade, as quais podem ser usadas pela capacidade de criação humana para desenvolver soluções para os problemas da sociedade, como afirmamos, a partir de Fichte, na parte introdutória da dissertação. As bibliotecas propiciam ferramentas para tornar crianças, jovens e adultos em seres mais informados, despertar-lhes o senso crítico e assim convocá-los a participar da sociedade em que vivem, elaborando sua identidade por contraste com a convivência com outras pessoas.

Álvaro Viera Pinto (1979), ao conceber o ser humano como histórico - produto e produtor do processo social - considera que não pode existir um ensinar que não se faça acompanhar por um aprender: todos somos aprendizes alargando nosso referencial teórico e ampliando nossa visão de mundo. Esses anseios afligem educandos-educadores, compromissados com a promoção continuada de uma educação libertadora, de uma pedagogia revolucionária, entre os quais me incluo, desejosa de promover entre os menos favorecidos - segmentos majoritários da sociedade -, a liberdade de expressão e a autonomia de pensamento, equiparando-os culturalmente às classes dominantes, ou, ao menos, diminuindo as desigualdades entre cidadãos, fazendo valer os direitos fundamentais de todos (são ideias e ideais, mas é preciso ter utopias para poder projetar um futuro melhor!).

Quando chegamos ao final de um trabalho de caráter intelectual como o presente, percebemos o quão longe estamos realmente do término da tarefa que compreendemos e que precisa ter continuidade, tanto nos estudos como nas ações. Provavelmente nunca alcançamos na prática o alcance que conseguimos na compreensão, sendo sempre uma busca infinda, como já dizia Humboldt (2003, p. 84) “[...] tudo consiste em preservar o princípio segundo o qual a ciência representa algo que ainda não foi plenamente realizado e que nunca poderá sê-lo. A ciência, portanto, é uma eterna busca”.

Pois é exatamente a biblioteca aquele dispositivo concreto, real, palpável capaz de convocar a essa eterna busca, pelo simples fato de escancarar para o sujeito que a frequenta os seus limites, ao mostrar-lhe um pedacinho do conjunto de produções criadas por outros humanos como ele/ela que se oferece a sua curiosidade e indagação. A *Internet* é hoje uma grande fonte de informação e conhecimentos, que vez mais está ao alcance de mais usuários. Apesar das diferenças que apresenta com relação a uma biblioteca material, em sua virtualidade tecnológica e em sua estrutura hipertextual, continua cabendo no conceito de uma grande biblioteca.

Várias percepções nos acometem, quando temos em mãos uma cópia daquilo que nos motivou a pensar, a refletir, a pesquisar. Quando mandamos imprimir, temos a doce sensação de trabalho cumprido... Ledo engano, pois o trabalho só iniciou... Ao folhear as páginas vemos os erros passados em branco (ou em negras letras), os enganos cometidos, as ideias já transformadas, as referências esquecidas e tantas outras falhas que deixamos passar no afã de terminar, e dessa forma acabamos por não corrigi-las.

O aprofundamento do entendimento da educação, tanto nos aspectos filosóficos, históricos, quanto nos específicos da área do conhecimento de cada docente, constituem-se em um imperativo para fazer dela um processo ativo e transformador para pessoas do nosso tempo, tendo em vista a construção de um futuro melhor do que a realidade vivenciada atualmente. Para que esse aprofundamento ocorra e seja constante, é necessário se ter uma compreensão educacional multifocal que ultrapasse os limites escolares, abrangidos pelo espaço restrito, usualmente ocupado pelo professor e pelas atividades desenvolvidas pelos alunos em sala de aula. Professor, aluno e escola encontram-se imersos em ambientes e contextos mais amplos e heterogêneos que interferem continuamente

na evolução do processo educativo de uma comunidade. Esses ambientes precisam ser levados em consideração na elaboração e execução dos projetos de ensino-aprendizagem, no caso de se buscar o desenvolvimento transformador do indivíduo. Esses contextos podem ser entendidos não apenas no sentido atual, dos espaços, das instituições, das regiões e das políticas que incidem nas escolas, mas, também no sentido das heranças, isto é, de marcos históricos que apesar de pertencerem ao passado, ainda fazem sentir seus efeitos no presente de nossas escolas, muitas vezes sem que saibamos disso.

O objeto pesquisado faz parte da existência do pesquisador, da sua história, de sua vivência, por isso não lhe parece tão estranho, embora essa estranheza acabe aparecendo com o tempo, ao descobrirmos que o que pensávamos ser nosso conhecido, afinal não nos é tão conhecido assim. Existem detalhes, recortes, pendências, assuntos nele incorporados que desconhecemos e que vão se desdobrando perante nossos saberes prévios, nos mostrando novas perspectivas até então não pensadas, não vistas, não conhecidas.

Ao pesquisar sobre a biblioteca escolar, descobri um mundo novo alheio a minha percepção de professora de séries iniciais, e essa percepção só tomou outro formato a partir do momento em que mudei do ambiente da sala de aula para dentro do ambiente da biblioteca da escola. Percebi que era leiga nesse ambiente, que não conhecia sua história, sua função dentro da escola (e fora dela), desconhecia a trajetória dessa instituição ao longo dos anos ou séculos e este “desconhecer” me instigou a pesquisá-la mais a fundo.

É interessante descobrir que aquele ambiente com espaço ínfimo era na verdade um lugar tão grande, contendo histórias de civilizações inteiras, e outras tantas histórias. Ao percorrer os olhos pelas prateleiras da biblioteca, imagina-se como, quando, onde e quem pensou em assim organizá-las. E o atual formato do livro, por quantas formas passou? Com quais matérias se escrevia há tempos atrás e como se escreve hoje? Que pessoas utilizavam a biblioteca da Antiguidade, e agora, quem as utiliza e para quê? Que mudanças houve desde a criação da primeira biblioteca até aos nossos tempos atuais? Da biblioteca de antigamente, um ambiente independente, instituição quase sagrada, o que restou? E quando existem fora da escola, possuem a grandeza das épocas áureas de outrora? Esses e outros tantos questionamentos passaram e ainda repercutem em nossa mente, alguns com

suas respostas já encontradas, e outros tantos, ainda a serem pesquisados, sem, no entanto, termos a certeza ou a garantia de encontrar suas respostas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, V. L. F. G. A coleção da biblioteca escolar. In: CAMPELLO, B. S. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ALONSO, C. M. R. **Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola**. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

AMORIM, G.(Org.) **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARBIERI, I. Apresentação. IN: FICHTE, J. G. **Por uma universidade orgânica: plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim, que esteja estreitamente associada a uma Academia de Ciências**. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

BEHR, A.; MORO, E. L. S. ; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n.2, p.32-42, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652008000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000200003&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 03 novembro 2009.

BENJAMIN, W. B. S. **Obras escolhidas Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BICHERI, A. L. A. O. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Marília, Marília, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BRASIL. **A bíblia sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de Padre Antonio Pereira de Figueiredo. Livros do Brasil S. A.: Rio de Janeiro, 1962. v.1

BRASIL. Conselho Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.geocities.com/dae\\_sp/federal\\_lei\\_10.639\\_2003.html](http://www.geocities.com/dae_sp/federal_lei_10.639_2003.html) > Acesso em 03 novembro 2009.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC, 1997. v.2

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto consolidado até a Emenda Constitucional n.57 de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_18.12.2008/art\\_192.htm](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_18.12.2008/art_192.htm) Acesso em 03 novembro 2009.

CALDIN, C. F. **A poética da voz e da letra na literatura infantil:** leitura de alguns projetos de contar e ler para crianças. 2001. 260 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

CAMPELLO, B. S. **A Biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Letramento informacional no Brasil:** práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 1 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

\_\_\_\_\_. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28 – 37, 2003. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300004&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em: 03 novembro 2009.

CAMPOS, A. **Breve história do livro.** Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

CANFORA, L. **A biblioteca desaparecida:** histórias da Biblioteca de Alexandria. 3ª reimp. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, A. M. S. de. **Políticas de leitura e biblioteca escolar:** um jogo de silêncios na educação cearense. 2000. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

CASTRO, C. A.; SOUSA, M. C. P. de. Pedagogia de projetos na biblioteca escolar: proposta de um modelo para o processo da pesquisa escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 134 – 151, 2008. Disponível

em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362008000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000100009&lng=pt&nrm=iso)

CASTRO FILHO, C. M. de. **Biblioteca no ensino e aprendizagem da língua inglesa**. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.  
COTRIM, G. **História e consciência do mundo**. São Paulo: Saraiva, 1994.

DUARTE, P. **Biblioteca digital: uma realidade virtual**. 2006. Disponível em: <<http://www.ead.pt/blog?p=59> > Acesso em 03 novembro 2009.

ESTABEL, L. B. ; MORO, E. L. S. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 209 – 217, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000300020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000300020&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 03 novembro 2009.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIALHO, J. F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 20 – 34, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000100002&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 03 novembro 2009.

FICHTE, J. G. **Por uma universidade orgânica: plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim, que esteja estreitamente associada a uma Academia de Ciências**. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

FRAGOSO, G. Biblioteca na escola. **Revista ACB**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 124-131,2002. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=78>>. Acesso em 16 Maio 2010

FREIRE, I. M.; NÓBREGA, N. G. da.; BADINI, S. B.; ARAÚJO, V. M. R. H. de. Ação de informação para cidadania: biblioteca e arquivo escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 117 – 130, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000100009&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 03 novembro 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_. **Professora sim tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 4.ed. São Paulo: Olho d'água, 1994.

GARCIA, L. V. **Biblioteca escolar:** espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento. 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

GARCÍA-QUISMONDO, M.; CUEVAS CERVERÓ, A. Biblioteca escolar para la sociedad del conocimiento em España. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 54 – 68, 2007. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000100004&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em: 03 novembro 2009.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54 – 61, 2003. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300007&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em 03 novembro 2009.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2.ed. revi. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, M; JACOB, C. **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

KLINKE, K. **Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906 – 1930)**. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **O preço da leitura:** leis e números por detrás das letras. 1ª.ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LEAHY, C. **A leitura e o leitor integral:** lendo na biblioteca da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LINDOSO, F. A cadeia produtiva do livro e a leitura. In: AMORIM, G. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MACEDO, N. D. de. (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate:** da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região – São Paulo, 2005.

MACHADO, A. M. N.; MENDES, V. H. Universidades Comunitárias do sul do Brasil no cenário e na história da(s) Universidade(s): A centralidade do problema da autonomia e os processos de interiorização e universalização da educação superior. In: NUNES, A. K. **Universidade Comunitária e Avaliação Institucional**: os quinze anos do PAIUNG. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MACHADO, A. M. N.; MENDES, V. H. Humboldt 200 anos (1810-2010): revisitando as concepções de Wilhelm von Humboldt sobre a universidade. **ANPEdSul: FORMAÇÃO, ÉTICA E POLÍTICAS: QUAL PESQUISA? QUAL EDUCAÇÃO?**, Londrina-PR, 2010.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. 1ª reimp. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. 4ª reimp. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MAYRINK, P. T. **A biblioteca escolar brasileira**: da caracterização teórico-administrativa ao estabelecimento de diretrizes e padrões para sua organização e planejamento. 1991. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MCKITTERICK, D. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, M; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MELLO E SOUZA, A. de. **Determinantes da aprendizagem em escolas municipais**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 413–134, 2005. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362005000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000400002&lng=pt&nrm=iso) > Acesso em 03 novembro 2009.

MELLO, J. B. **Síntese histórica do livro**. 2.ed. corr. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, 1979.

MILANESI, L. **O que é biblioteca?** 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NELLES, P. Justo Lísio e Alexandria: as origens “arqueológicas” da história das bibliotecas. In: BARATIN, M; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 1985.

PAIVA, F. V. **A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005.** 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PAIVA, J.; BERENBLUM, A. Programa nacional biblioteca da escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica. **Revista Pro-posições**, Campinas, v. 20.,n.1,p. 173-188, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 16 Maio 2010.

PÉCORA, G. M. M. **Pesquisa na biblioteca escolar: a eficiência de um roteiro.** 1998. 157 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1998. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação.** 2004. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PILETTI, N. **História e vida: da pré-história à idade média.** v.3 19.ed. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil.** 7.ed. 6ª imp. São Paulo: Ática, 2008.

PINTO, A. V. **Ciência e existência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RESENDE, C. **Salas de leitura abordagem crítica de seu acervo.** 1989. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa. **Constituição do Estado de Santa Catarina.** 2008. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/legislacao-e-jurisprudencia/legislacao/constituicao-do-estado-de-santa-catarina/index.html>> Acesso em: 03 novembro 2009.

SANTIAGO, C. M. S. **Arte local, conto biográfico e narração oral: uma trilogia no ensino fundamental.** 1999. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SANTOS, R. C. G. P. dos. **A biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto: acervo e leitura na formação do conhecimento histórico dos alunos do magistério.** 2001. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SCLIAR, M. O valor simbólico da leitura. In: AMORIM, G. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

SETTIS, S. *Warburg continuatus*. Descrição de uma biblioteca. In: BARATIN, M; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

\_\_\_\_\_. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J. M. da. **Literatura em casa e na escola**: projetos de formação de leitores no ensino fundamental. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2005. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, M. A. **Biblioteca escolar e professor**: duas faces da mesma moeda?. 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SUAREZ, R. Nota sobre o conceito de *Bildung* (formação cultural). **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 46., n. 112., p. 191-198, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200005&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 16 Maio 2010.

TAVARES, J. A. A. **Vamos fazer do Brasil um país de leitores?** Análise da implementação e funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no município do Recife de 1998 a 2002. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campina, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, J. M. **Suportes para o desenvolvimento da leitura como ampliação de visão de mundo**: uma proposta para Mato Grosso. 1998. 1 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

WEBER, J. F. Autoridade, singularidade e criação: sobre o problema da formação (*Bildung*) em Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino, de Nietzsche.

**Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29., n. 103., p. 515-532 , 2008.  
Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302008000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200011&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 16 Maio 2010.

XIMENES, S. **Mini-dicionário Ediouro da Língua Portuguesa**. 2.ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, V. T. de; ZILBERMAN, R.; et al. (Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ALMEIDA, M.(Org.) **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

ALVES, M. C. **A integração entre bibliotecário-professor no Brasil**. 1992. 96 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

AMARAL, R. G. do. **A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: o estudo de caso**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

ANDRADE, L. T. **Professores-leitores e sua formação: transformações discursivas de conhecimentos e de saberes**. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2004.

ANTUNES, W. A. **Acesso e uso da informação pelo professor da 4ª série do primeiro grau da rede municipal de ensino de Uruguaiana/RS: um estudo de caso**. 1987. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1987. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar: reconceitualização e busca de sua identidade a partir de atores do processo ensino-aprendizagem**. 1998. 1 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

ARAUJO, M. J. G. M. de. **Livros que andam: disponibilidade, acesso e apropriação da leitura no contexto do programa literatura em minha casa**. 2008. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros:** das tábuas sumérias à guerra do Iraque. 1ª reimp. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAJARD, E. **Ler e dizer:** compreensão e comunicação do texto escrito. 5.ed.revista. São Paulo: Cortez, 2005.

BAJARD, E.; SILVA, E. T. da.; et al. Formação de professores e alunos leitores. **Cadernos educação básica.** Série Institucional. v.6 Belo Horizonte: MEC, 1994.

BARROS, L. M. de. **A biblioteca escolar no planejamento educacional:** análise em escolas públicas de 1º e 2º graus em Recife – PE. 1998. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, João Pessoa, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BARTHES, R. **Aula.** 12.ed. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BERNARDES, A. S. **O papel da biblioteca escolar na formação do sujeito leitor-escriptor.** 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2003. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BEZERRA, M. A. C. **A pesquisa bibliográfica escolar como recurso didático:** um estudo com professores do ensino fundamental. 2004. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BIANCHI, M. C. **Os livros na escola estadual Barão Geraldo de Rezende:** entre a biblioteca e a sala-ambiente. 2003. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BLAIR, A. Bibliotecas portáteis: as coletâneas de lugares-comuns na Renascença tardia. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BORBA, D. O. **O processo da comunicação em bibliotecas escolares:** abordagem comparativa entre bibliotecas do primeiro grau em João Pessoa – PB. 1988. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, João Pessoa, 1988. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BORBA, M. S. A. **Interesses de leitura de adolescentes:** a contribuição da escola e da biblioteca. 1992. 145 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Católica de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BORBA, V. M. R. A prática de leitura nos cursos de letras. **Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil**. n.26. ano 14. Leitura: teoria e prática. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda; [São Paulo]: ALB, 1995.

BOWMAN, A. K.; WOOLF, G.(Org.) **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_. **O que é educação**. 18.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BUENO, S. B. **Fontes de informação utilizadas por professores do ensino fundamental**. 2007. 120 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2ª reimp. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARAVANTES, G. R.; LEDUR, P. F. **Leitura dinâmica e aprendizagem**. Porto Alegre, RS: AGE, 2003.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 6. ed. Atual. etrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARVALHO, L. I. **A distribuição e circulação de livros nas escolas paulistas**. 1991. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

CARVALHO, L. S. **Biblioteca escolar na rede adventista: um estudo de correlação entre infra-estrutura e uso**. 1998. 126 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

HUMBOLDT, W. v. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlin. In: CASPER, G. **Um mundo sem universidades?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

CHARTIER, A. M. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita.** Tradução de Carla Valduga. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CONTENTE, M. **A leitura e a escrita: estratégias de ensino para todas as disciplinas.** Lisboa: Editorial Presença, 2000.

COSSON, R. Conceito de literatura e indicação de leituras. **Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil.** n.26. ano 14. Leitura: teoria e prática. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda; [São Paulo]: ALB, 1995.

DIOS, C. M. L. **A dinamização da leitura na biblioteca escolar.** 1989. 118 f. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

DUMONT, L. M. M. **O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances de séries.** 1998. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar.** Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Moderna, 2003.

ESTABEL, L. B. **A formação de professores e a qualificação de bibliotecários com limitação visual através da educação a distância mediada por computador em ambientes virtuais de aprendizagem.** 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

ESTÁCIO, G. A. G. **O professor de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental como mediador entre o aluno e a leitura: estudo realizado no Município de Porto Velho.** 2000. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Org.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

EVANGELISTA, A. A. M.; CARVALHO, G. T.; LEAL, L. V. F.; VAL, M. G. C.; STARLING, M. H. A. R.; MARINHO, M. (Orgs.). Professor – leitor aluno – autor: reflexões sobre avaliação do texto escolar. **Intermédio Cadernos Ceale.** v.3 ano 2. Belo Horizonte: Formato, 1998.

FEITOSA, M. S. A. **Prática docente e leitura de textos literários no fundamental II: uma inclusão pelo programa hora da leitura.** 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

FERNANDES, L. Z. **Patrimônio cultural e saber histórico escolar**. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

FERRAZ, M. M. P. **Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

FILHO, L.M.F.(Org.) **Pensadores sociais e história da educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, E. N. da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; [Brasília]: INL, 1979.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GARCIA, R. L. (Org.); OLIVEIRA, A. M. M.; et al. **Alfabetização dos alunos das classes populares**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GERLIN, M. N. M. **Fiando textos e contextos: a narrativa tece o trabalho de professoras em bibliotecas escolares**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

GONÇALVES, R. B. **Ações de incentivo à leitura: um estudo sobre a (in) existência de políticas de formação de leitores na rede pública municipal de ensino de Pelotas: 1987 – 2003**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

GRITTI, D. **Sobre o livro e o escrever**. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2002.

HÉBRARD, J. **As bibliotecas escolares**. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

HILSDORF, M. L. S. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JOLIBERT, J.; JACOB, J. ; et al. **Além dos muros da escola:** a escrita como ponte entre alunos e comunidade. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KAERCHER, G. E. P. S. **O mundo na caixa:** gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de doutorado.

KLEBIS, C. E. O. **Leitura e envolvimento:** a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

KOLOKATHIS, M. L. B. **Programa bibliotecas escolares:** memórias/histórias de uma experiência de incentivo a leitura nas escolas municipais de Campinas – 1993 a 2001. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

KONDER, L. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

KUHLTHAU, C. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução e adaptação de Bernadete Santos Campello et al. 2.ed, 2ªreimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LACERDA, N. G. Que leitor não é um aristocrata? **Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil.** n.26. ano 14. Leitura: teoria e prática. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda; [São Paulo]: ALB, 1995.

LYONS, M.; LEAHY, C. **A palavra impressa:** histórias da leitura no século XIX. Tradução de Cyana Leahy. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

LOPES, L. M. **Biblioteca pública municipal Rosulino Campos:** memória, história e leitura. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MACÊDO, L. **Uma análise sobre as dificuldades para a criação do hábito da leitura infantil:** estudos de caso na comunidade da Ladeira dos Tabajaras. 2005. 81 f. Profissionalizante (Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MACHADO, A. M. N. Por uma teoria da escrita ou “scriptologia”. **Revista do GEEMPA** n. 1. O fio e a rede do equilibrista. Porto Alegre, julho de 1993.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil.** 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MACHADO, M. Z. V. **A literatura e suas apropriações por jovens leitores.** 2003. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa.** 5.ed.rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MARTINEZ, H. C. P. **Relato de uma experiência de reativação de biblioteca escolar de periferia.** 1990. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 1990. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MARTINS, A. A.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. (Org.) **Escolarização da leitura literária.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MATTOS, C. R. de. **O usuário do curso supletivo de 2º grau em Salvador.** 1988. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa, João Pessoa, 1988. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MEDEIROS, A. F. de. **Biblioteca sempre viva: análise de programa de leitura em bibliotecas escolares.** 1997. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Lagoa Nova, 1997. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MEDEIROS, R. **Formação do leitor: relação de trabalho bibliotecário/professor na biblioteca escolar.** 1995. 1 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 1995. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MELO, D. H. B. S. de. **Re-textualizando em projetos de ensino: a construção da leitura e da escrita no ensino fundamental.** 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

MENDONÇA, C. T. **À sombra da vaga-lume: contexto, análise e recepção.** 2006. 294 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

NETO, M. S. **Desordenar uma biblioteca: comércio e indústria da leitura na escola.** Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil. n.26. ano 14. Leitura: teoria e prática. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda; [São Paulo]: ALB, 1995.

NEVES, C. B.; SOUZA, J. V.; SCHAFFER, N. O.; GUEDES, P. C.; KLUSENER, R. (Org.) **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas.** 6.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NEVES, I. C. B. **Pesquisa escolar nas séries iniciais do ensino fundamental em Porto Alegre, RS: Bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar.** 2000. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, H. V. de. **Bibliotecas escolares e o planejamento do processo educativo em escolas públicas de Brasília – DF**. 1999. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

OLIVEIRA, L. L. de. **Indústria cultural e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições**. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PENEDO, Y. V. S. **De usuário a cidadão: o acesso à informação ambiental em bibliotecas escolares em Manaus**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PENNA, C. V; FOSKETT, D. J; SEWELL, P. H. (Org.). **Serviços de informação e biblioteca: um manual para planejadores**. Tradução de Neyde Pedroso Póvoa, Rosmarie Appy, Maria Virgínia Leite Ribeiro e Norma Soares Rocha. São Paulo: Pioneira; [Brasília]: INL, 1979.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da educação**. 7.ed. 7ª imp. São Paulo: Ática, 2008.

PINHEIRO, M. P. **Letramento literário na escola: um estudo das práticas de leitura literária na formação da comunidade de leitores**. 2006. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

PONTES, V. M. A. **Biblioteca escolar e escola: uma relação evidente?**. 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SALES E SILVA, M. F. P. **Práticas de leitura e letramento em uma sala de EJA em Rondonópolis – MT**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SALES, F. de. **A participação do bibliotecário no despertar do senso crítico do aluno: uma investigação na rede municipal de ensino de Florianópolis**. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em:

< <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SALGADO, L. M. A. **A biblioteca virtual do estudante brasileiro da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo:** um estudo da sua estrutura e dos seus usuários. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SANTOS, G. C. **Estudo da interlocução entre biblioteca-escola-tecnologia, baseada na internet.** 2002. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SASS, V. B. **Uma resposta lúdica intratextual e extratextual para leitura de livros literários infantis.** 2003. 730 f. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SCHMIDT, D. G. **O exercício disciplinado do olhar:** livros, leituras e prática de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1937). 1995. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SCARASSATI, E. M. P. **Quando acabam os livros da biblioteca eu leio tudo de novo...** O ensino e a aprendizagem de leitura nas séries iniciais no ensino fundamental. 1999. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, D. C. B. **Literatura em minha casa:** uma pesquisa em escolas públicas do município de Londrina. 2005. 280 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, M. C. F. **Formação de indivíduos leitores entre a biblioteca escolar, a família e outros apelos socioculturais.** 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, R. J. da. **O professor mediador de leitura na biblioteca escolar da rede municipal de Londrina:** formação e atuação. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, Marília, 2006. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVA, R. N. **Analfabetismo e subescolarização:** ainda um desafio. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

SILVA, T. T.; GENTILI, P. **Escola S. A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2.ed. Brasília: CNTE, 1999.

SILVA, W. C. da. **A utilização da biblioteca escolar como recurso de ensino-aprendizagem em livros de didática.** 1991. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/>> Acesso em: 03 novembro 2009.

SILVEIRA, I. M. F. da. **Relação entre o desenvolvimento de habilidades de pensamentos e o nível de desempenho apresentado por dois grupos de alunos da 1 série do 1 grau de um escola pública em atividades da biblioteca escolar.** 1989. 113 f. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SOUSA, B. A. de. **Caracterização e perspectivas das bibliotecas das escolas técnicas quanto as novas tecnologias de informação.** 1998. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa, João Pessoa, 1998. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/>> Acesso em: 03 novembro 2009.

SOUSA, M. I. J. **Olhares entrecruzados:** práticas de leitura na sala de aula e na biblioteca. 2007. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Fortaleza, 2007. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SOUSA, R. P. de. **Práticas de leitura literária e formação do leitor no contexto escolar: o caso de uma escola pública da educação fundamental.** 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003. < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

SOUZA, R. J. (Org.) **Biblioteca escolar e práticas educativas:** o mediador em formação. Campina, SP: Mercado de Letras, 2009.

WERNECK, H. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

WERNECK, V. R. **A ideologia na educação:** um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

VIDOTO, D. **Avaliação de um programa de orientação ao usuário escolar de 5ª série do 1º grau.** 1990. 170 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> > Acesso em: 03 novembro 2009.

ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. **Literatura infantil:** autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1982.

## GLOSSÁRIO

**Bastões** – Eram pedaços de madeira, osso, chifre com sinais entalhados nele e eram usados para transmitir mensagens. Estes bastões só foram conhecidos na antiga Europa, Austrália e na velha China. (MELLO, 1979)

**Bastonete** – Pequeno bastão onde era enrolado o papiro. (HOUAISS, 2004)

**Buril** – Ferramenta de aço com ponta oblíqua cortante, usado na gravação em metal e madeira. (HOUAISS, 2004)

**Codex** – Ver Códice.

**Códice** – Os códices (ou *codex*, da palavra em latim que significa "livro", "bloco de madeira") eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da era Antiga tardia até a Idade Média. Manuscritos do Novo Mundo foram escritos por volta do século XVI. O códice é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como suporte da escrita. O códice manuscrito, por sua vez, foi substituído pelo livro impresso. Porém, seguindo a mesma estrutura que conhecemos hoje. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3dice>> Acesso em: 15 setembro 2009.

**Crisografia** – Do Gr.chrysographia, arte de escrever sobre ouro. (FERREIRA, 2004)

**Hieróglifos** – Figura ou signo usado na escrita do antigo Egito, símbolo ou escrita enigmática. (HOUAISS, 2004).

**Hiperlinks** – *Hiperlink* é sinônimo de link e significa qualquer coisa que se coloca em uma página da web e que, quando clicada com o lado esquerdo do mouse, abre uma página diferente, ou um lugar diferente, da internet. A página diferente pode ser do próprio site ou de outro site. O lugar diferente pode ser na própria página - você clica no link e ele te conduz imediatamente a outro lugar da página. O lugar diferente pode ser também um formulário, ou uma página de email para se enviar uma mensagem. Assim, o link é um endereço que o computador segue para chegar a algum lugar, na página ou fora dela. Mas a palavra link pode ser usada com outros significados. Disponível em:<<http://www.otimizacao-sites-busca.com/art-misc/hlink.htm>> Acesso em: 15 setembro 2009.

**Hipertextuais** – Apresentação de informações escritas, organizadas de modo que o leitor possa ter-lhes acesso, sem seguir encadeamento linear único, apresentação de informações em um monitor de vídeo, na qual um elemento destacado, quando acionado, provoca a exibição de um novo hipertexto com informações relativas ao referido elemento. (HOUAISS, 2004)

**Ideográficos** – Que se refere à ideografia: escrita ideográfica. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/ideografico/>> Acesso em: 15 setembro 2009.

**Iluminura** – É um tipo de pintura decorativa, frequentemente aplicado às letras capitulares no início dos capítulos dos códices de pergaminho medievais. O termo se aplica igualmente ao conjunto de elementos decorativos e representações, imagéticas executadas nos manuscritos produzidos principalmente nos conventos e abadias da Idade Média. A sua elaboração era um ofício refinado e bastante importante no contexto da arte medieval. No séc.XIII, iluminura referia-se, sobretudo ao uso de douração e, portanto, um manuscrito iluminado seria, no sentido estrito, aquele decorado com ouro ou prata. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/iluminura> . Acesso em: 15 setembro 2009.

**Manuscritos** – Obra escrita ou copiada à mão, versão original de um texto antes de ser editado, caráter que imita a escrita manual. (HOUAISS, 2004)

**Miniatura** – O termo miniatura provém do italiano miniatura, a partir do latino *miniare*, que significa pintar com minio (um óxido de chumbo de cor vermelha). O termo sofreu influência semântica da noção de pequena dimensão, expressa em latim por *minor*, *óris*, *minus* (menor) e *minimum*, *i* (pequena quantidade). A arte dos povos bárbaros, que conquistaram o Ocidente e se converteram ao Cristianismo, era portátil, baseada em objetos pequenos. Assim, segundo Houaiss, o termo se difundiu através do francês e do inglês, no séc. XVI, com predominância do significado representação em pequenas dimensões. (HOUAISS, 2004)

**Mnemotécnicos** – São técnicas utilizadas na memorização de saberes, tais como: as notas de leitura, as coletâneas de lugares-comuns da Renascença, as referências bibliográficas, as anotações nas margens dos escritos, as sinalizações hipertextuais e a escrita eletrônica. (JACOB, 2000)

**Nichos** – Vão na parede ou muro onde se colocam estátuas, imagens. (HOUAISS, 2004)

**Palimpsesto** – Do gr. *Palimpsesto*, raspado novamente; do lat. *palimpsestu*. 1. Antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior. 2. Manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores (FERREIRA, 2004)

**Papiro** - Papiro (pelo latim *papyrus* do grego antigo *πάπυρος*) é, originalmente, uma planta perene da família das ciperáceas cujo nome científico é *Cyperus papyrus*, por extensão é também o meio físico usado para a escrita (precursor do papel) durante a Antiguidade (sobretudo no Antigo Egito, civilizações do Oriente Médio, como os hebreus e babilônios, e todo o mundo greco-romano). O papiro é obtido utilizando a

parte interna, branca e esponjosa, do caule do papiro, cortado em finas tiras que eram posteriormente molhadas, sobrepostas e cruzadas, para depois serem prensadas. A folha obtida era martelada, alisada e colada ao lado de outras folhas para formar uma longa fita que era depois enrolada. A escrita dava-se paralelamente às fibras. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Papiro>>. Acesso em: 15 setembro 2009.

**Pergaminho** – Pele de ovelha preparada especialmente para nela se escrever ou ser utilizada em encadernações, documento feito com essa pele ou o que há escrito, diploma de curso superior. (HOUAISS, 2004)

**Pictográfico** – É a escrita através de figuras, em que o desenho não pretende significar mais que o representado. (MELLO, 1979)

**Pictóricos** – Relativo a pintura. (HOUAISS, 2004)

**Quipo** – É uma cordinha de nós com fios, presos a ela, que se diferenciam pelas cores e pelo espaço entre os fios, e é uma das formas mais antigas, originais e conhecidas de escrita por meio; era mais usada para transmissão de mensagens e para tudo referente a números. (MELLO, 1979)

**Rotativas** – É uma máquina que utiliza chapas cilíndricas e imprime sobre bobinas de papel. Ricardo Marcos Hoe, mecânico norte-americano, é o inventor da primeira rotativa, que determinou o uso de papel em bobina. (CAMPOS, 1994), (MELLO, 1979)

**Rupestres** – Que vive nas rochas, rupícola, construído ou gravado na rocha. (HOUAISS, 2004)

**Silício** – Elemento químico não-metálico, muito abundante na crosta terrestre, usado em aços de grande dureza e em semicondutores. (HOUAISS, 2004)

**Taxionomias** – Parte da botânica e da zoologia que se ocupa da classificação; sistemática. Parte da gramática que trata da classificação das palavras. Disponível em:< <http://www.dicio.com.br/taxionomia/> > Acesso em: 15 setembro 2009.

**Wampum** – Os cintos *wampum* consistem em um sistema de escrita utilizando objetos encordoados em fios; pouco conhecido, era feito de quatro ou mais fios, colocados lado a lado, sobre os quais pendiam chapinhas ovais com um orifício no centro, e ornadas de conchas coloridas. (MELLO, 1979)